



**Universidade Federal do Pará – UFPA**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH**  
**Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA**

**Rosa Ibiapina dos Santos**

**AÇÃO LOCAL EM UM AMBIENTE MARINHO AMAZÔNICO:  
MUNICÍPIO E RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA (PA) – ASPECTOS DE UM  
MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL INOVADOR**

**BELÉM**  
**2018**

**Rosa Ibiapina dos Santos**

**AÇÃO LOCAL EM UM AMBIENTE MARINHO AMAZÔNICO:  
MUNICÍPIO E RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA (PA) – ASPECTOS DE UM  
MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL INOVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), área de concentração em Sociologia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc.

**BELÉM  
2018**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

**IBIAPINA DOS SANTOS, ROSA**

Ação local em um ambiente marinho amazônico : município e Resex de São João da Ponta (PA) –  
aspectos de um movimento socioterritorial inovador / ROSA IBIAPINA DOS SANTOS. — 2018  
186 f. : il. color

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Maria José da Silva Aquino Teisserenc

1. Território em Movimento. 2. Ação Local. 3. Resex. 4. Município de São João da Ponta (PA). 5.  
Mocajuiu. I. da Silva Aquino Teisserenc, Maria José, *orient.* II. Título

---

Dedico às comunidades de Resex e amazônicas, sobretudo, a de São João da Ponta (PA), pela ação local e coletiva das populações tradicionais de extrativistas, pescadores, associados e líderes comunitários, em conjunto com gestores públicos, parceiros governamentais e não governamentais, na construção da cidadania e desenvolvimento socioambiental local e global.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Domingos e Dulce, pelos incentivos e motivações, ao longo dos anos, com a preocupação na formação de seus filhos.

Ao meu marido Daniel e filho Daniel Víctor, no suporte e ajuda incondicional, desde a seleção até os momentos de pesquisa de campo do doutorado, na construção de um projeto de vida pessoal, profissional e familiar.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc, pelo debate e mediação intelectual para o conhecimento construído, desde a aceitação da proposta até sua defesa.

Aos mestres e suas contribuições teóricas e práticas para o pensamento científico reflexivo e incorporado à formulação da tese ao longo do curso.

Aos colegas de turma e suas diversidades de pesquisa que possibilitaram reflexões teóricas e metodológicas pertinentes às ciências sociais e humanas.

Às pessoas da Resex de São João da Ponta pelo carinho e contribuição à pesquisa, em meio aos seus trabalhos exigentes, exaustivos e dinâmicos nas comunidades e pólos.

À Associação Mocajuim e seus líderes João de Lima Coelho, Manoel Ferreira das Neves e Raimunda Moura pelo respeito e apoio nos registros de pesquisa sobre a emergência da Resex de São João da Ponta.

À Sedap pelas informações advindas do trabalho e dedicação do sociólogo Patrick Passos, que contribui com a Associação Mocajuim em aspectos profissionais e afetivos à Resex.

Ao Sr. Waldemar Vergara, em memória, por sua marca singular na gestão da Resex que contribuiu para o empoderamento da comunidade local nas dinâmicas do território.

Ao Nelson Almeida Santa Brígida pela disponibilidade e dedicação às entrevistas, em meio às mudanças de seu papel social no território de São João da Ponta.

Aos parceiros da Resex de São João da Ponta pela interação e contribuição institucional nas ações locais com apoio e execução de projetos no fortalecimento da participação local.

À comunidade de Vila Nova, nas pessoas de Altair Naiff e Célio Costa, Lourenço Gonzaga e Leia Gonzaga pelo acolhimento em momentos de pesquisa de campo e informações sobre os movimentos sociohistóricos do município.

À Resex de São Caetano de Odivelas pelo apoio dos associados e presidente da associação Valter Fonseca em entrevista sobre o cenário histórico local e relação com São João da Ponta.

À Resex de Curuçá, na pessoa de Sandra Regina Pereira Gonçalves com participação ativa e articuladora em busca de resultados socioambientais nas Resex do nordeste paraense.

Ao casal Irisnê Lima Farias Galvão Pereira e Carlos Augusto Pereira Galvão pelas informações locais e acolhimento, fundamentais, em São Caetano de Odivelas na finalização dos trabalhos de pesquisa de campo.

A Deus, pela perseverança e concretização, de mais uma etapa de minha vida, pela crença na ideia de um Ser vivo presente em minhas conquistas pessoais, acadêmicas e profissionais.

Deve entender-se por sociologia (no sentido aceito desta palavra que é aqui empregado das mais diversas maneiras possíveis) uma ciência que pretende entender pela interpretação a ação social para, desta maneira, explicá-la causalmente no seu desenvolvimento e nos seus efeitos (WEBER, 2016, p. 612).



## Resumo

Estudo de caso que apresenta reflexões acerca de um território da Amazônia, de Reserva Extrativista (Resex), no estado do Pará, mediante a Associação dos Usuários da Resex Marinha de São João da Ponta (Mocajuiu). A *questão central* é a compreensão de como são construídas as relações sociais dos movimentos do território de São João da Ponta que o colocam em um processo de emergência territorial pela ação local? Para tanto, apresentou como *objetivo* demonstrar e interpretar à luz de uma sociologia da ação local as relações sociais que compõem o processo de emergência do território de São João da Ponta enquanto município e Resex. *E mais especificamente*: 1-Apresentar a Resex em sua constituição como uma referência socioambiental na Amazônia brasileira; 2-Descrever os movimentos (constituição do município e constituição da Resex) do território como dinâmicas centrais em São João da Ponta; 3-Interpretar as relações sociais dos usuários da Resex a partir da Associação Mocajuiu descrevendo o território em movimento na Amazônia, território da ação local; e 4-Demonstrar as especificidades do caso de emergência territorial de São João da Ponta em um contexto de ambientalização pelo instrumento Resex que pode se constituir em inovação nas expectativas sociais e políticas menos excludentes na Amazônia. Estruturado em Parte I e II, a *metodologia* utilizou como: 1-método de pesquisa o *estudo de caso único*, por revelar as ações locais e a emergência de São João da Ponta; 2-método de abordagem o *qualitativo* por responder a questões particulares e simbólicas das relações e processos sociais, com o universo de 434 usuários da Resex e amostragem as lideranças comunitárias, associados, conselheiros e atores relatados nos principais movimentos sociohistóricos ou socioterritoriais; 3-método de coleta de dados a *triangulação*, por convergir entrevistas, documentos e observações diretas; e 4-método de análise de dados o *hermenêutico*, por utilizar as narrativas das entrevistas para interpretar o território de relações sociais complexas e dinâmicas; complementado pelo método da sociografia, de contexto sociohistórico e científico pela documentação analisada e pelo método da etnografia, de contexto sociocultural pelas observações diretas. Principais conceitos e teorias foram território em movimento, instituição, ação local, inovação social, participação ativa, movimentos sociohistóricos ou socioterritoriais e desenvolvimento local e sustentável. E principais resultados a interpretação do território em movimento na Amazônia e a emergência da Resex de São João da Ponta por ser inovação social contínua mesmo em um modelo institucional e ser elo de ligação entre ação local e desenvolvimento local.

**Palavras-Chave:** Território em Movimento. Ação Local. Resex. Município de São João da Ponta (PA). Mocajuiu.

## Abstract

A case study that presents reflections about a territory of the Amazon, of Extractive Reserve (Resex), in the state of Pará, through the Association of Users of the Resex Marinha de São João da Ponta (Mocajuiu). The central question is the understanding of how the social relations of the movements of the territory of São João da Ponta are built that place it in a process of territorial emergency by the local action? The purpose of this study was to demonstrate and interpret, in the light of a sociology of local action, the social relations that make up the emergence process of the territory of São João da Ponta as a municipality and Resex. And more specifically: 1-Present the Resex in its constitution as a socio-environmental reference in the Brazilian Amazon; 2-Describe the movements (constitution of the municipality and constitution of Resex) of the territory as central dynamics in São João da Ponta; 3-Interpret the social relations of Resex users from the Mocajuiu Association describing the territory in movement in the Amazon, territory of the local action; and 4-Demonstrate the specificities of the territorial emergency case of São João da Ponta in a context of environmentalization by the Resex instrument that can constitute an innovation in the less exclusive social and political expectations in the Amazon. Structured in Part I and II, the methodology used as: 1-research method the single case study, for revealing the local actions and the emergence of São João da Ponta; 2-method of qualitative approach for responding to particular and symbolic questions of social relations and processes, with the universe of 434 Resex users and sampling community leaders, associates, advisers and actors reported in the main socio-historical or socio-territorial movements; 3-method of data collection to triangulation, by converging interviews, documents and direct observations; and 4-method of data analysis the hermeneutic, by using the interview narratives to interpret the territory of complex and dynamic social relations; complemented by the method of sociography, sociohistorical and scientific context by the analyzed documentation and by the method of ethnography, sociocultural context by direct observations. Main concepts and theories were territory in movement, institution, local action, social innovation, active participation, sociohistorical or socio-territorial movements and local and sustainable development. And the main results are the interpretation of the territory in movement in the Amazon and the emergence of the Resex of São João da Ponta for being continuous social innovation even in an institutional model and to be the link between local action and local development.

**Keywords:** Territory in Motion. Local Action. Resex. Municipality of São João da Ponta (PA). Mocajuiu.

## Lista de ilustrações – Quadros

<b>Quadro 01</b>	– Síntese das Entrevistas Realizadas.	25
<b>Quadro 02</b>	- Síntese dos Documentos Consultados.	28
<b>Quadro 03</b>	- Síntese das Observações Diretas Realizadas.	30
<b>Quadro 04</b>	- Aspectos de Debate da Etapa de Construção de Plano de Manejo Participativo	62
<b>Quadro 05</b>	- Grupos de Unidades de Conservação (UC).	64
<b>Quadro 06</b>	- Grupo 1 – Da Unidade de Proteção Integral e suas Categorias de UC.	65
<b>Quadro 07</b>	- Grupo 2 – Da Unidade de Uso Sustentável e suas Categorias de UC.	66
<b>Quadro 08</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Acre.	69
<b>Quadro 09</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia - Amapá.	69
<b>Quadro 10</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Amazonas.	70
<b>Quadro 11</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Pará.	72
<b>Quadro 12</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Rondônia.	74
<b>Quadro 13</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Mato Grosso.	76
<b>Quadro 14</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Maranhão.	77
<b>Quadro 15</b>	- Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Tocantins.	78
<b>Quadro 16</b>	- Quantidade de Resex com Conselho Deliberativo e Plano de Manejo Participativo - Bioma Amazônia.	78
<b>Quadro 17</b>	- Ações Locais do Território de São João da Ponta – Movimentos Socioterritoriais	87
<b>Quadro 18</b>	- Reuniões do Conselho Deliberativo da Resex de São João da Ponta – Observação Direta.	112
<b>Quadro 19</b>	- Ações Locais na Resex de São João da Ponta na Construção do Plano de Manejo Participativo.	134
<b>Quadro 20</b>	- Relação dos Polos e Comunidades da Resex de São João da Ponta.	146
<b>Quadro 21</b>	- Esquema Teórico de Movimento Socioterritorial.	155

## Lista de ilustrações - Figuras

<b>Figura 01</b> -	Mapa do Município de São João da Ponta (PA)	89
<b>Figura 02</b> -	Aba do rio Mocajuba em frente à sede de São João da Ponta (PA).	90
<b>Figura 03</b> -	Lourenço da Silva Gonzaga, professor e ex-vereador.	94
<b>Figura 04</b> -	Rodovia PA-375 – Acesso terrestre a São João da Ponta.	94
<b>Figura 05</b> -	Léia Terezinha da Silva Gonzaga, agricultora.	95
<b>Figura 06</b> -	Manoel Ferreira das Neves, presidente da Associação Mocajuim.	96
<b>Figura 07</b> -	Nelson Almeida Santa Brígida, prefeito de São João da Ponta, em 2016.	98
<b>Figura 08</b> -	Mapa da Resex “Marinha” de São João da Ponta.	101
<b>Figura 09</b> -	Waldemar Londres Vergara Filho, gestor/ICMBio da Resex de São João da Ponta.	102
<b>Figura 10</b> -	24ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo - Resex de São João da Ponta.	113
<b>Figura 11</b> -	João de Lima Coelho, Conselheiro Polo Sede da Resex, usando basquetea.	124
<b>Figura 12</b> -	Ações de Instituições Parceiras da Resex de São João da Ponta	126
<b>Figura 13</b> -	Apresentação das Ações da Associação Mocajuim: Conselheiro João de Lima Coelho e Conselheira Raimunda Santa Rosa Moura.	141
<b>Figura 14</b> -	Sede da Associação de Usuários da Resex de São João da Ponta (Associação Mocajuim).	141
<b>Figura 15</b> -	Usuários da Resex de São Caetano de Odivelas/PA.	142
<b>Figura 16</b> -	Lideranças dos Polos-Comunidade da Resex de São João da Ponta.	147
<b>Figura 17</b> -	Audiência Pública – Ibama: Atividade de Perfuração Marítima na Bacia da Foz do Amazonas.	149
<b>Figura 18</b> -	Reunião Paralela na Audiência Pública – Ibama: na Atividade de Perfuração na Bacia da Foz do Amazonas.	150
<b>Figura 19</b> -	Mapa Cognitivo de Território em Movimento	161

## Lista de ilustrações – Boxes

<b>Boxe 01 -</b>	Conclusão do Capítulo 1: “Chico Mendes e o legado das Reservas Extrativistas (Resex)”	49
<b>Boxe 02 -</b>	Conclusão do Capítulo 2: “A Resex como inovação social e como modelo institucional no território”	80
<b>Boxe 03 -</b>	Conclusão da Parte I: “Resex: constituição de uma referência socioambiental na Amazônia brasileira”	81
<b>Boxe 04 -</b>	Conclusão do Capítulo 3: “São João da Ponta: município e Resex em um mesmo movimento”	138
<b>Boxe 05 -</b>	Território	153
<b>Boxe 06 -</b>	Movimento Identitário no Território	154
<b>Boxe 07 -</b>	Ação Social e Ação Local	156
<b>Boxe 08 -</b>	Participação Social	157
<b>Boxe 09 -</b>	Desenvolvimento Local e Sustentável	159
<b>Boxe 10 -</b>	Conclusão do Capítulo 4: “O município na Resex e a Resex no município: o território em movimento”	162
<b>Boxe 11 -</b>	Conclusão da Parte II: “Do Acre ao Pará: caminhos de uma ação local territorial em direção aos manguezais amazônicos”	163

## Lista de abreviaturas e siglas

APA	Área de Proteção Ambiental
AMOREMA	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá
AMREMC	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu
AUREMAG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá
AUREMAP	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Araí Peroba
AUREMAR	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã
AUREMAT	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua
ASSOPEF	Associação dos Ostreicultores de Pereru de Fátima.
ASSUREMAS	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure
ASSUREMG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Viseu, Piriá e Gurupi
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
MOCAJUIM	Associação dos Usuários da Resex Marinha de São João da Ponta
MOPEPA	Associação Movimento dos Pescadores do Pará
CAUREM	Central das Associações de Usuários das Resex Marinhas do Litoral Paraense
CD	Conselho Deliberativo
CG	Conselho Gestor
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CI	Conservação Internacional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNUC	Cadastro Nacional de Unidade de Conservação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FN	Floresta Nacional
CMSJP	Câmara Municipal de São João da Ponta
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EE	Estação Ecológica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FN	Floresta Nacional

## Lista de abreviaturas e siglas - Continuação

GEPPAM	Grupo de Estudo Paisagem e Planejamento Ambiental
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN	Instituto Internacional para a Conservação da Natureza e do Recurso Natural.
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PMP	Plano de Manejo Participativo
PMSJP	Prefeitura Municipal de São João da Ponta
PN	Parque Nacional
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
RB	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RF	Reserva de Fauna
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Pará
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Pará.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SCO	São Caetano de Odivelas
SJP	São João da Ponta

## **Lista de abreviaturas e siglas - Continuação**

STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STR/SJP	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Ponta
UC	Unidade de Conservação
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPI	Unidade de Proteção Integral
UUS	Unidade de Uso Sustentável
UFPA	Universidade Federal do Pará



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>PARTE I</b>	
<b>RESEX: CONSTITUIÇÃO DE UMA REFERÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA</b>	33
<b>CAPÍTULO 1 CHICO MENDES E O LEGADO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RESEX’S)</b> .....	36
1.1 Chico Mendes antes do Movimento Seringueiro .....	40
1.2 Chico Mendes e o Movimento Seringueiro .....	43
<b>CAPÍTULO 2 – A RESEX COMO INOVAÇÃO SOCIAL E COMO MODELO INSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO</b> .....	50
2.1 A Resex como Inovação social .....	51
2.2 A Resex como modelo institucional .....	53
<b>PARTE II</b>	
<b>DO ACRE AO PARÁ: CAMINHOS DE UMA AÇÃO LOCAL TERRITORIAL EM DIREÇÃO DOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS</b>	82
<b>CAPÍTULO 3 - SÃO JOÃO DA PONTA: MUNICÍPIO E RESEX EM UM MESMO MOVIMENTO</b> .....	86
3.1 São João da Ponta: o território e a emancipação .....	89
3.2 A Reserva Extrativista “Marinha” de São João da Ponta .....	100
<b>CAPÍTULO 4 – O MUNICÍPIO NA RESEX E A RESEX NO MUNICÍPIO: O TERRITÓRIO EM MOVIMENTO</b> .....	139
4.1 Dinâmica associativa ambientalizada: Associação Mocajuiu.....	140
4.2 Ação local de inovação social contínua: Território em Movimento.....	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	164
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	168
<b>APENDICE</b> .....	177
<b>ANEXO</b> .....	182

## INTRODUÇÃO

Como um esforço de investigação, o estudo de caso contribui de forma única para o nosso conhecimento de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente. [...]. Em todas estas situações, a necessidade distintiva de estudos de casos surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos. De forma breve, o estudo de caso permite uma investigação para reter as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real. [...] (YIN, 1994, p.11-12).

A pesquisa de tese se concentra na compreensão de um território em cenário da Amazônia, com comunidades de pescadores e não pescadores, de Reserva Extrativista (Resex) e seus desdobramentos na questão de vivência, resistência e desenvolvimento local, mediante um estudo de caso, sobre o território de São João da Ponta, no Pará.

O objetivo da tese foi demonstrar e interpretar à luz de uma sociologia da ação local as relações sociais que compõem o processo de emergência do território de São João da Ponta enquanto município e Resex; para tanto, buscou-se um espaço de agregação dessas relações sociais para subsidiar a coleta de dados e análises da pesquisa: a Associação dos Usuários da Resex Marinha de São João da Ponta (Mocajum). A Mocajum foi criada formalmente em 23 de Abril de 2003, conforme Estatuto da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (Mocajum), com a missão de proporcionar a participação comunitária ativa para representação e defesa de seus interesses políticos, sociais e culturais, estabelecido em seu Artigo 1º:

Art. 1º - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta/PA, fundada em 13 de Abril de 2003, é uma sociedade de natureza civil, sem finalidades lucrativas, destinadas a proporcionar aos associados uma forma de participação comunitária ativa a representá-los e defendê-los em seus interesses políticos e sócio culturais (ESTATUTO MOCAJUIM, 2013).
---

São João da Ponta (PA) é um território que apresenta uma dinâmica que demonstra movimentos mais amplos e emergentes quanto aos processos decisórios locais advindos de uma organização para a emancipação do município até a implantação de uma Resex. Assim, a pesquisa objetiva, mais especificamente, buscar explicações para caracterizar o território, com o intuito de: 1-Apresentar a Resex em sua constituição como uma referência socioambiental na Amazônia brasileira; 2-Descrever os movimentos (constituição do município e constituição da Resex) do território como dinâmicas centrais em São João da Ponta; 3-Interpretar as ações locais dos usuários da Resex a partir da Associação Mocajum descrevendo o território em movimento na Amazônia, território da ação local e 4-Demonstrar as especificidades do caso

de emergência territorial de São João da Ponta em um contexto de ambientalização no qual o instrumento Resex pode se constituir em inovação em torno da qual podem se aglutinar expectativas sociais e políticas menos excludentes na Amazônia.

São João da Ponta é um território que apresenta características diferenciadas como sua história de emancipação, organização da Resex, formalização da Associação Mocajum e seu destaque em relação às demais Resex do nordeste paraense pelo seu papel articulador em grupos decisórios que envolvem as discussões extrativistas e seus reflexos na comunidade.

Tal território mostra, assim, um diferencial para o estudo sociológico acerca da problemática: como são construídas as relações sociais dos movimentos do território de São João da Ponta que o colocam em um processo de emergência territorial pela ação local? Em face das dificuldades encontradas, atualmente, entre Resex e desenvolvimento local.

O arcabouço metodológico para interpretação do território de São João da Ponta mostra os caminhos escolhidos para obtenção de informações das ações locais e do contexto social no qual a Resex está inserida, quanto: 1-ao problema, hipótese, conceitos e teorias de pesquisa; 2-ao método de pesquisa; 3-ao procedimento de coleta e análise de dados; 4-à sistematização dos resultados dos instrumentos metodológicos; e 5-às limitações da metodologia utilizada. Tais elementos foram listados, de forma a organizar a pesquisa científica; pois, segundo Loureiro (2016), os elementos metodológicos são fundamentais para sustentar a pesquisa científica, contribuindo para a organização das ideias e apresentação dos resultados.

O problema buscou compreender a ação local do território de São João da Ponta a partir de sua manifestação de participação ativa e de inovação social contínua que o leva a uma busca constante do desenvolvimento local e sustentável.

Os movimentos do território buscam um projeto coletivo demonstrado em São João da Ponta, em que a participação da busca e lutas contínuas não estão assentadas, preponderantemente, nem na participação em meio a uma dominação legitimadora e nem em uma de resistência; porém, com conquistas, advindas de uma participação de projeto, que ainda apresenta desafios no desenvolvimento local de seu território pela Associação Mocajum em diversos momentos e lugares, seja na Resex, seja no município.

Todo território é um território em movimento, partiu-se dessa hipótese; pois, a ação local dos atores sociais é o combustível das mudanças sociais no território; a ideia de movimento do território é o reflexo do movimento da ação que pela história e relações construídas permitem um território em constante modificação para a busca do desenvolvimento local. Todavia, algo de relevante em São João da Ponta a partir da

Associação Mocajuiu, como elo entre Resex e município, trouxe a hipótese acerca da existência de categorias conceituais específicas que compõem esse território em movimento na Amazônia, em meio à sua manifestação típica de ação local com busca de parcerias e lutas constantes para conseguir seus resultados, que chegam lentamente e de forma fragmentada, devido a ajustes necessários e falta de recursos ao longo dos processos, que por sua vez, exigem inovações sociais contínuas que compõem a particularidade do território e na Amazônia.

Os conceitos e teorias foram sendo articulados ao problema, à hipótese e resultados encontrados da coleta e análise de dados, gerando uma possibilidade de construção teórica acerca de um território emergente pela ação local em busca do desenvolvimento local e sustentável caracterizando a pesquisa com a tese de território em movimento na Amazônia, advinda, basicamente, do conceito de território em movimento, instituição, ação local, inovação social, participação ativa, movimentos sociohistóricos ou socioterritoriais e desenvolvimento local e sustentável.

O método de pesquisa utilizado no território de São João da Ponta foi a pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, que mostrou enquanto território em movimento, as dinâmicas sociais e espaços de processo decisório e ações locais e coletivas, a serem reveladas dada a emergência de um território amazônico de Resex.

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos (YIN, 2005, p.32).

O método de pesquisa de campo foi classificado como estudo de caso único, por apresentar um estudo que representou um caso revelador, onde permitiu uma análise e compreensão de um fenômeno à investigação científica, o território de São João da Ponta, por revelar a partir da compreensão das ações locais dos atores individuais que emergem como atores coletivos, na Associação Mocajuiu, a construção do desenvolvimento local e sustentável na Amazônia.

O estudo de caso único, apropriado para um estudo que represente um caso revelador, traz em sua proposta a análise e compreensão de um fenômeno à investigação científica (YIN, 2001, p.61-63).

O método de abordagem utilizado foi o qualitativo, por responder a questões particulares e com um universo de significados, valores e motivações; correspondendo a um

espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis; como as relações sociais do grupo de extrativistas da Associação Mocajum, tendo uma amostragem a partir de lideranças e atores que se articulam entre Resex e município pela organização social que constituíram e constituem.

A definição amostral da abordagem qualitativa reflete uma lógica diferenciada da usada na perspectiva quantitativa, pois seus princípios se baseiam na busca de aprofundamento e compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição ou de uma representação; onde o foco está em questões acerca de quais grupos a quem e o que observar, a quem e o que discutir. [...], por responder a questões particulares; como o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes; correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2005, p.94-95).

O universo da pesquisa abrange 434 usuários da Resex, conforme dados do gestor do ICMBio, em última atualização, em 2016, e da Associação Mocajum, em 2018. Diante desse universo, foram definidas como amostragem as lideranças comunitárias, dos pólos-comunidades, na condição de associados e conselheiros, além de atores relatados e que tenham relação direta ou indireta com a emancipação do município, criação da Resex e Associação Mocajum, além das informações adquiridas na pesquisa. Os pesquisados demonstraram, fortemente, o interesse em serem mostrados, no sentido de suas falas e imagens, na autovalorização e empoderamento de suas ações. Por isso, optou-se por identificá-los(as) possibilitando-os(as) o reconhecimento pelas suas falas, narrativas e ações locais, fato este também discutido nas reuniões do conselho deliberativo, por exemplo.

A Associação Mocajum como objeto de pesquisa se configura num espaço de processo decisório e construção coletiva pelos atores individuais onde são encontradas as lideranças locais, técnicos governamentais, parceiros, etc., que buscam o planejamento e implementação de políticas públicas necessárias para a garantia de desenvolvimento num contexto desafiador de sustentabilidade na Amazônia, em face de relações e movimentos construídos coletivamente, com um papel institucional no cenário de Resex perante o território de São João da Ponta e o nordeste paraense.

A população da pesquisa observada e entrevistada, portanto, deu-se pela amostragem composta por líderes comunitários, associados, conselheiros e atores relatados na construção das relações sociais existentes, referentes à emancipação municipal, à criação da Resex e à Associação Mocajum, composta de 17 entidades, bem como às dinâmicas de emergência do território frente às demais Resex do nordeste paraense, que envolvem associações de 12 (doze) Resex, constituindo a Central das Associações de Usuários das Resex Marinhas do

Litoral Paraense (CAUREM), sendo considerada Associação Mãe–Mocajum, devido sua força de articulação e participação nas discussões e construções coletivas para as políticas públicas locais que envolvem os interesses do nordeste paraense e suas Resex.

O território de São João da Ponta apresenta a Associação Mocajum como elo entre Resex e município, o que necessitou de um procedimento de pesquisa múltiplo para coleta e análise de dados; onde se buscou na coleta de dados o método da triangulação e na análise dos dados o método da hermenêutica.

Triangular os dados é convergir todas as fontes de evidências de coleta de dados selecionadas para as questões da pesquisa, de forma coerente e engajada (YIN, 2005, p.125-128).

O termo adequado para designar a relação do homem com a linguagem, com a história e o mundo não é que os “usa” mas sim que “participa” neles; não moldamos a linguagem, a história ou o nosso “mundo” de um modo pessoal; adaptamos a eles a nossa atividade linguística. A linguagem de facto não é um instrumento mas sim o modo como o ser aparece. Assim, [...] as palavras não funcionam essencialmente para se referirem a esta subjetividade; pelo contrário, referem-se a situação. O fundamento da objetividade não está na subjetividade daquele que fala mas sim na realidade que se exprime *na* e *pela* linguagem. É nesta objetividade que a experiência hermenêutica deverá encontrar o seu fundamento [...]. A experiência hermenêutica é a revelação da verdade. [...]. A verdade nunca é total nem totalmente destituída de ambiguidade; a emergência no sentido da “desocultação”, e sobretudo a ocultação simultânea da verdade em toda a sua plenitude inescotável (PALMER, 1969, p. 244-246).

O método de coleta de dados usado, assim, foi o método da triangulação que destacou, prioritariamente, os instrumentos como a *entrevista, a documentação e observação direta*. Instrumentos estes por possibilitar uma versatilidade metodológica e contrastar as informações para um controle de dados durante o processo de coleta; ou seja, a triangulação é o fundamento lógico para utilizar múltiplas fontes de evidências engajadas e necessárias para pesquisa de campo do tipo estudo de caso.

Os três princípios para a coleta de dados dos estudos de caso, são: [...] utilizar várias fontes de evidências (triangulação/avaliação); [...]. criar um banco de dados para o estudo de caso; e [...] manter o encadeamento de evidências (consiste em permitir que um observador externo, o leitor do estudo de caso, siga a origem de qualquer evidência, indo das questões iniciais da pesquisa até as conclusões finais do estudo de caso) (YIN, 2005, p.124-133).

O método de análise de dados usado, assim, foi o método da hermenêutica cuja análise se dá pela interpretação que é a compreensão dos fenômenos sociais por um dos dados fundamentais a narrativa, relato de experiência dos sujeitos pesquisados, que pelo instrumento da entrevista, possibilita a compreensão dos atores sociais, de forma a apresentar suas ações

locais e relações sociais, sobretudo, em território de Resex, que exige uma análise sobre uma complexa relação coletiva.

A narrativa é um “dado”, definição comum entre as diferentes abordagens, é a necessidade de se obter diretamente dos sujeitos relatos sobre as experiências que vivenciaram ou vivenciam, seja para reconstruir trajetórias de vida, seja para obter acesso à interpretação dos próprios sujeitos sobre suas experiências; ou seja, a narrativa fornece uma compreensão mais profunda de variados aspectos da realidade pesquisada. (SANTOS; VÓLTER; WELLER, 2014, p.199).

A sociologia dominante via com desconfiança, e até mesmo desdém, as contribuições que a pesquisa com narrativas poderia aportar ao conhecimento sociológico da realidade. Pode-se dizer que a resistência, onde ainda hoje persiste, é fruto muito mais do desconhecimento da riqueza analítica que a análise de narrativas já demonstrou do que propriamente da desconfiança em relação ao seu potencial analítico, já que encontra-se disponível uma vasta produção, tanto teórica quanto empírica, a partir de diversas perspectivas analíticas, sobretudo em línguas estrangeiras (SANTOS; VÓLTER; WELLER, 2014, p. 201-202).

O método hermenêutico escolhido utilizou além da narrativa, para a interpretação da realidade de São João da Ponta (PA) no cenário de Resex, dois outros métodos complementares à compreensão do território, a Sociografia (contexto sociohistórico e científico pela documentação analisada) e a Etnografia (contexto sociocultural pelas observações diretas).

A narrativa possível pelas entrevistas, a sociografia possível pelos documentos e a etnografia possível pelas observações diretas criaram formas de interpretação de análise dos dados que permitiram uma compreensão metodológica sobre o território a partir da hermenêutica, esta como fundamento lógico para utilizar múltiplas fontes engajadas e necessárias para o estudo de caso, pois conforme a frase de Gadamer (1999, p.73) “é tarefa da hermenêutica esclarecer o milagre da compreensão” com a missão de decifrar de forma abstrata a realidade concreta, e de relação com a verdade, com o máximo de aproximação com a verdade, evitando uma falsa interpretação.

A compreensão é menos um método através do qual a consciência histórica se aproxima do objeto eleito para alcançar seu conhecimento objetivo do que um processo que tem como pressuposição o estar dentro de um acontecer tradicional. A própria compreensão se mostrou como um acontecer (GADAMER, 1999, p. 462).

Contudo, a utilização da *etnografia*, não como um método inerente da antropologia, mas como uma contribuição acerca de um olhar etnográfico que venha complementar o estudo sociológico de forma a buscar nas observações diretas (no ver) e nas narrativas e história oral das entrevistas (no ouvir) esta percepção do lugar e do grupo social, ou seja,

associando aos registros documentais e científicos, a interpretação das evidências simbólicas no trabalho de campo consolidando-as na escrita da pesquisa; apresentadas na Parte II deste trabalho.

A etnografia é uma descrição densa. [...]. Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos [...] (GEERTZ, 1989, p.20).

Em uma palavra, o ofício do antropólogo teria como principal característica a capacidade de desvendar ou de interpretar evidências simbólicas. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007, p.10).

Para obter a observação direta, deve-se ir ao campo de pesquisa, ao “sítio” do estudo de caso, para criar a oportunidade de observações, assumindo que o fenômeno de interesse é histórico, mas também observar alguns comportamentos relevantes ou condições ambientais disponíveis, que servem ainda como outra fonte de provas num estudo de caso (YIN, 1994, p. 106).

A utilização da sociografia também teve um papel de contribuir para o horizonte hermenêutico, que complementou o estudo de forma a buscar na trajetória sociohistórica e científica dos documentos legitimados analisados o conhecimento técnico e científico sobre o lugar e o grupo social, valorizando a dinâmica e contribuição anterior quanto ao cenário de Resex na Amazônia e avanços nas instituições governamentais e não governamentais em políticas públicas para o desenvolvimento local.

O termo sociografia, de maneira geral, significa a parte da Sociologia que cuida do material demográfico, estatístico, histórico, folclórico, geográfico, ecológico, etc. de grupos sociais (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2015).

A sociografia, assim, remete-nos a uma análise sobre os estudos científicos sociológicos e registros dos acontecimentos sociais, que podem ser amparados pelos instrumentos descritos na definição acima. Oliveira Filho (1996), ao realizar a reflexão metodológica em Florestan Fernandes, que se preocupava com a forte linguagem causalista em seus escritos metodológicos e teóricos sobre os problemas sociais brasileiros e também em estabelecer um padrão científico nas análises sociais, afirma que os dados coletados nas instâncias empíricas quando interpretados, necessitam de certa construção tipológica, caracterizada, segundo Florestan Fernandes, pela sociologia descritiva ou sociografia como etapa da constituição da sociologia; numa relação de reciprocidade em termos mais amplos entre sociografia e sociologia.



A Sociologia Descritiva investiga os fenômenos sociais no plano de sua manifestação concreta, procurando captar os elementos e os fatores sociais nas próprias condições reais em que eles operam (LAKATOS, 1990, p. 24).

O termo sociografia, portanto, enquanto método de pesquisa nasce em Florestan Fernandes, que é a sociologia descritiva por descrever a manifestação concreta dos fenômenos sociais para buscar fatores sociais existentes em sua realidade, o que pode ser verificado na trajetória histórica de criação da Resex, como inovação social no Acre, idealizada por Chico Mendes para reserva dos seringais, passando pela institucionalização governamental até chegar ao Pará, em outro cenário de reserva dos manguezais amazônicos, mesclando realidade concreta, com registros documentais e estudos científicos; apresentadas na Parte I deste trabalho.

A própria interpretação é histórica, e se tentarmos fazer dela qualquer outra coisa acrescentando-lhe ou tirando-lhe algo, empobrecemos a interpretação e empobrecemo-nos a nos mesmos (PALMER, 1969, p. 254).

A sistematização dos resultados dos instrumentos metodológicos mostrou que a entrevista, os documentos e a observação direta, de forma teórico-prática vislumbraram informações sobre os entrevistados e os fatos sociais, encaminhando um encadeamento de busca de teorias e documentos que subsidiaram a convergência dos mesmos para a hermenêutica da pesquisa, para a interpretação do território em movimento na Amazônia, a partir da Resex de São João da Ponta.

As entrevistas realizadas tiveram a contribuição de 26 (vinte e seis) pessoas que estavam e/ou estão ligadas à Associação Mocajum, Resex e dinâmicas no município, como os associados, fundadores-associados, conselheiros da Resex de São João da Ponta, lideranças dos pólos-comunidade da Resex, parceiros governamentais e não governamentais, munícipes de São João da Ponta e São Caetano de Odivelas; conforme síntese das entrevistas realizadas no Quadro 01.

Realizar as entrevistas significou conhecer um tempo característico do território de São João da Ponta, que passou a ser comum entre a maioria dos entrevistados, o que denominei de tempo-confiança. Um tempo que passou por fases, como a de pré-confiança, caracterizada pela dificuldade em conseguir as entrevistas ou consegui-las, mas com informações generalistas sobre a ação local da Resex, com carga comportamental de proteção da informação local; e a fase de confiança, com a abertura de informações devido ao ganho de legitimidade no grupo com uma carga comportamental de divulgação da informação local e

empoderamento da pesquisa junto aos demais no território, após apresentação em pauta do conselho deliberativo da Resex.

A mudança para a conquista da confiança estabeleceu-se perante uma metodologia de entrevistas com um ritual prévio, intermediário e livre. No ritual prévio a base foi a apresentação: 1-conversa informal com apresentação da pesquisa e seus propósitos; 2-entrega de carta de apresentação da pesquisa (Apêndice A); 3-apresentação do termo de autorização de uso de imagem (Apêndice B); 4-registro de informações gerais, sobretudo, de contado em diário de campo (Apêndice C); e 5-descrição de outros entrevistados anteriores e seus encaminhamentos e indicações de potenciais entrevistados. No ritual intermediário a base foi a consolidação das fontes: 1-assinatura do termo de autorização de uso de imagem; 2-registro de informações em diário de campo acerca de seu papel social, ações, participações, percepções, entre outras; e 3-registro de gravação audiovisual e de imagem. E no ritual livre a base foi a liberdade narrativa do entrevistado: 1-local e horário de acordo com a vontade e necessidade do entrevistado; 2-sugestões de temáticas e roteiro sobre o território para conduzir e estimular a narrativa; e 3-repeito ao tempo do entrevistado, seja na narrativa, seja na descrição de seu contexto de ação local. À medida que o tempo-confiança foi se legitimando no ambiente de pesquisa, essas fases da entrevista não apresentavam mais entre elas maiores distâncias como no início da pesquisa.

**Quadro 01:** Síntese das Entrevistas Realizadas.

<b>Nº</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Cargo/ Função</b>	<b>Instituição</b>	<b>Data/Período e Local</b>
01	Assessora de Comunicação	Comunicação	ONG Mamirauá	SJP/PA: 26/10/2017
02	Antônio Santa Rosa dos Santos.	Extrativista	ASSOPEF SCO/PA	SCO/PA: 1-22-10-2017
03	Bruna Maria Lima Martins	Coord. estadual Projeto Pesca Sustentável da Costa Amazônica	UNESCO	São Luís/MA: 1-31/08/2016 (Belém/PA) 2-07/12/2017
04	Carlos Alex Loureiro dos Santos	Extrativista	ASSOPEF SCO/PA	SCO/PA: 1-22-10-2017
05	Dênis Domingues	Projeto Pesca Mais Sustentável	Conservação Internacional	SJP/PA: 1-26/10/2017 Castanhal/PA: 2-06/11/2017
06	Igor Charles C. Alves	Professor	UNAMA	(Castanhal/PA) 1-06/11/2017
07	Jefferson Gentil da Costa Júnior	Engenheiro de Pesca	Emater- Castanhal/PA	SJP/PA: 1-25/10/2017

**Quadro 01:** Síntese das Entrevistas Realizadas. (Continuação).

<b>Nº</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Cargo/ Função</b>	<b>Instituição</b>	<b>Data/Período e Local</b>
08	João de Lima Coelho	Usuário e Conselheiro Polo Sede Mocajuiu	SJP/PA: 1-17/12/2015 2-28/04/2016 3-28/06/2016 4-21 e 25/07/2016 São Luís/MA: 5-30 e 31/08/16 SJP/PA:	6-29/09/2016 7-23/02/2017 8-27/04/2017 9-07 e 08/07/2017 10-25 e 26/10/2017 11-08/12/2017 Castanhal/PA: 12-06 e 08/11/2017
09	Jorge Caetano Viegas de Góes	Extrativista	ASSOPEF SCO/PA	SCO/PA: 1-22-10-2017
10	Kátia Barros	Articuladora	COFREM	Castanhal/PA: 06/11/2017
11	Lourenço da Silva Gonzaga	Ex-vereador e Professor	Vila Nova Comunidade SJP/PA	SJP/PA: 1-30/07/2015
12	Leonardo Hasenclever	Consultor	RARE	Castanhal/PA: 06/11/2017
13	Léia Terezinha da Silva Gonzaga	Agricultora	Vila Nova Comunidade SJP/PA	SJP/PA: 1-15/07/2013 2-26/07/2015 3-30/07/2015
14	Massimiliano Lombardo	Coord. Geral Projeto Pesca Sustentável da Costa Amazônica	UNESCO/DF	São Luís/MA: 1-30/08/2016
15	Manoel Ferreira das Neves	Extrativista e Presidente da Associação Mocajuiu	SJP/PA: 1-17/12/2015 2-28/04/2016 3-28/06/2016 4-20 e 25/07/2016 Belém/PA: 5- 27/07/2016	SJP/PA: 6-29/09/2016 7-23/02/2017 8-27/04/2017 9-07 e 08/07/2017 10-25 e 26/10/2017 Castanhal/PA: 11-06 e 08/11/2017
16	Naldo Silva	Conselheiro Pólo Guarajuba Resex de SJP	Associação Mocajuiu	SJP/PA: 20/07/2016
17	Nelson Almeida Santa Brígida	Ex-presidente da Associação Mocajuiu Ex-prefeito de SJP/PA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - SJP/PA	SJP/PA: 1-20/07/2015 2-26/03/2016 3-22/07/2016 4-03/12/2017
18	Patrick Heleno dos Santos Passos	Sociólogo Conselheiro Governamental	Sedap/PA	SJP/PA: 1-28/04/2016 2-25 e 26/10/2017
19	Raimunda Santa Rosa Moura	Conselheira Pólo Porto Grande Resex de SJP	SJP/PA: 1-28/06/2016 2-20, 25 e 27/07/16 3-29/09/2016 4-23/02/2017	5-27/04/2017 6-07 e 08/07/2017 7-25 e 26/10/2017 Castanhal/PA: 8-06 e 08/11/2017
20	Rosalino Sousa Monteiro	Conselheira Pólo Bom-Fim Resex de SJP	Associação Mocajuiu	SJP/PA: 25/07/2016
21	Sandra Regina Pereira Gonçalves	Conselheira Resex de Curuçá	Associação da Resex Mãe Grande de Curuçá	SJP/PA: 1-28/04/2016

**Quadro 01:** Síntese das Entrevistas Realizadas. (Continuação).

<b>Nº</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Cargo/ Função</b>	<b>Instituição</b>	<b>Data/Período e Local</b>
22	Sheyla da Silva Leão	Gestora Resex Caeté-Taperaçu de Bragança	ICMBio/ Bragança/PA	São Luís/MA: 1-30 e 31/08/2016
23	Silvério das Chagas Soares	Conselheiro Pólo Deolândia Resex de SJP	Associação Mocajum	SJP/PA: 1-30/07/2016
24	Valter Chagas da Fonseca	Ex-presidente da Colônia de Pescadores	Resex de São Caetano de Odivelas/PA	SJP/PA: 1-06/11/2017
25	Waldemar Londres Vergara Filho	Biólogo e gestor da Resex SJP	ICMBio/ SJP/PA: 1-17/12/2015 2-28/04/2016 3-28/06/2016	Belém/PA: 4-19/08/2016 São Luís/MA: 5-30/08/2016
26	Zacarias Monteiro Bandeira	Ex-presidente e Tesoureiro da Associação Mocajum	Associação Mocajum SJP/PA: 1-17/12/2015	2-28/04/2016 3-28/06/2016 4-27/04/2017 5-25 e 26/10/2017

Fonte: Pesquisa de Campo – Rosa Ibiapina.

Os documentos consultados apresentam um conjunto de informações de origem governamental, de banco de dados sobre unidades de conservação, de organização institucional e de trabalhos científicos sobre Resex, que tiveram em uma etapa anterior ao trabalho de campo, a contribuição subsidiada pela sociografia com estudos do contexto sociohistórico das Resex e trabalhos científicos buscando o significado e origem das Resex; na etapa do trabalho de campo, houve a oportunidade de consulta de registros documentais locais com documentos disponibilizados pela Associação Mocajum, também apresentando dificuldades, conforme o tempo-confiança descrito sobre as entrevistas; pois, da mesma forma que este tempo foi fundamental para a abertura das entrevistas, foi decisivo para deliberação de documentos pertencentes à Resex de São João da Ponta, sobretudo, quanto às atas do conselho deliberativo da Resex, de posse do ICMBio, gestor da mesma, não disponível na Associação Mocajum. Além dos estudos e pesquisas científicas sobre Resex apresentados no decorrer da exposição do trabalho, segue a síntese dos documentos consultados no Quadro 02.

**Quadro 02:** Síntese dos Documentos Consultados.

<b>Nº</b>	<b>Descrição de Documentos Consultados</b>	<b>Sítios/Locais Disponíveis</b>
01	Atas de reunião da Associação Mocajum	Associação Mocajum
02	Atas de reunião do Conselho Deliberativo da Resex de SJP	Presidente do Conselho Deliberativo (ICMBio)
03	Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC) do MMA.	www.mma.gov.br
04	Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares (Diagnóstico Socioambiental). São João da Ponta: ICMBio, 2010.	Associação Mocajum
05	Conservação Internacional - CI	www.conservation.org/brasil
06	Chamada pública de projetos - Fundo Amazônia – nº 01/2017, BNDES/Departamento de Gestão do Fundo Amazônia – DEFAM, 2017.	www.bndes.gov.br
07	Decreto-lei Presidencial s/nº, de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará	www.dou.jusbrasil.com.br
08	Estatuto da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (Mocajum).	Associação Mocajum
09	Instrução Normativa nº 01 de 18 de setembro de 2007/ICMBio – Plano de Manejo	www.dou.jusbrasil.com.br
10	Instrução Normativa nº 02 de 18 de setembro de 2007/ICMBio – Conselho Deliberativo	www.dou.jusbrasil.com.br
11	Lei Estadual nº 5.920, de 27 de dezembro de 1995. Cria o Município de São João da Ponta.	www.ioepa.com.br
12	Portaria nº 11, de 05 de fevereiro de 2007. Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de São João da Ponta,	www.dou.jusbrasil.com.br
13	Projeto Pesca Sustentável da Costa Amazônica	www.unesco.org
14	Programa Bolsa Verde em São João da Ponta/PA	www.mma.gov.br
15	RARE ONG	www.rare.org
16	Relação de cadastros dos usuários da Resex de SJP/PA	Associação Mocajum

Fonte: Pesquisa de Campo – Rosa Ibiapina.

As observações diretas realizadas apresentam um conjunto de verificações na Associação Mocajum e demais locais onde ocorriam as reuniões, encontros, capacitações, participações em audiência pública, bem como a infraestrutura nos mesmos, disponibilidade dos parceiros nas participações coletivas, em termos técnicos e financeiros, dificuldades e avanços apresentados e destacados pela comunidade local, as posturas e ênfases dada nas entrevistas sobre o aspecto da emancipação, criação da Resex e fundação da Associação Mocajum, identidade de protagonismo frente aos feitos tradicionais, técnicos e científicos, sentimentos e dificuldades das pessoas na defesa do território, seja no município ou fora dele.

Na etapa anterior ao trabalho de campo, o olhar para São João da Ponta deu-se desde o conhecimento de emancipação do município com primeiro contato local, em 1998, onde apresentava uma postura marcante que era a pressa para a mudança e melhoria socioambiental, que chamava mais atenção entre outras questões no município, que se intensificou ainda mais com a emancipação do mesmo em relação ao município de origem São Caetano de Odivelas; tal interpretação deu-se pela observação de uma cultura durante 14 (quatorze) anos até às primeiras pesquisas de campo com propósito científico, com registros de uma cultura da inovação social contínua e da participação ativa, a partir de 2013.

As dificuldades em observar os parceiros e seus objetivos em relação à Resex de São João da Ponta foram superadas à medida que, estrategicamente, optou-se por buscar na agenda da Associação Mocajum ações que estavam ligadas a determinadas pautas e parceiros. Isso não significou que o tempo-confiança mais uma vez não estivesse presente, pois a partir da aceitação comunitária acerca da pesquisa, houve a abertura para participação e observação direta, tanto na Associação Mocajum quanto nos locais de eventos ou outras atividades, locais e fora do município; visto que os parceiros governamentais e não governamentais seguiam o que a Associação Mocajum legitimava.

O estudo de caso do território de São João da Ponta apresenta espaços de negociação e poder, que se move em uma linha de participações e migrações. Dessa forma, conhecer e ver questões para interpretações das ações locais necessitam seguir ações também fora do local, com a Associação Mocajum e seus parceiros para garantir suas parcelas de participação e interferência nos momentos decisórios.

Para tanto, as observações diretas, bem como as entrevistas e buscas de documentos, alinhavam-se, inclusive, nesses demais espaços de encontro, de decisão e participação. Tais verificações estão no conjunto de observações diretas em São João da Ponta e locais de arenas participativas fora de São João da Ponta; conforme síntese das observações diretas realizadas no Quadro 03.

**Quadro 03:** Síntese das Observações Diretas Realizadas.

<b>Nº</b>	<b>Descrição das Observações</b>	<b>Local</b>
01	Audiência Pública da Foz da Bacia do Amazonas, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ibama, em 27/07/2016.	Hotel Princesa Louçã Belém/PA
02	Curso de Inovação Produtiva no manejo do caranguejo – Emater, Conservação Internacional, RARE e Mamirauá, período de 23 a 27/10/2017.	Paróquia São João Batista, Área de Manguezal e Sede da Associação Mocajuiu - SJP/PA
03	Oficina de Elaboração de Proposta para Biodiversidade ao Edital nº 01/2017 Banco do Brasil – RARE, período de 06 a 08/11/2017.	UFRA Castanhal/PA
04	Reuniões do Conselho Deliberativo da Resex de São João da Ponta (12/15; 04, 06 e 09/16 e 02, 04 e 05/17)	Sede da Associação Mocajuiu - SJP/PA
05	II Encontro do Pesca Sustentável da Costa Amazônica – UNESCO, no período de 30 e 31/08/2016.	Hotel Brisas São Luís/MA
06	Narrativas acerca da Resex em entrevista na pesquisa de campo dos associados, conselheiros e munícipes.	Pólos e Comunidades da Resex de SJP/PA
07	Narrativas acerca da Resex em entrevista na pesquisa de campo dos parceiros governamentais e não governamentais.	Parceiros (Igreja, Prefeitura Municipal de SJP, Sedap/Governo do Estado, entre outras) da Resex de SJP/PA
08	Infraestrutura da sede da Associação Mocajuiu e de locais de utilização e/ou atuação de suas atividades, bem como das instituições parceiras.	SJP/PA Castanhal/PA Belém/PA São Luís/MA
09	Proteção de informações das ações locais e protagonismo na construção técnica e científica.	Associação Mocajuiu ICMBio

Fonte: Pesquisa de Campo – Rosa Ibiapina.

As limitações da metodologia utilizada se referem a aspectos que vão desde, as referências que se apresentam, passando pelos instrumentos realizados e consultados, até a interpretação da realidade, que é a busca da proximidade da verdade, da hermenêutica enquanto método de pesquisa.

Todo método de interpretação apresenta, assim, uma limitação que para Ricouer é devido ser construído em um quadro de tipo ideal e para Weber devido ser uma Hipostasia, ou seja, ser limitada a percepção da compreensão do mundo, o que impede que caíamos no perigo das significações da categorização social e ideologias, o que pode ocorrer com mais facilidade, por exemplo, nas políticas públicas (MENDONÇA, 2013).

A utilização da hermenêutica implica importantes aspectos a considerar, como: 1- Horizonte Hermenêutico: em que somente existe compreensão se tiver um preconceito, um conhecimento anterior que assentados na vivência que mudam, com a existência de largos e estreitos horizontes, é onde se traz todos as experiências da vida; 2-Consciência Hermenêutica: processo de abertura para a escuta e para a visão, que é um processo que se

assenta na humildade; 3-Círculo Hermenêutico: o círculo está sempre no processo de compreensão com bases em pressupostos que carregamos, é a concepção de que existe a complementariedade entre interpretação e aplicação completa para esta compreensão; 4-Pertença: com a tradição/estranhamento, ou seja, um olhar para a verificação dos costumes e daquilo que foge ao comum e; 5-Distanciamento: é o momento para realizar a tradução das relações buscando a imparcialidade científica. Há Dialética entre a pertença e o distanciamento, pois a pertença se assenta na tradição e horizonte hermenêutico, mas o distanciamento está na compreensão desta consciência hermenêutica (GADAMER, 1999).

A hermenêutica enquanto método apresenta desafios que perpassam pela forma de compreensão da realidade que depende do horizonte e consciência hermenêutica, complementada pela sociografia e etnografia para a interpretação da realidade, que passa a ser uma forma de se relacionar com o universo e população na pesquisa, sobre o objeto de pesquisa, de forma limitada em que a verdade é apenas aproximada, mediada pela humildade e abertura à aceitação da tensão entre pertença e distanciamento; onde a concretização da hermenêutica está na aplicação da estrutura ou formatação da pesquisa, em duas partes com dois capítulos construídos a partir de reflexão interpretativa de um território em movimento na Amazônia. Tendo como premissa no processo metodológico de pesquisa, por ser nas ciências sociais, um fundamento básico: o ouvir hermenêutico, o ouvir para a interpretação das relações pelas entrevistas e narrativas que conduziram à compreensão das ações no território, sob um cronograma de pesquisa vinculado a um prazo acadêmico-científico e a um tempo-confiança para fazer jus ao estudo de caso.

O cronograma de pesquisa se estabeleceu desde 2013, onde foram realizadas observações de campo e estudos teóricos a partir de conteúdos disciplinares no, então, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), atualmente Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2014, continuou-se com o projeto de pesquisa de tese, associando aos estudos acadêmicos a construção da metodologia da pesquisa; apoiando-se, primeiramente, na sociografia de território de Resex. Em 2015, os trabalhos de campo se tornaram mais intensos com a Associação Mocajum e alguns municípios, articulando ao método hermenêutico com narrativas, mediante as entrevistas, a etnografia com as observações diretas, tendo um horizonte hermenêutico existente em observação anterior, de 1998 a 2012. Em 2016, ampliaram-se os resultados do método de coleta e análise de dados devido à legitimidade perante autorização formal e informal, para a realização dos trabalhos, marcando o momento do tempo-confiança conquistado, de fundamental importância para pesquisa em um ano de



intensa atividade da Resex, possibilitando a qualificação da pesquisa em 22/06/2016. Em 2017, houve dois momentos diferenciados, o primeiro, o da continuação do acompanhamento das dinâmicas locais, refutação das informações, retomada a alguns entrevistados e, segundo, o da consolidação das informações em relatório, com a finalização em dezembro de 2017 e defesa programada para 2018. Síntese do cronograma no Apêndice D – Cronograma de Pesquisa de Doutorado.

Esse delineamento de ações da pesquisa de campo mostrou um estudo sobre uma população, que iniciei categorizando como população haliêutica, ou seja, população das águas, que vive das águas, como a de pescadores, que mesclam relações tradicionais e modernas, a partir da Resex e sua Associação Mocajum numa territorialidade e territorialização local; conforme a concepção de população haliêutica de Aliette Geistdoerfer (2000). No entanto, a pesquisa mostrou pelo ouvir hermenêutico que a população é de Maretório, que vivem do mar e moram no território, conforme sua própria autodefinição.

A pesquisa, portanto, de forma teórica, mostra os caminhos escolhidos para investigar e analisar o território de Resex, com diversos aspectos de participação coletiva e comportamentos emergentes que criam situações e possibilidades novas no território da Resex de São João da Ponta e, de forma prática, mostra as sínteses de entrevistas, documentos e observação direta, das técnicas utilizadas para demonstração de instrumentos e mecanismos utilizados para análise da pesquisa, integrando informações abordadas na Parte I e II e seus respectivos capítulos, marcadas por uma abordagem sociográfica e etnográfica; integradas às narrativas para interpretação do território pela hermenêutica. Sendo um convite para conhecer mais uma particularidade da Amazônia, a ação local da Resex de São João da Ponta, no Pará.

A Parte I: “Resex: constituição de uma referência socioambiental na Amazônia brasileira” apresentará, a partir de uma reflexão teórico-prática, os processos sociais em torno das Resex, que inicia como inovação social, liderado pelo seringueiro e ambientalista “Chico Mendes” e se consolida como modelo institucional, liderada pelo governo em parceria com as populações tradicionais, impulsionando a Resex para outros cenários e territórios.

A Parte II: “Do Acre ao Pará: caminhos de uma ação local territorial em direção dos manguezais amazônicos” apresentará, a partir de uma reflexão teórico-prática, as principais ações locais dos movimentos sociohistóricos ou socioterritoriais de São João da Ponta como a emancipação municipal e a criação da Resex em um mesmo movimento, bem como a interpretação das ações locais dos usuários da Resex a partir da Associação Mocajum descrevendo o território em movimento na Amazônia, território da ação local e inovação social contínua pela participação ativa, com vistas ao desenvolvimento local e sustentável.

## **PARTE I**

### **RESEX: CONSTITUIÇÃO DE UMA REFERÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Essa minha presença no cenário internacional, o registro de minhas denúncias, a repercussão nos jornais americanos, a oportunidade de ser ouvido por banqueiros internacionais, autoridades, políticos, líderes ambientalistas, tudo isso me faz muito feliz. Acho que tenho, dentro de minhas limitações, contribuído para a defesa da Amazônia, dos seus trabalhadores. Nunca passou pela minha cabeça, dez anos atrás, chegar nos Estados Unidos com a missão de falar pelos povos da floresta. Isso foi o resultado do trabalho de muitos companheiros. Apesar de aparecer na história, não me sinto uma liderança; sinto-me igual a outro seringueiro que tenha contribuído para o fortalecimento do movimento. Apesar dos ataques, calúnias, acusações, eu me sinto feliz. Parte dos meus sonhos já foram realizados (MENDES, Chico, 1988).

A dimensão de referência socioambiental na Amazônia conquistada pelas Resex foi possível pela construção social de instrumentos jurídicos e políticas públicas na garantia de soluções de conflitos fundiários pela conciliação entre reforma agrária e meio ambiente; reivindicada por grupos sociais marginalizados e sem poder econômico e político que desejavam proteger seus recursos naturais e sua subsistência.

Tal reivindicação foi liderada pelos seringueiros, categoria que não estava explicitamente assegurada na Constituição de 1988, assim como a de indígenas e quilombolas; caracterizando uma luta por construção de direitos, de uma proposta à transformação em política pública; ou seja, de uma proposta que garantisse a terra, a subsistência e a proteção ambiental para uma política pública com garantia legítima pelo governo brasileiro. Em suma, esta concretização cria uma modalidade original de regularização de direitos fundiários e proteção de territórios e recursos naturais que se conhece como reserva extrativista.

A Resex é na Amazônia, um símbolo de resistência, conquista e constante mobilização social tornando-se referência socioambiental.

No Brasil, dois grupos sociais têm direitos assegurados na Constituição de 1988: os indígenas e os quilombolas. [...]. As demais comunidades rurais, especialmente as que vivem em florestas e na condição de posseiros, tiveram que conquistar o direito de obter o reconhecimento dos direitos de posse em modalidades apropriadas às características econômicas, ambientais e culturais que apresentam. Para isso, definiram e construíram socialmente os instrumentos jurídicos e as políticas públicas necessários para tornar estas conquistas universais. O exemplo mais relevante é o dos seringueiros, que formularam uma política específica de reforma agrária e proteção ambiental, as Reservas Extrativistas, depois de mais de dez anos de confrontos em torno da terra e dos recursos naturais. [...] Ao transformar a proposta dos seringueiros em política pública, o governo brasileiro criou uma modalidade original de regularização de direitos fundiários e proteção de territórios e recursos naturais. Foi o resultado de um histórico processo de mobilização social ocorrido na Amazônia nas últimas décadas do século passado. Os atores principais – seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu – são grupos sociais pobres e marginalizados, sem poder econômico nem força política, que têm em comum o fato de depender dos recursos naturais (lagos, florestas, rios, mar, cerrados) para obter a própria subsistência (ALLEGRETTI, 2008, p. 40).

Então, pensar a Resex como constituição de uma referência socioambiental na Amazônia brasileira, significa olhá-la como ação diferencial desde a concepção até os dias atuais em uma trajetória construída para a solução de problemas que infringiram e/ou infringe o almejado convívio equilibrado entre sociedade e meio ambiente de forma sustentável e particular de cada território.

É no território, lugar de identidade, de reconhecimento sociocultural e de pertencimento, que emergem atores sociais, sobretudo, de populações tradicionais, que por vislumbrar um ideal de vida com a natureza, passam a reivindicar, entre outras questões, condições básicas de vida, formas de trabalho justas e participação legitimada na construção de tais soluções locais, gerando conflitos de interesse. Daí surge um olhar para a ação local que projeta o território pelas referências de suas criações.

A ação local traz, assim, em sua raiz o território, os atores sociais e suas dinâmicas com vistas à criação, inovação social. A ação local em Resex, por sua vez, trouxe em sua raiz esses elementos em dois momentos diferenciados, abordados nesta Parte I: o primeiro, de sua concepção de inovação social a partir de um idealizador e ambientalista e, o segundo, de sua transformação de inovação social ao modelo institucional de políticas públicas.

O momento de concepção e inovação social da Resex será apresentado no Capítulo 1 com as ideias e ações do Movimento Seringueiro, liderado por “Chico Mendes”, deixando Resex como seu legado socioambiental.

O momento de inovação social à institucionalização da Resex será apresentado no Capítulo 2 com a transformação da essência de Resex como inovação social, com liderança pelas populações tradicionais para a de modelo institucional, liderada pelo governo em parceria com as populações tradicionais; transformando-a em padrão de identidade comum e, simultaneamente, peculiar à medida de suas inovações sociais contínuas, como a Resex de São João da Ponta a ser abordada na Parte II.

## **CAPÍTULO 1 - CHICO MENDES E O LEGADO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RESEX).**

A Amazônia em geral é conhecida pela mídia como um patrimônio natural com exuberância e diversidade, mas também pelas ameaças de desmatamento e degradação desse patrimônio, a que são dedicadas preocupações nacionais e internacionais; contudo, apresenta sua face socioeconômica em sua zona rural, apesar da divulgação que existem mais pessoas na zona urbana (FLEISCHFRESSER, 2006).

Os atores locais agem no território, por mais longínquos que possam ser e fora do cenário de movimentação urbana, sobretudo, pelas violações de direitos nas relações de trabalho inerentes às zonas rurais.

A Amazônia compreende, em termos legais brasileiros, a delimitação político-administrativa com 09 (nove) estados que são: Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; com desigualdades sociais em meio a lutas históricas de resistência entre Estado e sociedade, como também apoio e recursos de natureza nacional e internacional a projetos associados à manutenção desse patrimônio ecológico, criando diversas relações e caminhos de um desenvolvimento possível para a mesma (FLEISCHFRESSER, 2006).

Dois lados da Amazônia se manifestam na década de 1980, o de patrimônio natural e o de território de lutas e conflitos, emergindo movimentos sociais como o dos seringueiros, no Acre, com suas ideias de utilização coletiva da terra baseado na tradição e conservação ambiental; contrárias ao modelo vigente de produção, o capitalista.

O capitalismo é o modo de produção que implica na continuação, dentro de um movimento histórico, da luta de classes, como nos modos de produção anteriores, tendo como essência ou diferencial a separação entre o produtor e os meios de produção, ou seja, situações práticas que criam duas classes antagônicas: os burgueses, detentores dos meios de produção e os proletários, detentores de sua força de trabalho.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes [...]. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta [...]. Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais [...]. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir

novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado [...]. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2001, p. 1-2).

O Movimento Seringueiro foi um movimento de resistência dos seringueiros que não desejavam mais viver nas condições de trabalho mediante a denúncia da intensidade e do ritmo com que a floresta estava sendo desmatada. Os seringueiros eram as pessoas que trabalham na floresta retirando látex das árvores de seringueira, que ficavam em uma unidade produtiva e social chamada Seringal; porém, não tinham a posse de terra sendo do seringalista, que muitas vezes possuía grande área de terra e exploração nas formas de vida e trabalho. A essas questões o movimento se fundamentou e criou resistências e soluções (FIGUEIREDO, 2004).

Dessa resistência do Movimento Seringueiro é concebida a Reserva Extrativista, a Resex, com o objetivo de utilização da terra de propriedade e uso coletivos, de métodos tradicionais de conservação, enfrentando um modelo de desenvolvimento na Amazônia de propriedade individual da terra para acumulação de capital; movimento que se articula a vários outros movimentos com estratégias contra as estruturas do capitalismo, baseado no saber reconhecidamente pertencente às populações no uso dos recursos naturais condicionantes à sua sobrevivência (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

O capitalismo, em resumo, é a economia do trabalho livre e da acumulação do capital, ou seja, do trabalho livre na propriedade privada dos donos dos meios de produção, executado por aquele que tem apenas a força de trabalho para vender a baixos custos para fazer valer a acumulação do capital.

Para Marx, o capitalismo é a economia do trabalho livre, livre das obrigações que recaíam sobre os servos – ou sobre os escravos, livre (privado) dos meios de produção. Esta é a definição estrutural. A definição alternativa, ou definição modal, refere-se ao objetivo da produção capitalista, não à estrutura na qual ele ocorre, e conceitua o capitalismo como uma sociedade cuja a produção ocorre em função da acumulação do capital. [...] é empregar o valor de troca para produzir mais valor de troca [...], e assim por diante. [...] (COHEN, 2013, p.224).

A essa perspectiva essencial do capitalismo, nos moldes brasileiros, que os seringueiros queriam combater, para suprir as suas necessidades de subsistência em uma propriedade de uso coletivo, e não privado, como o sistema impõe. A Resex apresenta a fundamentação, em sua concepção, contra a perspectiva capitalista.

A construção da ideia de Resex de uso coletivo da terra se consolidou na década de 1990, com a criação das primeiras Resex; todavia, em um contexto social no Brasil que modificaram a relação entre Estado e sociedade civil.

O contexto social era de ajuste neoliberal que tiveram reflexos na reforma do Estado, como a desregulamentação de direitos trabalhistas, cortes dos gastos públicos e privatizações, associado à vulnerabilidade dos movimentos sociais atuantes nas décadas de 1970 e 1980, e ao fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONG's) que desenvolviam ações para os movimentos sociais na intermediação com o Estado. Tal fortalecimento das ONG's criou situações que contribuíram para mudança na relação com o Estado; sendo, assim, de um lado, o Estado com a valorização de cooperação e parceria e, de outro lado, as ONG's com o suporte aos movimentos, na captação e execução de projetos, além da intermediação com o Estado, em um enfrentamento a este contexto neoliberal (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

O ajuste neoliberal no Brasil teve seu desdobramento a partir da política neoliberal iniciada na América Latina, mais especificamente no Chile, pelo ditador Pinochet, que ganhou ainda mais definição na Inglaterra com Margareth Thatcher, com medidas que favorecem a acumulação de capital, com a previsão de conter a moeda e crédito na economia, elevar a taxa de juros, diminuir os impostos sobre rendimentos altos, derrotar as greves, elaborar legislação antissocial, cortar gastos públicos, praticar amplo programa de privatização, entre outras; intensificado e legitimado, em 1989, pela sistematização do ideário neoliberal no encontro conhecido como "Consenso de Washington", nos Estados Unidos, com dois objetivos básicos: a redução de obrigações do Estado e a importação de bens e serviços com a entrada de capitais de risco.

A política neoliberal foi inaugurada no Chile no período do ditador Pinochet, entretanto, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher que ganhou seus contornos mais definitivos e acabados. Segundo Anderson (1995) o programa econômico dos governos Thatcher previam pelo menos a seguinte receita: a) contrair a emissão monetária; b) elevar as taxas de juros; c) diminuir os impostos sobre rendimentos altos; d) abolir os controles sobre fluxos financeiros; e) criar desemprego massivo; e) aplastar as greves; f) elaborar legislação anti-social; g) cortar gastos públicos e finalmente; h) praticar um amplo programa de privatização. [...] (GENNARI, 2002, p. 32).

Na América Latina o chamado ideário neoliberal encontrou sua mais acabada expressão e sistematização no encontro realizado em novembro de 1989 na capital dos Estados Unidos, que ficou conhecido como consenso de Washington. As principais diretrizes de política econômica que emergiram abrangiam, segundo Batista (1994), as seguintes áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; 10) propriedade intelectual. Os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram, "por um lado, a drástica redução do Estado e a

corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.” (BATISTA, 1994, p. 27 apud GENNARI, 2002, p. 32).

As modificações inseridas na Constituição de 1988 viabilizaram no Brasil o acordo assumido no Consenso de Washington, que estabelecia a redução das obrigações do Estado e a importação de bens e serviços, o que contribuiu para o enfraquecimento da luta sindical; pois, o então novo sindicalismo da década de 1980, marcado pela busca de autonomia, crescimento e organização de classe, entra em contraposição com uma fase regressiva na década de 1990, marcada pela reestruturação das empresas, leis trabalhistas e previdenciárias, mudando a postura das centrais sindicais (LEHER, 2002).

Os movimentos sociais da década de 1990 estavam envolvidos com a questão voluntária, responsabilidade social e temas como participação, cidadania, igualdade e empoderamento, na forma de assumir um caráter conciliatório; porém, esvaziados de conteúdo contestador, o que provocou mudança na postura da sociedade civil (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

Há uma contradição, portanto, na década de 1990, visto que o Estado se torna perverso em seu processo de encolhimento de obrigações sociais frente ao projeto democratizante com espaços públicos onde a participação e instâncias decisórias seriam essenciais à redução de exclusões sociais (DAGNINO, 2004 apud CUNHA; LOUREIRO, 2009).

A ambientalização de Resex possível pelo processo participativo de diferentes atores entre Estado e sociedade civil, na década de 1980, teve uma sociedade civil marcada por autonomia e lideranças que possibilitaram a concepção, criação e concretização formal das primeiras Resex; contudo, constituída como política pública, a partir de 1990, houve um enfraquecimento dos movimentos sociais, devido outros interesses e demandas sociais frente ao contexto brasileiro. Ambientalização no processo de participação que aponta a origem de um dos desafios das Resex enquanto modelo institucional, sobretudo, pela dificuldade, parcial ou integralmente, de construção dos instrumentos legais de gestão das unidades de conservação.

O processo histórico, político e social característico dessa mudança na forma de concepção, implementação e gerenciamento das políticas públicas é denominado de Ambientalização. As principais características do início e consolidação desse processo histórico, destacadas por Leite Lopes (2006, p.34), é o uso da interdisciplinaridade em temáticas vinculadas a políticas públicas e instituições do



Estado, tendo a abertura/conquista da participação de diferentes atores sociais, “desde empreendedores a populações vulneráveis ou sob risco”. [...] Há diferentes atores atuantes, sejam públicos, privados, sociedade civil e organização não-governamentais, com distintos interesses acerca da organização, modo de vida, reprodução social, relação entre homem e natureza (OLIVEIRA, 2018, p.79).

Uma liderança marcante na década de 1980 foi “Chico Mendes”, que deixou um legado: a concepção de Resex, uma inovação social, oriunda de um movimento social, seringueiro, do meio da floresta, no Acre, para uma visibilidade nacional e internacional. Dessa forma, a inovação social desse líder amazônico se construiu ao longo de dois momentos: antes do Movimento Seringueiro e com o Movimento Seringueiro.

### **1.1 Chico Mendes antes do Movimento Seringueiro**

Francisco Alves Mendes Filho, o “Chico Mendes”, nasceu em 15 de dezembro de 1944, no Seringal Porto Rico, na cidade de Xapuri, no estado do Acre.

Chico Mendes nasceu em 15 de dezembro de 1944 na “colocação Bom Futuro” no Seringal Porto Rico, localizado no então município de Xapuri, no estado do Acre. A migração ocorria e ocorre ainda com frequência nos seringais e com a família de Chico Mendes não foi diferente. Quando acontece um encontro que seria decisivo (com Euclides Távora) na sua trajetória, ele já estava morando na “Colocação Pontão” no Seringal Cachoeira, também localizado no município de Xapuri, a “colocação Bom Futuro” no Seringal Porto Rico (PAULA; SILVA, 2008, p.10).

Seguiu um processo natural de filho de seringueiro, tornou-se seringueiro. Começou a trabalhar cedo; porém, seguiu rumos diferentes de seus companheiros, tornando-se grande e reconhecido líder; mas, sua luta teve obstáculos, aprendeu a ler por volta de 18 anos por um homem que apareceu no seringal, chamado Euclides Távora, ex-militar que havia participado da coluna prestes, grupo em favor de reformas políticas e sociais no país, no período da ditadura militar, recebendo aulas para aprender a ler, ensinamentos sobre a revolução socialista e organização de trabalhadores, além da visão sobre a organização de movimentos de resistência mediante a criação de associações e sindicatos (BIROLO, 2008).

Nos meados de 1961 ou 1962, apareceu uma pessoa desconhecida para comprar mercadoria, era no nosso barraco. Havíamos há pouco tempo chegado da estrada de seringa e já estávamos começando a defumar o leite. Essa pessoa vinha de viagem, tinha ido ao barracão do seringal comprar mercadorias. Quando ele chegou e nos cumprimentou, eu percebi que era uma pessoa diferente. Não se parecia com os companheiros de nossa vizinhança. Nós tínhamos aquela nossa forma tradicional de falar, pessoas humildes, fala de homem da mata. Ele nos revelou que morava ali perto, três horas de distância da nossa colocação. O visitante logo verificou que eu estava interessado em sua conversa, pra mim era curioso encontrar uma pessoa tão diferente (COSTA SOBRINHO, 1992).

Em 1962, com 18 anos, portanto, “Chico Mendes” foi alfabetizado mudando uma rotina de trabalho desde os 09 (nove) anos de idade, sem oportunidade de estudar, situação comum entre os demais filhos de seringueiros:

Assim, com o consentimento do pai de Chico Mendes, Euclides iniciou o processo de sua alfabetização. O método utilizado envolvia desde o uso de recortes de velhos jornais que Euclides guardava consigo, até os noticiários internacionais transmitidos pelo rádio, como os veiculados pela Central de Moscou e Voz da América. À medida em que ia aumentando sua confiança no “aprendiz”, Euclides revelava o que ocultara dos demais seringueiros: a sua trajetória de militância política no Partido Comunista e sua dedicação apaixonada à causa revolucionária (PAULA; SILVA, 2008, p.10).

“Chico Mendes” além de aprender a ler e a escrever, aprendeu sobre as ideias revolucionárias daquele que chamava de seu “velho amigo e instrutor”, Euclides Távora, que ensinou como analisar a realidade orientando-o para sua trajetória política e de luta de resistência de segmentos sociais excluídos na Amazônia para uma proposta coletiva e emancipação socialista.

Euclides Távora, com as lentes do pensamento marxista enxerga naquele mundo de exploração os sujeitos capazes de realizarem sua própria emancipação. Com as ferramentas ofertadas por Euclides Távora, Chico Mendes não só aprendeu a ler e escrever. Apreendeu, sobretudo, a paixão pelas ideias revolucionárias de seu “velho amigo e instrutor” (forma respeitosa com que se referia a Euclides) e ao seu modo, um método de análise da realidade que orientou sua trajetória política e o projetou para reescrever a História da luta de resistência de uma parcela dos segmentos sociais subalternos na Amazônia brasileira (PAULA; SILVA, 2008, p.10).

O Socialismo é o contraponto das condições materiais de existência da sociedade moderna e de suas constituições políticas, que envolvem a exploração do capital, o verdadeiro socialismo aparece quando as condições existentes de atores sociais explorados aparecem com a consciência de sua condição de classe e exploração (MARX; ENGELS, 2001).

Em 1965, foi ano dos últimos contatos com Euclides Távora, pois este foi o ano de seu desaparecimento misterioso e de desolação de “Chico Mendes”, sentindo-se sem rumo, mas em meio à exploração contra os seringueiros cada vez maior e consciência dessa exploração, iniciou uma luta organizada com atos de desobediência dos seringueiros em relação aos patrões, vendendo parte de sua produção aos intermediários que pagavam melhor, perpassando por inúmeros papéis sociais em defesa dos seringueiros e do meio ambiente, terminando como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri, em virtude de sua morte.

Logo depois da partida de seu “amigo e instrutor”, Chico Mendes relata que começou a luta organizando atos de desobediência dos seringueiros em relação aos patrões. Tais atos consistiam basicamente em burlar a vigilância interna nos seringais e vender parte da produção para os intermediários, que pagavam um preço melhor. Em meados da década de 1970, mais precisamente em 1975, participou da fundação e da primeira direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasília e, em 1977, da fundação do STR de Xapuri, assumindo neste o cargo de presidente, de 1982 até o dia em que foi assassinado, 22 de dezembro de 1988 (PAULA; SILVA, 2008, p.11).

De 1965 a 1970, “Chico Mendes”, após perder seus pais, constitui-se enquanto liderança, vivenciando na prática a luta pelos trabalhadores do seringal, ganhando a confiança da comunidade por ser um homem preocupado com as coisas mais complexas como a luta por trabalho sem exploração, com a alfabetização e consciência social, com a construção de escolas, com uma estrutura social possível para os seringueiros, com a tradição e uso coletivo da propriedade e consciência de luta constante pelos direitos do homem e da floresta; bem como as coisas mais simples do dia a dia, como a leitura e escrita de carta para jovens que para namorarem esperavam por “Chico Mendes” como correio sentimental.

Com a morte de meus pais eu fiquei sozinho. Meus irmãos menores foram pra casa dos tios. Fiquei mais à vontade pra entrar de cheio na luta. No seringal havia muitos jovens, quase todos analfabetos. Eles se namoravam, rapazes e moças queriam escrever cartas, se corresponder. Eu me coloquei à disposição para escrever as cartas e também as ler. Passei a ser a pessoa de confiança da juventude. Muitas vezes eu levei cartas de rapazes pra moças, lia pra elas, e trazia resposta delas pra eles. Fiz muitos amigos. Nunca briguei com ninguém. A minha liderança era reconhecida; quando alguém se sentia prejudicado vinha falar comigo. Todo mundo me procurava pra fazer cartas, pra fazer isso e aquilo outro. Aproveitei dessa liderança para fazer uma escola (COSTA SOBRINHO, 1992).

A característica pessoal peculiar de “Chico Mendes” possibilitou sua legitimidade social perante à comunidade de seringueiros, como referência de homem de luta e saberes admirados em seu território.

“Chico Mendes”, portanto, cria uma experiência e construção social coletiva, sendo homem de luta e chefe de família, oriundo de um meio social sem perspectivas, filho de seringueiros analfabetos, Francisco Alves Mendes e Maria Rita Mendes, migrantes cearenses; mas, que lutou por melhores condições de vida para si, para os outros e para o meio ambiente. Deixou órfãos, em 22 de dezembro de 1988, 03 (três) filhos, viúva e sociedade.

## 1.2 Chico Mendes e o Movimento Seringueiro

A favor da floresta e contra a exploração nos seringais pelos fazendeiros, “Chico Mendes” se destaca pela participação ativa no movimento de resistência, em um contexto de exploração da floresta mais intensa a partir de 1970.

Na década de 1970, houve no Acre ocupações de terras por empresários do Centro-Sul, que conquistaram um terço do Acre, em um período de três a quatro anos, com o objetivo da instalação de fazendas para a pecuária extensiva de corte, em pontos estratégicos ao longo da BR-364, BR-317 e AC-40, mediante a compra de seringais de extensão até então não definida, somada à incorporação de terras devolutas, públicas sem destinação e não particular, ou sem possuidor identificado, causando o uso e abuso da terra, gerando terror e violência nos seringais; sobretudo, pelos incentivos fiscais, juros subsidiados e terra barata aos novos colonizadores, pelos órgãos públicos, estaduais e federais (MENDES, 1989).

Ainda, em 1970, segundo Paula e Silva (2008), “Chico Mendes” participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como primeiro presidente eleito tanto na Direção Nacional quanto na CUT, no Acre.

Isso contribuiu para um fortalecimento de suas ideias e práticas possíveis em prol da Amazônia se transportando para um cenário nacional as questões de conflito ambiental, o que mais tarde se faria em nível internacional.

O governo estadual do Acre, na época, era Wanderlei Dantas, nomeado pela Ditadura Militar, com um papel local articulado ao governo federal para a integração da Amazônia com um projeto de modernização da economia que não incluía o extrativismo, seja da borracha, em primeiro lugar, seja o da castanha, em segundo lugar; que já sofria com as ações das motosserras e queimadas. As ocupações foram legitimadas por três fatores, assim, pela compra, pelo esticamento da propriedade e pelo registro fraudulento dos títulos em cartório; expulsando os índios, posseiros e seringueiros (MENDES, 1989).

A Ditadura Militar [...] o golpe militar, mesmo tendo havido a posse Renieri Mazilli - um político civil da Câmara dos Deputados - na Presidência da República, o Brasil passou a ser, de fato, governado pelo Comando Supremo da Revolução, em um governo provisório. [...] foi constituído pelos representantes: General Artur da Costa e Silva (Exército); Almirante de Esquadra Augusto H. Rademaker Grunewald (Marinha) e Tenente-Brigadeiro Francisco Correa de Melo (Aeronáutica). [...] no dia 1º de abril de 64, os militares, policiais e agitadores civis de direita invadiram e ocuparam sede dos partidos políticos, dos sindicatos de trabalhadores e, em um ato de terrorismo, incendiaram a sede da União Nacional dos Estudantes-UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Muitos estudantes, depois, vieram a ingressar na clandestinidade políticos e na luta armada contra o regime. [...] Desencadeou 20 anos de conflitos políticos, tortura aos que pensavam o contrário e muitos retrocessos sociais, até a democratização (SILVA, 2012, p. 237-238).

Até 1973, não houve resistência, devido à mobilização de advogados, oficiais de justiça, promotores, juízes, policiais, jagunços e pistoleiros, com métodos expulsórios dos mais variados como: compra por preços irrisórios, troca por lotes de área inferior, destruição de plantações, invasão de posses, proibição de desmate para roçado, obstrução de caminhos, espancamentos, assassinatos, entre outras (MENDES, 1989).

Em 1973, segundo Mendes (1989), os extrativistas para defender suas condições de sobrevivência na floresta, contaram com o apoio da igreja local, gerando conflitos entre posseiros e fazendeiros que se tornaram públicos. E, em 1975, com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que instalou uma delegacia no Acre, facilitada de um lado, pelos posseiros e seringueiros e, de outro, pela igreja e seus agentes pastorais, evitaram mais conflitos no Vale do Rio Acre e no Vale do Rio Purus. Mesmo ano que “Chico Mendes” começou a participar do movimento sindical, conquistando a confiança de seus companheiros, sendo indicado e eleito secretário da entidade na assembleia de fundação do sindicato; isto é, não estava mais sozinho o movimento seringueiro.

Ainda em 1975, houve o “Primeiro Encontro dos Seringueiros”, em Brasília, onde a luta sindical veio aliar-se à questão ecológica, onde a ideia de reserva extrativista tomou forma e “Chico Mendes” passou a ser cidadão do mundo (MENDES, 1989).

Em 1976, na política partidária pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), atuou como vereador, um partido de oposição à Ditadura Militar (DE PAULA; SILVA, 2008, p.11).

Em 1978, houve a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais pela CONTAG nos municípios de: Sena Madureira, Brasiléia, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Xapuri e Feijó, unindo os movimentos de resistência, mesmo os mais isolados. Porém, este recém-criado movimento sindical teve dificuldades nas linhas de ação para orientar suas atividades e resistências, onde tiveram o Estatuto da Terra e o Código Civil como instrumentos jurídicos; contudo, o seringueiro estava se constituindo na sua categoria de extrator e não constava na legislação agrária brasileira como seringueiro. A alternativa foi buscar o reconhecimento pela justiça pela condição de posseiro nos termos do Estatuto da Terra e a não pagar mais renda ao barracão, ou seja, de vender sua borracha e comprar sua mercadoria livremente, contudo, as estradas de seringa não contavam como benfeitoria, apenas o barraco de moradia era considerado com tal. Portanto, com os ganhos, o seringueiro trabalhador extrativista, torna-se posseiro, em produtor autônomo, mudando de condição de seringueiro cativo a seringueiro liberto (MENDES, 1989).

Diante de várias lutas; “Chico Mendes” parou, todavia, para avaliar e repensar sobre a orientação sindical de resistência, em virtude de muitos seringueiros não se firmarem na terra após negociações e conflitos graves.

O primeiro teste de “Chico Mendes” à frente do sindicato foi quando liderando os seringueiros enfrentou o proprietário do seringal Carmem, onde trabalhadores seringueiros armados com espingardas e terçados cercaram mais de cem peões que estavam derrubando a floresta com motosserras para formar pastos, levando os fazendeiros a negociar, mediado pela CONTAG, desencadeando dessa negociação a obtenção de lotes em locais acordados entre as partes para os seringueiros. Mas, para decepção de “Chico Mendes”, pouco tempo depois a maioria dos trabalhadores abandonaram ou venderam os lotes recebidos e migraram para a cidade ou para os seringais da Bolívia (MENDES, 1989).

Ao mesmo tempo, que “Chico Mendes” avalia a orientação do movimento seringueiro em suas condutas perante as negociações e acordos conquistados e migrações dos seringueiros, ocorria no âmbito do governo federal e estadual preocupações em virtude dos graves conflitos que estavam ocorrendo na Amazônia, causando um momento de legitimação de políticas públicas.

Os conflitos apresentavam gravidade que causaram mudanças nas políticas do governo, na esfera federal, quanto à questão fundiária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), contestando a legalidade dos títulos de terra dos fazendeiros e dificultando incentivos e financiamentos para os projetos agropecuários e na esfera estadual, quanto à retirada da polícia civil e militar, responsabilizando o Incra na necessidade de desapropriação das terras para fins de reforma agrária, legitimando o movimento sindical. Além do fato de que o movimento sindical estava disposto a negociar, orientado pela CONTAG para que os acordos assegurassem a posse e as benfeitorias, podendo aceitar a saída para outro lote maior ou dentro do modelo na reforma agrária, incluindo a localização e condições de acesso. Acordos esses que possibilitavam vantagens para o posseiro agricultor de serem incluídos no Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) (MENDES, 1989).

No entanto, para o seringueiro que vivia da extração da borracha e da castanha foi uma tragédia por impor sua transformação em agricultor, o que foi percebido e reivindicado por “Chico Mendes”, onde o seringueiro deveria lutar para manter sua posse, as estradas de seringa e seu trabalho original e, não deixar o caminho livre para os pecuaristas transformando a floresta em pastagens, postura que diferencia o sindicato de Xapuri, orientados a não saírem e nem fazerem acordos com os fazendeiros. Assim, apareceu a questão ambiental, onde manter a floresta era garantir o direito de existência do seringueiro

enquanto produtor e extrativista, gerando uma nova estratégia de luta pelo movimento de Xapuri, com proposta de reforma agrária com a regularização de posse de 300 a 400 hectares, a manutenção da floresta e a condição de extrator; mobilização de grande força que tiveram tentativas de impedi-la pelos fazendeiros com o isolamento de “Chico Mendes” e Xapuri, mas o mesmo resistiu e continuou atuando no Seringal Cachoeira, atualmente Reserva Extrativista de Cachoeira (MENDES, 1989).

A política pública de reforma agrária do governo apresentou, assim, duas realidades aos povos da floresta, daqueles que aceitaram à nova adequação de agricultor e daqueles que não desejavam abandonar a atividade de extração de borracha e castanha, dando ao Movimento Seringueiro, a continuação de resistência com mais um elemento, a proteção do meio ambiente e o extrativista como seu protetor.

Em 1980, ao perceber que o MDB “fazia o jogo dos patrões”, saiu do movimento e com demais sindicalistas “Chico Mendes” construiu o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre, em que concorreu às eleições, de 1982 e de 1986, como candidato a deputado estadual; no entanto, não se elegeu por perseguições de correntes no interior do PT, ligadas à igreja católica, que realizavam campanhas anticomunistas contra a corrente clandestina do marxismo-leninismo, que se tornou a partir de 1984, Partido Revolucionário Comunista (PRC) (DE PAULA; SILVA, 2008).

Este período trouxe um fortalecimento do movimento; porém, políticos partidários conseguiram tirar lideranças do movimento seringueiro, causando um enfraquecimento e isolamento pela ausência das principais lideranças dos seringais. Para solucionar esta questão surgiu a ideia do I Encontro Nacional do Seringueiro para unir não só o Acre, como a Amazônia.

O governo do PMDB, instalado no Acre a partir de 1983, conseguiu cooptar a maioria das lideranças sindicais. Lideranças antes combativas se atrelaram ao esquema do PMDB. Esvaziaram o movimento. O sindicato de Xapuri não fez acordos espúrios, não traiu os seus compromissos com os trabalhadores e ficou isolado. Pra romper o isolamento tornou-se preciso buscar apoio diretamente nos seringueiros. Sem a mediação das velhas lideranças! Isso não só no Acre, mas também na Amazônia como um todo. A gente tinha uma tradição de resistência contra o desmatamento, mas era necessário esclarecer melhor porque a gente queria defender a floresta. (COSTA SOBRINHO, 1992, p.185).

O ano de 1985, “Chico Mendes” liderou a articulação para a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), com o objetivo de criar vínculos políticos entre os seringueiros e entre outras categorias de trabalhadores extrativistas, ampliando alianças com outros segmentos da sociedade civil, nacional e internacional, considerado um fenômeno

social por marcar o surgimento de outros movimentos do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); contudo, com formação mais modesta do que no II Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1989, onde passa a ter mais amplitude (DE PAULA; SILVA, 2008).

Em 1987, de humilde seringueiro à personalidade internacional, recebeu honrarias e visibilidade para a Amazônia, com: 1-Prêmio Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU) – para líderes que lutam pela preservação ambiental, pois em sua primeira viagem ao exterior denunciou as políticas de desenvolvimento da Amazônia excludentes; e 2-Medalha da Sociedade para o Mundo Melhor de Nova York; pois possibilitou a ideia de criação de uma comissão de ambientalistas para opinar sobre projetos destinados à Amazônia, conforme relatos de Chico Mendes (COSTA SOBRINHO, 1992, p.186):

Na primeira viagem ao exterior aproveitei para denunciar as políticas ditas de desenvolvimento para a Amazônia. Essas políticas eram financiadas pelos bancos internacionais, e só serviram para arruinar a vida de milhares de trabalhadores da região e contribuir para a devastação da floresta. Essas denúncias eu fiz em Miami, na Flórida, e depois no Congresso Americano em Washington. A repercussão foi muito grande, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. No Brasil também se falou muito. A força de minha denúncia levou-me a receber o prêmio Global 500, da ONU, no dia 6 de julho em Londres.

No dia 21 de setembro recebi em Nova York a medalha da Sociedade para um Mundo Melhor. No dia 22 de setembro de 1967, tive a primeira audiência com os diretores do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Falei da ruína que haviam causado com a aprovação de determinados projetos, sem que as pessoas envolvidas fossem escutadas. A partir daí, me parece, nasceu a ideia de se criar uma comissão de ambientalistas para opinar sobre projetos destinados à Amazônia. O asfaltamento da BR-364 também foi discutido por mim na comissão de Operação de Verbas do Senado americano. Denunciamos a destruição da floresta, os impactos ambientais causados pelo asfaltamento da estrada no trecho Cuiabá - Porto Velho. Falei que se a intenção era levar o desenvolvimento para os povos daquela região, o que ocorreu foi exatamente o contrário. A estrada serviu para beneficiar meia dúzia de latifundiários e arruinar a vida de milhares de trabalhadores.

Em 1988, recebeu o título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro, segundo Costa Sobrinho (1992). Após um reconhecimento público e notório internacional, o Brasil faz as suas honrarias; porém, não o protege, mesmo depois de denúncias claras realizadas, sendo nesse mesmo ano assassinado.

Em 1988, aos 44 anos, Chico Mendes, seringueiro e sindicalista, foi assassinado no Acre a mando do fazendeiro Darly Alves. O motivo do crime foi a atuação de Mendes na defesa do Seringal Cachoeira que Alves desejava destruir. Chico Mendes não foi o único a ser morto porque defendia a Amazônia, mas se tornou um símbolo da luta social e da defesa ecológica (FREIRE, 2014).



Em 22 de dezembro de 1988, “Chico Mendes” foi assassinado no quintal de sua casa no Acre, após diversas ameaças e atentados, apesar de estar com escolta policial (COSTA SOBRINHO, 1992).

O sindicalista foi homenageado com a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, com mais de 930 mil hectares abrangendo os municípios do Acre, como: Rio Branco, Capixaba, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e Sena Madureira, para a exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais (FREIRE, 2014).

Em 2000, dois anos depois do crime, “Chico Mendes” foi homenageado com a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, que incluem os municípios Rio Branco, Capixaba, Assis Brasil, Epitaciolândia, Xapuri e Sena Madureira, no Acre. Concretização de uma concepção socioambiental que lhe custou a vida.

**Boxe 01 – Conclusão do Capítulo 1: “Chico Mendes” e o legado das Reservas Extrativistas (Resex).**

A Resex contou com 2 (dois) atores (Individual e Coletivo), respectivamente, fundamentais em sua construção social: o seringueiro e ambientalista “Chico Mendes” e o Movimento Seringueiro, frente às exclusões dos projetos de desenvolvimento da Amazônia.

A Resex apresentou 3 (três) necessidades fundamentais em sua concepção: 1-posse da terra de apropriação coletiva; 2-utilização da terra de método tradicional e sustentável e 3-proteção do meio ambiente.

A Resex construiu 03 (três) elementos fundamentais em sua inovação social: 1-resistência no território; 2-concepção de Resex e 3-concretização de Resex.

A Resex, portanto, foi a estrutura socioambiental concebida por atores sociais, individual e coletivo, que pela resistência buscaram soluções para suas necessidades, criando alternativas de concepção de terra de uso coletivo, tradicional e sustentável, reforçando a ideia de inovação social, em meio a um contexto de exclusão na Amazônia, política neoliberal e modelo econômico capitalista.

Um dos enfrentamentos à política neoliberal, assim, foi a criação das Resex pelo Movimento Seringueiro. O legado de “Chico Mendes”, portanto, foi um conjunto de acontecimentos, inicialmente, de resistir contra os ataques de fazendeiros e, posteriormente, de pensar alternativas para suprir necessidades dos seringueiros até a criação das reservas extrativistas, ao lado de vários companheiros para a proteção da floresta e do meio ambiente, possibilitando em meio a um contexto desafiador, a construção de maneiras sustentáveis de uso da terra, contribuindo para ampliação das mesmas e usufruto de gerações futuras. Inovação social à luz de um humilde seringueiro, que passou de categoria invisível às leis brasileiras para a visibilidade do homem da floresta e personalidade internacional.

## **CAPÍTULO 2 – A RESEX COMO INOVAÇÃO SOCIAL E COMO MODELO INSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO**

Os movimentos políticos na trajetória de vida de “Chico Mendes” na Amazônia articulado às mudanças ocorridas em prol da invenção social de Resex mostraram que as lutas e inovações realizadas foram relevantes para o contexto socioambiental; contudo, esta inovação vai se acomodando ou se conformando em um modelo institucional que pelas próprias características burocráticas do mesmo, de criação e modificação de seus regulamentos e normas; vai criando, internamente, outras necessidades de inovações para a garantia de direitos e proteção do meio ambiente, numa forma de inovação social contínua.

A dominação, isto é, a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem, pode ter o seu fundamento em diversos motivos de submissão: pode ser determinada diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações racionais de vantagens e desvantagens (referente a meios e fins) por parte daquele que obedece (dominação legal), mas também pode depender de um mero “costume”, ou seja, de um hábito cego de um comportamento inveterado (dominação tradicional); ou pode, finalmente, ter o seu fundamento no puro afeto, ou seja, na mera inclinação pessoal do dominado (dominação carismática). [...]. A dominação “legal” em virtude de ser “estatuto”. O seu tipo mais puro é indiscutivelmente a dominação burocrática. A sua ideia básica é a seguinte: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente no que diz respeito à sua forma (WEBER, 2016, p. 543-544).

A Resex é concebida e criada no contexto de construção social e de inovação social; contudo, apresenta direitos pleiteados e garantidos em política pública pela própria inovação adquirida, que implicam, atualmente, em padrões institucionais que a colocam dentro de um modelo comum que estabelecem normas, dentre outras como a liderança e autonomia da mesma; dando às Resex, simultaneamente, uma forma comum pela inserção em um modelo institucional governamental e, uma forma peculiar, à medida que suas inovações sociais contínuas emergem no território, como as da Resex de São João da Ponta, com movimentos socioterritoriais pelas ações locais construídas, detalhadas na Parte II.

Há, dessa forma, uma mudança da Resex quanto à sua forma e liderança, apresentada neste capítulo, que é a transformação de suas características, de inovação social à institucionalização, de liderança pelas populações tradicionais para liderança pelo governo em parceria com as populações tradicionais, pondo as Resex em um padrão institucional, sem a autonomia de sua concepção e origem. A mudança da essência da Resex deu-se, a partir da década de 1990, de concepção de Resex oriunda de um movimento social seringueiro, no Acre, para um modelo institucional de Resex, no Brasil, oriundo de uma política pública

liderada pelo governo; a ser trada nos itens desse capítulo a partir das características de suas duas formas: A Resex como inovação social e a Resex como modelo institucional.

## 2.1 A Resex como Inovação Social

O I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, foi um marco, como está registrado em suas resoluções, por apresentar a ideia original das Resex, com discussões acerca de necessidades de organização, gestão pela população extrativista e desapropriação das terras, baseada na participação e autonomia; onde tal ideia foi se materializando, primeiro, para os projetos de assentamento extrativistas e, segundo, para as reservas extrativistas.

[...]. Podemos destacar alguns aspectos fundamentais na ideia original das Reservas Extrativistas: necessidade de organização, gestão das áreas pela população extrativista e desapropriação das terras, sempre ancoradas em uma dimensão de participação e autonomia, como expressa nas resoluções do I Encontro Nacional dos Seringueiros, onde está descrita a reforma agrária que se queria para a Amazônia (CNS, 1985) e que futuramente seria materializada na forma dos Projetos de Assentamento Extrativista e de Reservas Extrativistas (CUNHA; LOUREIRO, 2009, p. 5-6).

Momento histórico em que foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em oposição à criação do Conselho Nacional da Borracha que não incluía os seringueiros na composição. O CNS tinha o objetivo principal de articulador das políticas públicas, antes de prerrogativa dos sindicatos, justamente para proteger a ideia original das Resex e evitar que o governo se apropriasse e mudasse os seus rumos:

Organização comunitária e autonomia estavam imbricadas para os seringueiros. Allegretti (2002) relata que a decisão de assumir a existência de organização comunitária sólida como critério prévio à criação das Resex estava relacionada à preocupação dos seringueiros de que a ideia das Resex fosse apropriada pelo governo e esvaziada de seu conteúdo original (CUNHA; LOUREIRO, 2009, p. 6).

Há uma relação direta entre o movimento seringueiro e a “invenção” das reservas extrativistas, segundo Cunha e Loureiro (2009), em que todas as lutas e articulações possibilitaram uma forma de organização dos povos da floresta, diferente, dos modelos existentes, gerando em “Chico Mendes” uma preocupação constante quanto a essa autonomia, pois algumas áreas cedidas pelo governo foram em locais onde os seringueiros ainda não estavam organizados; mas, havia a busca das políticas públicas, antes papel dos sindicatos.

A partir de então, uma série de conjunturas políticas foram realizadas rumo à conquista de políticas públicas, passando a surgir outros novos desafios aos seringueiros e

demais extrativistas, com o risco no processo de transformação de uma luta em uma organização institucionalizada, como as Resex; ou seja, em uma transformação de luta em burocracias que passam a obedecer agendas dos adversários; havendo uma dialética, uma contradição sempre a ser vencida, não sendo diferente com as Resex (HOULART, 2006 apud CUNHA; LOUREIRO, 2009).

As demandas, oriundas das lutas dos seringueiros, em prol de uma reforma agrária específica surgem, enfim, na legislação brasileira mediante dois instrumentos: 1-Projetos de Assentamentos Extrativistas, pela Portaria nº 627/Incra, de 30/07/1987 e 2-Reservas Extrativistas, pelo Decreto nº 98.897, de 30/01/1990, vinculadas ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que assumiu em instância governamental tal responsabilidade, devido ao crescente apelo das questões ambientais e maior facilidade de criação das Resex pela desobrigação de desapropriação prévia (ALLEGRETTI, 1994).

Além do fato de que o Incra, nos anos de 1990, início do governo, então Presidente, Fernando Collor de Mello, teve mudanças internas na estrutura institucional e equipe de trabalho, associado ao fato de que o Ibama, recém-criado, apresentava afinidade com as propostas ambientais, oportunidade de atrair investimentos e realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), no Rio de Janeiro. (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

“Chico Mendes”, assim, inova com a ideia de construir um território para os seringueiros e outros extrativistas, com o objetivo da viabilização do desenvolvimento sustentável na proteção da floresta, da vida comunitária e autônoma, com luta por instrumentos que tirassem da invisibilidade os povos da floresta, mostrando ao mundo os conflitos ambientais no interior da Amazônia e lutando por soluções para tais conflitos. A Resex, assim, surge como inovação social, sobretudo, pelo caráter socialista em um Estado neoliberal.

A inovação social é uma operação que combina criação de valor social e mudança social e pode ser quase sinônimo de empreendedorismo social (HULGARD; FERRARINI, 2010)

A inovação social pode ser vista como um resultado e como um processo de inovação aberta. É um resultado quando se obtém o que se lutou pela resistência social e é um processo quando está na busca continua por esse resultado com uma inovação aberta às dinâmicas e processos sociais, sendo este um elemento relevante, muitas vezes negligenciado, porque é nele que se encontra como se chega aos resultados das inovações sociais. Para

alguns empreendedores sociais o que importa é o resultado, mas o que faz a diferença nos resultados, sejam satisfatórios ou não, são os processos construídos (HULGARD; FERRARINI, 2010).

Portanto, a Resex como inovação social apresenta duas construções sociais: da inovação social por resultado, a da criação plena, e da inovação social por processos construídos, a da busca constante e contínua.

A Resex como inovação social por resultado dar-se pela conquista vinda das lutas e resistências sociais, de criação de valor social, mudança social, organização comunitária e autonomia, como em sua concepção a partir do ambientalista “Chico Mendes” e o Movimento Seringueiro.

A Resex como inovação social por processos construídos dar-se pela inovação social aberta, de criação constante e contínua dentro do modelo institucional com regras para sua gestão, que podem emergir em territórios de Resex; quando ocorrem os diferenciam pela ambientalização encontrada, como na Resex de São João da Ponta, com ações locais e relações sociais que criam movimentos socioterritoriais que articulam município e Resex na busca do desenvolvimento local com participação ativa.

A seguir a construção social de Resex como modelo institucional que implica legalmente, sobretudo, uma liderança de governo em parceria com a população tradicional.

## **2.2 A Resex como modelo institucional**

A Resex como inovação social, conquistada a muitos custos e vidas por aqueles mais frágeis no processo de dominação capitalista, em meio a uma Amazônia de contradições, a partir do marco legal, conquistado pelas pressões ambientalistas, passa a apresentar um maior arcabouço legislativo para as Unidades de Conservação (UC), colocando as Resex dentro de um modelo institucional governamental e suas burocracias.

No ano de 2000, após 10 anos do Decreto nº 98.897, de 30/01/1990, de criação das Reservas Extrativistas, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), foi instituído pela Lei nº 9.985 de 18/09/2000, no qual incorpora as Resex como integrantes do conjunto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com modificações na participação da gestão do Estado e das comunidades. O Ibama, portanto, deixa de apenas supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar as condições no contrato de concessão de uso assinado com as associações representativas por meio de um plano de utilização elaborado pela comunidade e aprovado pelo Ibama e passa, com o SNUC, a ser o gestor da

Resex com presença de um Conselho Deliberativo, contrariando os atos formais de criação (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

A primeira Resex criada no Acre, como a Resex do Alto Juruá, apresenta a ideia de autogestão, enquanto que as demais a partir do SNUC tirou esta característica essencial, impondo a figura do “chefe” que não existia e do Conselho Deliberativo, instância gestora da unidade, que gerou posições diferentes; de um lado, para o SNUC significou um avanço, devido muitas unidades de conservação não terem tal espaço participativo, por outro lado, para as Resex significou uma preocupação sobre a diluição do poder das comunidades e um retrocesso na intervenção dos verdadeiros protagonistas nas esferas de decisão sobre o seu território.

Sabe-se que a participação em espaços públicos institucionalizados, como os Conselhos, é um bom exemplo da disputa e das contradições presentes em situações concretas. Enquanto alguns autores acreditam que esses espaços apenas servem para legitimação das decisões, ausentando-se dos mesmos, outros apostam na crescente socialização da política que pode se dar através da participação nestes fóruns (CUNHA; LOUREIRO, 2009, p. 12).

A diferença fundamental, então, é o deslocamento da gestão das Resex para a esfera governamental, acabando com a ideia de autogestão na concepção das Resex, por “Chico Mendes” e o Movimento Seringueiro, criando mudanças na relação entre Estado e sociedade civil, bem como na participação e governança local.

O Conselho Deliberativo das Resex pode para alguns autores, representar a diluição do poder dos comunitários que passam a dividir o poder decisório com os entes; para outros autores, pode representar uma oportunidade de contato direto com representantes de instituições no sentido de responsabilizá-las sobre as áreas. Em suma, podem ser mais ou menos participativos, como podem ser também espaços de atuação e representação das forças existentes no território, advindo de um protagonismo nas ações de gestão, como a própria construção do conselho (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

Tal realidade trouxe, novamente, mudanças de relações sociais nas Resex, além das emergências das associações com incentivo estatal, busca de financiamentos e aproximação com as ONG's pela similaridade de agenda voltada ao ambientalismo. Houve a intensificação de recursos externos para os projetos, colocando demandas, compromissos e cláusulas a cumprir que não eram mais as originais dos movimento e das Resex; pois, as ONG's, segundo Dagnino (2004), passam a ter um papel peculiar de organizações responsáveis pelos projetos perante às agências internacionais que as financiam e de organizações contratadas como

prestadoras de serviços pelo Estado, e não da sociedade civil, da qual dizem representantes, visto que seus interesses não estão na instância de caráter público e sim de suas equipes diretivas.

Nessa perspectiva, instala-se um dilema na perspectiva da gestão das Resex quanto ao risco de perda do protagonismo pelas comunidades. No entanto, em 2007, foi criada uma instituição governamental que veio amenizar tais dilemas com a missão de resgatar esse papel genuíno das Resex, denominada Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O ICMBio foi criado, em 28 de agosto de 2007, pela Lei nº 11.516, como autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade primeira de propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação da natureza, não eximindo o poder e política ambiental do Ibama, conforme os incisos e parágrafo único no Art. 1º na referida Lei:

I-Executar ações de política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União; II-executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União; III-fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental; IV-exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas. Parágrafo único. O disposto no inciso IV do caput deste artigo não exclui o exercício supletivo do poder de polícia ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA.
---

Dessa forma, em 2007, o ICMBio assume as Resex e busca a garantia do poder decisório para a comunidade no conselho deliberativo, com a obrigatoriedade da maioria dos representantes a ser composta pelas populações extrativistas.

[...]. A publicação da Instrução Normativa Nº 02 do recém criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que estabelece a obrigatoriedade de composição do conselho deliberativo de Reservas Extrativistas com a maioria dos representantes das populações extrativistas da Unidade (ICMBio, 2007) caminha na direção de garantir, quantitativamente, o poder decisório para estes grupos, mas não pode ser considerada com única possibilidade de fazê-lo. É necessário que se reconheça as formas organizativas anteriormente presentes no território e que se estabeleça uma forma de gestão que priorize a participação dos comunitários nas instâncias de decisão, incentivando sua organização, sem a tutela do Órgão gestor (CUNHA; LOUREIRO, 2009, p.14-15).



A publicação da Instrução Normativa nº 02/2007 de 18 de setembro de 2007, do ICMBio disciplina sobre as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável e define em seu Art. 2º:

I-*Conselho Deliberativo*, como o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. II-*população tradicional* como grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal; que possui formas próprias de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O Conselho Deliberativo é o espaço da gestão da Resex que deve ser formado de maneira participativa, para elaborar o Plano de Manejo Participativo, ambos a partir do diagnóstico socioambiental, seguindo etapas de formação, todas registradas e documentadas:

A formação de Conselho Deliberativo de RESEX ou de RDS Federais obedecerá as seguintes: etapas, devidamente registradas e documentadas: I-Planejamento prévio, onde será elaborado um plano de trabalho prevendo os recursos humanos, financeiros, logísticos, estratégias de mobilização das comunidades e de divulgação das informações, bem como o cronograma de execução e parcerias necessárias para a formação do Conselho Deliberativo da Unidade; II-identificação, sensibilização, mobilização e capacitação de representantes das populações tradicionais da Unidade; III-realização de diagnóstico socioambiental em parceria com as populações tradicionais da Unidade, que servirá de base para a construção do Conselho Deliberativo e do Plano de Manejo Participativo. IV-identificação, pelas populações tradicionais da Unidade e pelo órgão executor, dos demais atores ou segmentos da sociedade civil, governamentais e não governamentais, com influência direta ou indireta na Unidade e seu entorno; V-sensibilização, mobilização e capacitação das representações da sociedade civil, governamentais e não governamentais, que irão compor o Conselho Deliberativo; VI-definição do número de vagas e da composição final do Conselho Deliberativo em reunião com as populações tradicionais e demais segmentos; VII - criação do Conselho Deliberativo por meio da publicação de Portaria do Instituto Chico Mendes no Diário Oficial da União (ART. 5 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2007-ICMBio, 2007).

O Diagnóstico socioambiental deverá levantar e analisar os temas focais, os assuntos prioritários para a gestão da UC, unindo conhecimentos técnico-científicos e saberes, práticas e conhecimento tradicionais, associado a informações já disponíveis da Resex.

No diagnóstico socioambiental de que trata o inciso III do artigo anterior, deverão ser levantados e analisados, em parceria com as populações tradicionais, temas focais. § 1º São considerados temas focais os assuntos prioritários para gestão da Unidade. § 2º O diagnóstico socioambiental deve partir da análise das informações já disponíveis sobre a Unidade e a região e, nos levantamentos, deve se utilizar

metodologias apropriadas que garantam a participação efetiva das populações tradicionais da Unidade, integrando conhecimentos técnico científicos e saberes, práticas e conhecimentos tradicionais. (ART. 6 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2007 ICMBio, 2007).

O Conselho Deliberativo deve ser formado e funcionar, conforme diretrizes que garantam às populações tradicionais: 1-a conservação da biodiversidade; 2-a transparência dos processos com direito a participação de diferentes segmentos; 3-reconhecimento e valorização da diversidade socioambiental, cultural, sistemas de organização e representação social; 4-reconhecimento dos territórios tradicionais como espaços sociais, culturais e econômicos; 5-promoção de uma efetiva participação nas decisões e protagonismos na gestão; 6-valorização de diferentes formas de saber, sobretudo, das práticas e conhecimentos tradicionais; 7-busca pela melhoria da qualidade de vida, acesso aos serviços básicos e à cidadania; 8-legitimar as representações, igualdade nas condições de participação e capacitação continuada à população e seus conselheiros; 9-primar pela identificação, mobilização, organização e capacitação das populações tradicionais em relação aos demais atores envolvidos; 10-buscar condições financeiras para seu funcionamento; 11-Garantir efetividade nas deliberações do Conselho e 12-Integrar as políticas públicas orientadas pelo Desenvolvimento Humano (educação, saúde e renda):

A formação e o funcionamento do Conselho Deliberativo de Resex ou RDS deve considerar as seguintes diretrizes: I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade; II – a transparência dos processos de gestão das Unidades, a adequação a cada realidade local e o envolvimento e participação de diferentes segmentos sociais; III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e representação social; IV - o reconhecimento dos territórios tradicionais enquanto espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais; V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade; VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais; VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando se suas especificidades e características sócio culturais; VIII - a legitimidade das representações, a equidade de condições de participação e a capacitação continuada das populações tradicionais da Unidade e dos conselheiros; IX - a primazia na identificação, mobilização, organização e capacitação das populações tradicionais em relação aos demais atores envolvidos; X - a busca de condições financeiras para o seu funcionamento contínuo; XI - a garantia de encaminhamentos efetivos às deliberações do Conselho; XII – a integração com políticas explicitamente orientadas pelos três eixos do Desenvolvimento Humano educação, saúde e renda (ART. 3º da INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02/2007 do ICMBio).

O funcionamento do Conselho Deliberativo, sobretudo, quanto à diretriz de formação com a participação de diferentes segmentos fortaleceu a realização de parcerias e estímulos a

projetos na busca da melhora na qualidade de vida das populações tradicionais. Contudo, as parcerias realizadas nas Resex nem sempre trazem resultados esperados para aqueles que mais precisam, os usuários das mesmas, gerando inúmeras críticas de estudiosos.

As parcerias realizadas no âmbito das Resex devem ser bem analisadas e convertidas em suas necessidades para não perderem a essência de sua missão, trabalho e prejuízos em comprometimentos financeiros. Montañó (2007) afirma que não ocorrem “parcerias”, sobretudo, de financiamento, sem intencionalidades do parceiro financiador, se este for o Estado, as Resex estarão atreladas ao projeto governamental, se for empresa, ao interesse do capital e, se for organismo internacional, ao interesse dos países originários. Para o autor, as parcerias cumprem um duplo papel, o de tornar passivas as organizações por disponibilizar financiamentos e o de encobrir a ausência do Estado e o não interesse do capital naquele território.

Para Cunha e Loureiro (2009, p. 19-20) as Resex apresentam-se, portanto, ao mesmo tempo, com uma conquista (pela “invenção” seringueira no Acre), como um modelo (pela conquista de um direito na legislação governamental) e como novas conquistas (pela necessidade de evitar novas armadilhas capitalistas):

[...] como um modelo advindo da tradição, do reconhecimento do saber comunitário, auto-governo, formas de organização e de propriedade coletiva, tendo o Estado como garantidor de direitos; o Estado-Nação onde se inserem ingressa no neoliberalismo com todos os seus aspectos: preponderância do saber técnico, liberalização econômica, esvaziamento político dos espaços públicos, transferência de responsabilidades nas políticas sociais para o setor privado, coerção estatal na garantia dos direitos da propriedade privada e a participação popular fundamentada na democracia formal. [...]. Está claro que o que hoje se apresenta como Reservas Extrativistas é produto de um processo histórico de reconfiguração de forças sociais que envolveram atores diversos. [...]. A criação das Resex, representando a conquista de um direito, em um período de mudanças na estrutura do Estado brasileiro, em seu sentido ampliado, pode ter contribuído para a domesticação de um movimento que, nascido no embate das lutas de classe, restringiu-se, na década de 1990, em lutas para garantias dentro da legalidade, atuando na esfera pré-determinada pelos marcos do capitalismo contra o qual um dia lutou. [...]. Que estas reflexões nos ajudem a retomar as articulações para a causa dos trabalhadores em uma dinâmica que procure desvendar as armadilhas impostas pelo cotidiano [...] de nossa atuação e da possibilidade de novas conquistas. [...]. É um contraponto que nasce da contradição inerente ao capitalismo que não pressupõe a propriedade coletiva nem a preponderância do saber tradicional, e inscreve seus limites nos limites democráticos do sistema onde está inserido. Dessa forma, precisamos estar atentos às armadilhas presentes em planos, projetos e programas que rotulados de democráticos, buscam uma forma de imposição de vontades que anula a força criativa conquistada por esses povos.

Outro aspecto, além das parcerias, é a questão do protagonismo estimulado às populações tradicionais extrativistas; apesar das diretrizes no fomento e estímulo a esse

protagonismo e direito à participação na gestão; no entanto, há na instrução normativa um ponto a considerar de que as garantias de informações, assessoramentos e condições de debate são asseguradas em todas as instâncias do Conselho Deliberativo, com exceção da Presidência do Conselho, conforme Art. 15 da Instrução Normativa 02/2007-ICMBio, que normatiza:

Será assegurado, no processo de formação e funcionamento dos Conselhos Deliberativos e em seus mecanismos decisórios, os direitos e a participação das populações tradicionais na gestão da Unidade de Conservação, por meio de: I – garantia de informação e condições para o debate e, quando pertinente, de assessoramentos específicos e II – garantia de participação em todas as instâncias do Conselho Deliberativo, com exceção da Presidência do Conselho.

Esses movimentos ou ações no território, ao longo da história das Resex, mostram que esse modelo, atualmente, está em um ciclo dialético, possível de mais movimentos e processos sociais. Tornaram-se padrões de organizações, de instituições governamentais, voltadas para o desenvolvimento sustentável e local, com critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades. Logo, um modelo que se configura para todos os territórios, possibilitando a conservação das unidades dentro de um padrão socioambiental, em meio à riqueza e diversidade dos territórios e suas Resex, com suas populações tradicionais não podendo presidir o Conselho Deliberativo.

A Resex representada por Cunha e Loureiro (2009) como um modelo institucional caracteriza-se na ideia de Resex enquanto instituição e como tal deve seguir as normas e burocracias necessárias para o controle do Estado, diminuindo os poderes das populações tradicionais. Tal afirmação refere-se, portanto, a teoria das instituições de Douglass North, que ganhou o Prêmio Nobel de Economia, em 1993, juntamente com Roberto Fogel.

Para Douglass North, pela teoria das instituições o crescimento de longo prazo ou a evolução histórica de uma sociedade é condicionada pela formação e evolução de suas instituições (GALA, 2003). As instituições mostram a sociedade onde estão inseridas, suas burocracias e suas estratégias de controle do Estado, que no caso das Resex, apresentam um conjunto de regras a serem seguidas para seu funcionamento, que incluem além do Diagnóstico Socioambiental e Conselho Deliberativo, outro instrumento fundamental o Plano de Manejo Participativo (PMP).

O Plano de Manejo Participativo (PMP), de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2007 de 18 de setembro de 2007, do ICMBio disciplina diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das

categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e define em seu Art. 2º:

I - *Plano de Manejo Participativo* de Resex ou RDS: o documento que representa o principal instrumento de gestão da Unidade de Conservação, definindo sua estrutura física e de administração, o zoneamento, as normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, construído junto com a população tradicional da Unidade.

O Plano de Manejo Participativo é um documento que funciona como principal instrumento de gestão de uma Resex, com diretrizes para sua elaboração que seguem as mesmas descrições das diretrizes do Conselho Deliberativo, da primeira à sétima diretriz, conforme Art. 3 da Instrução Normativa nº 01/2007 - ICMBio:

A elaboração de Plano de Manejo Participativo de Resex e RDS deve considerar as seguintes diretrizes: I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade; II – a transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local; III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social. IV- o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais; V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade; VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais; VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando se suas especificidades e características sócio culturais.

O Plano de Manejo Participativo se inicia pela solicitação tanto da população tradicional ou suas representações, quanto pela iniciativa do ICMBio, com indicação formal de um servidor (chefe da unidade ou outro servidor do instituto), desde que conheça a realidade socioambiental local, sendo a coordenação do processo realizada por um Grupo de Trabalho (GT) formado pelos membros ou indicados pelo Conselho Deliberativo da Resex, em não havendo, poderá ser composto por servidores do ICMBio e população tradicional, realizando ao mesmo tempo o Plano de Manejo Participativo e o Conselho Deliberativo:

O processo de elaboração de Plano de Manejo Participativo de Resex e RDS poderá ser iniciado a partir de solicitação da população tradicional ou suas representações, ou por iniciativa do Instituto Chico Mendes. § 1º O Instituto Chico Mendes indicará formalmente um responsável institucional pelo processo, que deverá ser o Chefe da Unidade ou servidor do Instituto que conheça a realidade socioambiental da região, e formalizará a abertura de um processo administrativo; § 2º Para coordenação do processo deve ser instituído um grupo de trabalho (GT) no âmbito do Conselho Deliberativo da Unidade, formado por seus membros ou por pessoas por ele indicadas. § 3º Caso o Conselho Deliberativo da Unidade não esteja instituído, o GT

será composto, provisoriamente, por servidores do Instituto Chico Mendes e por membros da população tradicional da RESEX ou RDS e o processo de formação do Conselho deve se dar de forma concomitante à elaboração do Plano de Manejo Participativo (ART 4º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-ICMBio).

A elaboração do Plano de Manejo Participativo pelo GT deve seguir etapas, como: 1- Planejamento prévio, com a descrição dos recursos necessários, 2-Estudos Fase I, com levantamentos de dados; 3-Estudos Fase II, com levantamento de dados complementares se necessários e 4-Construção do Plano de Manejo Participativo, com as informações das etapas anteriores sistematizadas e levadas a debate com a população (ART 5º - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-ICMBio).

Todas as etapas de elaboração do Plano de Manejo Participativo deve haver o planejamento das etapas com flexibilidade e participação, com comprometimento do órgão gestor e comunidades; divulgação das informações quanto às ações e resultados para a população da unidade, órgãos públicos e instituições parceiras; mobilização social para garantir a participação adaptados à realidade e à linguagem local, com os seguintes espaços e instâncias participativas da população tradicional: 1-sistemas de organização e representação social e espaços de decisão coletiva, formais ou informais; 2-reuniões públicas; 3-Conselho Deliberativo da Unidade e 4-Grupos de Trabalho com maioria de representantes da população tradicional (ART 8º - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-ICMBio).

A última etapa de elaboração, a Construção do Plano de Manejo Participativo, deve ocorrer com debate com a população tradicional sob os aspectos de: estrutura de gestão da UC, infraestrutura necessária; plano de utilização; zoneamento da área; zona de amortecimento; análises de cenários; e programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Unidade, conforme Quadro 04 a seguir (ART 5º - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-ICMBio).

**Quadro 04:** Aspectos de Debate da Etapa de Construção de Plano de Manejo Participativo.

Nº	Aspectos de Debate	Objetivo
1º	Estrutura de gestão da Unidade	São definidos os papéis e competências das associações e outros sistemas de organização e de representação social da população tradicional, do Conselho Deliberativo, do ICMBio e das demais instituições parceiras na gestão da Unidade.
2º	Infraestrutura necessária	São definidas e propostas estruturas físicas necessárias para a administração, demarcação e sinalização, proteção e conservação ambiental da Unidade e melhoria da qualidade de vida da população tradicional.
3º	Plano de Utilização	São colocadas as regras internas construídas, coletivamente, pela população da Unidade: atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente. Este é um documento base para se firmar o Termo de Compromisso entre o ICMBio e a população tradicional beneficiária da Unidade para receber a concessão do direito real de uso.
4º	Zoneamento	São estabelecidos os setores ou zonas com normas e regras específicas de uso, manejo e ocupação da Unidade, com base na diversidade de paisagens e ecossistemas, na situação fundiária, na tradição e na forma como a população local divide, categoriza e utiliza seu espaço.
5º	Zona de Amortecimento	São definidas e caracteriza uma área no entorno da Unidade, estabelecida com o propósito de minimizar ameaças e impactos negativos sobre a mesma. Deve ser delimitada considerando as características socioambientais regionais, as atividades existentes e os impactos potenciais na Unidade. Devem ser estabelecidas normas para o seu uso e ocupação e restrições para atividades impactantes.
6º	Análise de Cenários	São as análises do contexto ambiental e sócio-econômico interno e externo à Unidade, para identificar oportunidades e ameaças e orientar as escolhas e ações estratégicas para a gestão.
7º	Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica	São as propostas de programas para serem implementados na Unidade, apontando e orientando para a elaboração de projetos específicos, com base nas demandas, necessidades e potencialidades identificadas ao longo do processo de construção do Plano de Manejo Participativo, com o objetivo de promover a conservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais, valorizar a cultura e melhorar a qualidade de vida da população tradicional.

Fonte: Art. 6º - Instrução Normativa Nº 01/2007-ICMBio.

Elaborado o Plano de Manejo Participativo, este deve ser enviado ao ICMBio para parecer técnico conclusivo e, por sua vez, para o Conselho Deliberativo para aprovação mediante resolução interna, sendo a partir da data de aprovação, o prazo de 30 dias para a publicação da portaria do Plano de Manejo da Resex pelo ICMBio, com a tarefa de divulgação impressa e digital às instâncias de gestão da Unidade; com prazo de revisão que não poderá exceder 5 (cinco) anos, devendo ser revisado obedecendo as mesmas normas, etapas e ritos de publicação; além de indicar a possibilidade de acordo e regras de convivência, bem como atualizar o Plano de Utilização (ART. 9º ao 17º - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-ICMBio).

A implementação do Plano de Manejo Participativo é de responsabilidade conjunta do ICMBio, da população tradicional beneficiária e suas representações (do Conselho Deliberativo e de Instituições parceiras e responsáveis por políticas públicas no âmbito municipal, estadual ou federal). Esta afirmação no Art. 3º da Instrução Normativa Nº 1/2007-ICMBio mostra que o PMP é um documento principal que congrega todos os objetivos da Resex enquanto modelo institucional. No entanto, é um dos instrumentos mais ausentes nas dinâmicas de trabalho e documentos das Resex.

O modelo institucional das Resex, assim, apresentam instrumentos obrigatórios que justificam sua existência, de forma geral e mais ampla, podemos destacar o Diagnóstico Socioambiental, Conselho Deliberativo e Plano de Manejo Participativo. E a partir destes há um mapeamento das Resex brasileiras, em um sistema que mostra o perfil das mesmas frente à instituição criada.

A Resex é, submetida, assim, à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que veio regulamentar o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, onde institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, normas gerais para as UC's.

A gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) apresenta órgãos/atribuições de forma integrada, como: 1-Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; 2-Órgão Central: o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de coordenar o Sistema e 3-Órgãos Executores: o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e



administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação, de forma integrada (Art. 6º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, definida como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art.2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

As UC's apresentam 02 (dois) grupos de categorias: Grupo 1-Unidades de Proteção Integral e Grupo 2-Unidade de Uso Sustentável, grupo este em que se encontra a categoria Resex, conforme demonstração nos quadros 05, 06 e 07:

**Quadro 05:** Grupos de Unidades de Conservação (UC).

<b>Unidades de Conservação (UC)</b>	
<b>Grupos</b>	<b>Descrição/Objetivo</b>
1-Unidades de Proteção Integral (UPI)	O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.
2-Unidade de Uso Sustentável (UUS)	O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Fonte: Art. 7º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

O Grupo 1 - Unidade de Proteção Integral apresentam 05 (cinco) categorias de unidades de conservação: 1-Estação Ecológica (EE), 2-Reserva Biológica (RB), 3-Parque Nacional (PN), 4-Monumento Natural (MN) e 5-Refúgio de Vida Silvestre (RVS), conforme descrição no Quadro 06:

**Quadro 06:** Grupo 1 – Da Unidade de Proteção Integral e suas Categorias de UC.

<b>Categorias de UC</b>	<b>Descrição/Objetivo</b>
1.1-Estação Ecológica (EE)	É a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Posse e domínio públicos. É proibida a visitação pública (exceto educacional).
1.2-Reserva Biológica (RB)	É a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. Posse e domínio públicos. É proibida a visitação pública (exceto educacional).
1.3-Parque Nacional (PN)	É a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Posse e domínio públicos. Visitação Pública sujeita a normas.
1.4-Monumento Natural (MN)	É preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares. Visitação Pública sujeita a normas.
1.5-Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	É proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares. Visitação Pública sujeita a normas.

Fonte: Art. 8º ao 13º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

O Grupo 2 - Unidade de Uso Sustentável apresenta 07 (sete) categorias de unidades de conservação: 1-Área de Proteção Ambiental (APA), 2-Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), 3-Floresta Nacional (FN), 4-Reserva Extrativista (Resex), 5-Reserva de Fauna (RF), 6-Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e 7-Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), conforme descrição no Quadro 07:

**Quadro 07:** Grupo 2 – Da Unidade de Uso Sustentável e suas Categorias de UC.

<b>Categorias de UC</b>	<b>Descrição/Objetivo</b>
2.1-Área de Proteção Ambiental (APA)	É proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Constituída por terras públicas ou privadas. Visitação Pública sujeita a normas do gestor (público) ou proprietário (particular).
2.2-Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	É manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas; em geral de pequena extensão, pouca ou nenhuma ocupação humana e características naturais extraordinárias/raridade da biota regional). Pode ser constituída em terras públicas e privadas. Visitação Pública sujeita a normas do gestor (público) ou proprietário (particular).
2.3-Floresta Nacional (FN)	É o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas; admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação. Posse e domínio públicos. Visitação Pública sujeita a normas.
2.4-Reserva Extrativista (Resex)	É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. De domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais. Visitação pública permitida, sujeita aos interesses locais e Plano de Manejo da área.
2.5-Reserva de Fauna (RF)	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. Posse e domínio públicos. Visitação pública permitida sujeita a normas.
2.6-Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	É proteger a natureza e na manutenção da diversidade biológica de uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Domínio público. Conselho Deliberativo, permitida e incentivada à visitação pública, sujeita a normas/Plano de Manejo.
2.7-Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	É conservar a diversidade biológica, em uma área privada, gravada com perpetuidade, com interesse público. Visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Fonte: Art. 14º ao 21º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Nas Resex a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais são regulamentados em contrato de concessão de direito real de uso, onde estas populações obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação e também ao uso dos recursos naturais de acordo com as normas: I-proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats; II-proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas e III-demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso (Art. 23º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

O SNUC utiliza como sistema de informação o Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC), mantido pelo MMA com os órgãos gestores federal, estadual e municipal, onde em sua última atualização, em 2017, consta a consolidação quanto às Resex, onde o Brasil apresenta 90 (noventa) Resex, sendo 62 na esfera federal e 28 na esfera estadual, não apresentando nenhuma na esfera municipal, ou seja, maioria foi criada na esfera federal por ato de lei; em sendo do governo federal a responsabilidade é do ICMBio como gestor, e se criada por lei estadual ou municipal, será responsabilidade do órgão ambiental do estado ou município. Na análise dessas Resex por bioma, temos a maioria no bioma Amazônia, com 75 UC's.

Um bioma é um conjunto de tipos de vegetação que abrange grandes áreas contínuas, em escala regional, com flora e fauna similares, definida pelas condições físicas predominantes nas regiões. Esses aspectos climáticos, geográficos e litológicos (das rochas), por exemplo, fazem com que um bioma seja dotado de uma diversidade biológica singular, própria. No Brasil, os biomas existentes são (da maior extensão para a menor): a Amazônia, o cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal (GOVERNO DO BRASIL: MMA, 2009).

Por conseguinte, a maioria, 82% das Resex, criadas pela esfera federal e estadual estão no bioma Amazônia; dados que mostram um caminho a percorrer ainda pelas esferas estaduais e municipais para conservação de seus territórios, bem como pelos demais biomas brasileiros, também submetidos à exploração de seu capital natural. A Amazônia mostra, em dados quantitativos, sua resistência e peculiaridade dos povos da floresta em proteger a natureza.

O bioma Amazônia inclui os estados brasileiros de maneira territorial diferente: 1-Integralmente: os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima; 2-Quase totalmente: o estado de Rondônia e 3-Parcialmente: os estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

A Amazônia é a maior reserva de biodiversidade do mundo e o maior bioma do Brasil – ocupa quase metade (49,29%) do território nacional. Esse bioma cobre totalmente cinco Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), quase totalmente Rondônia (98,8%) e parcialmente Mato Grosso (54%), Maranhão (34%) e Tocantins (9%). Ele é dominado pelo clima quente e úmido (com temperatura média de 25 °C) e por florestas. Tem chuvas torrenciais bem distribuídas durante o ano e rios com fluxo intenso (GOVERNO DO BRASIL: MMA, 2009).

Uma descrição geral das Resex no bioma Amazônia, por estado, mostra que o modelo institucional estabelecido possibilita observações diversas que subsidiarão análises sobre os territórios de Resex, em resumo, como: 1-quantidade maior de Resex na Amazônia; 2-dificuldade das Resex de atender à implantação e dinâmicas decisórias do Conselho Deliberativo; 3-dificuldade das Resex de atender à elaboração de Plano de Manejo Participativo; 4-O destaque do estado do Amazonas em ter 100% de suas Resex com Conselho Deliberativo implantado e funcionando, mas 78% com o Plano de Manejo Participativo, na esfera federal, demonstrando uma dificuldade mesmo para aquelas que apresentam o ambiente de processo decisório implantado; 5-Destaque do Pará, em ter 23 Resex, representando 31% no bioma Amazônia e 6-Semelhanças entre as Resex na Amazônia quanto ao modelo institucional instalado.

A realidade de cada estado da Amazônia, conforme apresentação abaixo, a partir de dados quantitativos e normas legais padronizadas que se exigem de uma Resex, apresentam características comuns e diferentes quanto aos seus instrumentos legais.

O Acre apresenta 05 (cinco) Resex, na esfera federal, de 1990 até 2005, ano de criação da última UC, com apenas duas Resex, a Chico Mendes e a Cazumbá-Iracema possuindo, tanto o Conselho Deliberativo quanto o Plano de Manejo Participativo, dentro do modelo institucional legalizado. Das 03 (três) restantes, 02 (duas) tem Conselho Deliberativo, mas não tem Plano de Manejo, e 01 (uma) não possui nem um nem outro. No CNUC, as informações relacionadas ao Conselho Deliberativo são também para Conselho Gestor, apresentando as duas denominações para a mesma instância, da mesma forma o Plano de Manejo Participativo ou Plano de Manejo. O quadro 08 mostra a síntese das Resex no Acre.

**Quadro 08:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia - Acre.

<b>Nº</b>	<b>Reserva Extrativista (Resex)</b>	<b>Territórios Abrangidos</b>	<b>Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)</b>	<b>Recorte (Terrestre /Marinha)</b>
1ª	Resex <b>ALTO JURUÁ</b> - Decreto nº 98.863, de 23/01/1990.	Jordão - AC Marechal Thaumaturgo - AC Porto Walter - AC Tarauacá - AC	CD: Não possui.  PMP: Não possui.	Terrestre
2ª	Resex <b>CHICO MENDES</b> - Decreto nº 99144, de 12/03/1990).	Assis Brasil - AC Brasiléia - AC Capixaba - AC Epitaciolândia - AC Rio Branco - AC Sena Madureira - AC Xapuri - AC	CD: Portaria nº 28, de 22/05/2003.  PMP: Resolução nº 1, de 04/01/2007	Terrestre
3ª	Resex <b>ALTO TARAUCÁ</b> – Decreto nº s/n, de 08/11/2000.	Jordão - AC Marechal Thaumaturgo - AC Tarauacá - AC	CD: Portaria nº 127 de 17/12/2010.  PMP: Não possui.	Terrestre
4ª	Resex do <b>CAZUMBÁ-IRACEMA</b> - Decreto nº s/n, de 19/10/2002.	Manoel Urbano - AC Sena Madureira - AC	CD: Portaria nº 25, de 10/03/2006.  PMP: Portaria nº 56, de 29/08/2008.	Terrestre
05	Resex <b>RIOZINHO DA LIBERDADE</b> - Decreto nº S/N, de 17/02/2005.	Cruzeiro do Sul - AC Marechal Thaumaturgo - AC Porto Walter - AC Tarauacá - AC	CD: Portaria nº 101, de 10/09/2012.  PMP: Não possui.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

O Amapá, por sua vez, apresenta 01 (uma) Resex, criada em 1990, na esfera federal, com a implantação do Conselho Deliberativo, em 2006; porém, não tendo o Plano de Manejo Participativo, conforme quadro 09.

**Quadro 09:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia - Amapá.

<b>Nº</b>	<b>Reserva Extrativista (Resex)</b>	<b>Territórios Abrangidos</b>	<b>Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)</b>	<b>Recorte (Terrestre /Marinha)</b>
1ª	Resex <b>RIO CAJARI</b> - Decreto nº 99.145, de 12/03/1990.	Laranjal do Jari - AP Mazagão - AP Vitória do Jari - AP	CD: Portaria nº 12, de 08/02/2006.  PMP: Não Possui.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

O Amazonas apresenta em seu território 13 (treze) Resex: 1-Na esfera federal: 09 (nove) Resex foram criadas, de 2001 até 2014, onde todas são constituídas de seu Conselho Deliberativo e apenas 02 (duas) não apresentam o Plano de Manejo Participativo; 2-Na esfera estadual: 04 (quatro) Resex foram criadas, de 2003 a 2016, sendo apenas 01 com Conselho Deliberativo e Plano de Manejo implantados. Das Resex do Bioma Amazônia, a que mais atendeu, em quantidade, ao modelo de Resex é o Amazonas, na esfera federal, com 100% de implantação do espaço decisório e 78% de plano de manejo, em contraposição às Resex na esfera estadual, com 25% das Resex com conselho e plano implantados, conforme quadro 10.

**Quadro 10:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Amazonas.

<b>Nº</b>	<b>Reserva Extrativista (Resex)</b>	<b>Territórios Abrangidos</b>	<b>Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)</b>	<b>Recorte (Terrestre /Marinha)</b>
1ª	Resex <b>BAIXO JURUÁ</b> - Decreto nº s/n, de 01/08/2001- Esfera Federal.	Juruá - AM Uarini - AM	CD: Portaria nº 85, de 05/11/2008. PMP: Portaria nº 89, de 17/11/2009.	Terrestre
2ª	Resex <b>AUATÍ-PARANÃ</b> - Decreto nº s/n, de 07/08/2001. Esfera Federal.	Fonte Boa - AM Japurá - AM Maraã - AM	CD: Portaria nº 094, de 21/11/2008. PMP: Portaria nº 116, de 31/10/2012.	Terrestre
3ª	Resex <b>DO RIO JUTAÍ</b> - Decreto nº s/n, de 16/07/2002. Esfera Federal.	Jutaí - AM	CD: Portaria nº 56, de 28/07/2006  PMP: Não possui.	Terrestre
4ª	Resex <b>DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE</b> - Decreto nº s/n, de 03/06/2004. Esfera Federal.	Beruri - AM Manicoré - AM Tapauá - AM	CD: Portaria nº 21, de 14/03/2007. PMP: Portaria nº 226, de 12/09/2013.	Terrestre
5ª	Resex <b>ARAPIXI</b> - Decreto nº s/n, de 21/06/2006. Esfera Federal.	Boca do Acre - AM	CD: Criado por Portaria nº 42, de 21/05/2010. PMP: Portaria nº 69, de 01/09/2010.	Terrestre
6ª	Resex <b>DO RIO UNINI</b> - Decreto nº s/n, de 21/06/2006. Esfera Federal.	Barcelos - AM Maraã - AM	CD: Portaria nº 87, de 10/11/2009. PMP: Portaria nº 102, de 06/10/2014.	Terrestre
7ª	Resex <b>DO MÉDIO PURÚS</b> - Decreto nº s/n, de 08/05/2008. Esfera Federal.	Lábrea - AM Pauini - AM Tapauá - AM	CD: Portaria nº 112, de 05/11/2010. PMP: Não possui.	Terrestre
8ª	Resex <b>ITUXÍ</b> - Decreto nº S/N, de 05/06/2008. Esfera Federal.	Lábrea - AM	CD: Portaria nº 113, de 05/11/2010 PMP: Não possui.	Terrestre
9ª	Resex <b>MÉDIO JURUÁ</b> - Decreto nº s/n, de 13/10/2014. Esfera Federal.	Carauari - AM	CD: Portaria nº 10, de 29/01/2007. PMP: Portaria nº 58, de 14/05/2012.	Terrestre

**Quadro 10:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Amazonas. (Continuação).

Nº	Reserva Extrativista (Resex)	Territórios Abrangidos	Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)	Recorte (Terrestre/Marinha)
10 <sup>a</sup>	Resex <b>CATUÁ-IPIXUNA</b> - Decreto nº 23722, de 05/09/2003. Esfera Estadual.	Coari - AM Tefé - AM	CD: Não possui.  PMP: Não possui.	Terrestre
11 <sup>a</sup>	Resex <b>DO GUARIBA</b> - Decreto nº 25.040, de 01/06/2005. Esfera Estadual.	Apuí - AM Colniza - MT Novo Aripuanã - AM	CD: Não possui.  PMP: Não possui.	Terrestre
12 <sup>a</sup>	Resex <b>CANUTAMA</b> - Decreto nº 28.421, de 27/03/2009. Esfera Estadual	Canutama - AM Lábrea - AM Tapauá - AM	CD: Não possui.  PMP: Não possui.	Terrestre
13 <sup>a</sup>	Resex <b>DO RIO GREGÓRIO</b> - Lei ordinária nº 4313/2016, de 11/03/2016. Esfera Estadual.	O polígono não apresenta precisão suficiente para análise espacial dos municípios abrangidos.	CD: Portaria nº 03/09, de 28/01/2009.  PMP: Decreto nº 071/2013, de 14/05/2013.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

Roraima não apresenta em seu território registro de Resex, seja na esfera federal, seja na esfera estadual (CNUC)/MMA, 2017).

O Pará, no entanto, se diferencia, posicionando-se em segundo lugar, com 23 (vinte e três) Resex, criadas de 1998 até 2014, na esfera federal, primeiro lugar é Rondônia com 25 (vinte e cinco) Resex de esfera federal e estadual; em se tratando de Resex na esfera federal, o Pará fica em primeiro lugar. Das Resex no Pará 04 (quatro) apresentam o Conselho Deliberativo e Plano de Manejo Participativo e estão localizadas na região do oeste do Pará; 12 (doze) Resex apresentam o Conselho Deliberativo sem o Plano de Manejo, sendo que 01 está localizada na região oeste, 07 estão na região nordeste e 04 na região do Marajó. E, por fim, 07 (sete) Resex não apresentam nem Conselho Deliberativo nem Plano de Manejo, sendo destas 05 localizadas no nordeste paraense, 01 na região oeste e 01 na região da Ilha do Marajó.

Das 23 Resex, 19 não atendem ainda às exigências institucionais, tais como o Conselho Deliberativo e o Plano de Manejo, dispositivos de gestão para a produção e implementação da proteção de seus recursos naturais integralmente. As Resex no Pará foram, assim, criadas em três regiões de território: I- 06 (seis) Resex na região oeste do Pará: 01 (1998); 02 (2004); 01 (2005); 01 (2006) e 01 (2008); II- 05 (cinco) Resex na região da Ilha do Marajó: 01 (2004); 01 (2005); 02 (2006) e 01 (2009) e III- 12 (doze) Resex na região do nordeste paraense: 01 (2001); 04 (2002); 05 (2005); 03 (2014).



De 23 Resex no Pará, a maioria, cerca de 53,17% estão no nordeste paraense, 12 na região costeira e litorânea, de pescado e manguezal, com forte mobilização social para conservação desse estuário natural, em relação às regiões do oeste e do Marajó que correspondem, respectivamente, a 26,09% e 21,74% das Resex paraenses. O nordeste paraense é a região de localização da Resex de São João da Ponta, com ações locais que representam esta peculiaridade territorial. Contudo, também é a região onde reflete a maioria dos instrumentos a serem implantados e/ou implementados, parcial ou integralmente, conforme quadro 11.

**Quadro 11:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Pará.

<b>Nº</b>	<b>Reserva Extrativista (Resex)</b>	<b>Territórios Abrangidos</b>	<b>Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)</b>	<b>Recorte (Terrestre /Marinha)</b>
1ª	Resex <b>TAPAJÓS ARAPIUNS</b> - Decreto nº S/N, de 06/11/1998.	Aveiro - PA Santarém - PA	CD: Portaria nº 196, de 17/06/2013. PMP: Portaria nº 124, de 24/11/2014.	Terrestre
2ª	Resex <b>MARINHA DE SOURE</b> - Decreto nº S/N, de 22/11/2001.	Soure - PA	CD: Portaria nº 76, de 28/11/2003. PMP: Não possui	<i>Marinha</i>
3ª	Resex <b>SÃO JOÃO DA PONTA</b> - Decreto nº S/N, de 13/12/2002.	Curuçá, São Caetano de Odivelas e São João da Ponta – PA	CD: Portaria nº 11, de 06/02/2007. PMP: Não possui.	<b>Terrestre</b>
4ª	Resex <b>MÃE GRANDE DE CURUÇA</b> - Decreto nº S/N, de 13/12/2002.	Curuçá/ Marapanim /Caetano de Odivelas / São João da Ponta, no PA.	CD: Portaria nº 24, de 10/03/2006. PMP: Não possui	<i>Marinha</i>
5ª	Resex <b>MARACANÃ</b> - Decreto nº S/N, de 13/12/2002.	Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas – no PA	CD: Não possui. PMP: Não possui.	<i>Marinha</i>
6ª	Resex <b>CHOCOARÉ-MATO GROSSO</b> - Decreto nº S/N, de 16/12/2002.	Igarapé-Açu - PA Maracanã - PA Santarém Novo - PA São João de Pirabas – PA.	CD: Portaria nº 16, de 25/10/2007. PMP: Não possui.	Terrestre
7ª	Resex <b>RIOZINHO DO ANFRÍSIO</b> - Decreto nº s/n, de 08/11/2004.	Altamira, Itaituba, Rurópolis e Trairão – no PA.	CD: Portaria nº 13, de 06/02/2008. PMP: Portaria nº 41, de 30/06/2011.	Terrestre
8ª	Resex <b>VERDE PARA SEMPRE</b> - Decreto nº S/N, de 08/11/2004.	Brasil Novo, Gurupá, Porto de Moz e Prainha – no PA.	CD: Portaria nº 01, de 06/02/2009. PMP: Não possui	Terrestre
9ª	Resex <b>MAPUÁ</b> - Decreto nº S/N, de 20/05/2005.	Anajás – PA, Breves – PA, Currealinho – PA, São Sebastião da Boa Vista - PA	CD: Portaria nº 39, de 26/06/2008. PMP: Não possui	Terrestre

**Quadro 11:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Pará. (Continuação).

Nº	Reserva Extrativista (Resex)	Territórios Abrangidos	Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)	Recorte (Terrestre/Marinha)
10 <sup>a</sup>	Resex <b>IPAÚ-ANILZINHO</b> - Decreto nº S/N, de 14/06/2005.	Baião - PA	CD: Portaria nº 111, de 04/11/2010. PMP: Não possui.	Terrestre
11 <sup>a</sup>	Resex <b>MARINHA ARAI-PEROBA</b> - Decreto legislativo nº S/N, de 20/05/2005.	Augusto Corrêa - PA Viseu - PA	CD: Portaria nº 42, de 13/06/2007. PMP: Não possui	<i>Marinha</i>
12 <sup>a</sup>	Resex <b>MARINHA CAETÉTAPERACU</b> - Decreto nº S/N, de 20/05/2005.	Bragança - PA Tracuateua - PA	CD: Portaria nº 17, de 25/10/2007. PMP: Não possui	<i>Marinha</i>
13 <sup>a</sup>	Resex <b>MARINHA DE GURUPI-PIRIÁ</b> - Decreto nº S/N, de 20/05/2005.	Augusto Corrêa - PA Viseu - PA	CD: Não possui. PMP: Não possui.	<i>Marinha</i>
14 <sup>a</sup>	Resex <b>MARINHA TRACUATEUA</b> - Decreto nº S/N, de 20/05/2005.	Bragança - PA Quatipuru - PA Tracuateua - PA	CD: Portaria nº 21, de 21/11/2007. PMP: Não possui	<i>Marinha</i>
15 <sup>a</sup>	Resex <b>ARIÓCA PRUANÃ</b> - Decreto nº S/N, de 16/11/2005.	Bagre - PA Oeiras do Pará - PA	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre
16 <sup>a</sup>	Resex <b>RIO IRIRI</b> - Decreto nº S/N, de 05/06/2006.	Altamira - PA	CD: Portaria nº 14, de 06/02/2008. PMP: Portaria nº N° 09 , de 03/02/2011.	Terrestre
17 <sup>a</sup>	Resex <b>TERRA GRANDE PRACUUBA</b> - Decreto nº S/N, de 05/06/2006.	Anajás - PA Breves - PA Currealinho - PA Muaná - PA São Sebastião da Boa Vista - PA	CD: Portaria nº 51, de 23/04/2012. PMP: Não possui	Terrestre
18 <sup>a</sup>	Resex <b>GURUPÁ-MELGAÇO</b> - Decreto nº S/N, de 30/11/2006.	Breves - PA Gurupá - PA Melgaço - PA	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre
19 <sup>a</sup>	Resex <b>RIO XINGU</b> - Decreto nº s/n, de 05/06/2008.	Altamira - PA São Félix do Xingu - PA	CD: Portaria nº 59, de 29/07/2010. PMP: Portaria nº 62, de 21/05/2012.	Terrestre
20 <sup>a</sup>	Resex <b>RENASCER</b> - Decreto nº S/N, de 05/06/2009.	Porto de Moz - PA Prainha - PA	CD: Portaria nº 201, de 03/07/2013. PMP: Não possui	Terrestre
21 <sup>a</sup>	Resex <b>MARINHA CUINARANA</b> - Decreto nº Sem número, de 10/10/2014.	Magalhães Barata	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre
22 <sup>a</sup>	Resex <b>MARINHA MESTRE LUCINDO</b> - Decreto nº Sem número, de 10/10/2014.	Marapanim	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre
23 <sup>a</sup>	Resex <b>MARINHA MOCAPAJUBA</b> - Decreto nº sem número, de 10/10/2014.	São Caetano de Odivelas	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

As Resex no CNUC (2017) apresentam caracterizações como ato de criação, área, território de abrangência, localização, conselho deliberativo e plano de manejo, bem como o recorte, ou seja, a descrição se é terrestre ou marinha. O cenário das Resex no Pará mostra a Resex de São João da Ponta como terrestre. Todavia, no dia a dia de suas atividades e participações com as outras Resex marinhas, os usuários da de São João da Ponta se autoidentificam como marinha ou costeira, que na prática são, conforme afirmação do gestor da Resex, técnico do ICMBio. Mas, formalmente no decreto de criação e no cadastro nacional aparecem como terrestre. Por isso, encontra-se, nesse trabalho, a palavra marinha entre aspas (“marinha”) quando nomeada a Resex de São João da Ponta.

A Resex é marinha, é mais costeira do que ao mar diretamente, mas classificamos como marinha [...]. Entende. Há aquelas marinhas do litoral mesmo e há aquelas costeiras como se posiciona a de São João, por isso é da ponta, o território de São João é a ponta da costa. (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 17/12/2015).

Já Rondônia, como destacado anteriormente, apresenta em seu território 25 (vinte e cinco) Resex: 1-Na esfera federal: 04 (nove) Resex foram criadas, de 1990 até 2001, onde todas são constituídas de seu Conselho Deliberativo e apenas 02 (duas) não apresentam o Plano de Manejo e 2-Na esfera estadual: 21 (vinte e uma) Resex foram criadas, de 1995 a 2011, 19 (dezenove) somente em 1995, 01 (uma) em 1996 e em 2011; outra questão observável é que apenas 01 (uma) tem Conselho Deliberativo e Plano de Manejo; 02 (duas) apenas o ato de criação e 18 (dezoito), a maioria, tem apenas Conselho Deliberativo, sem informações acerca da área de abrangência, apesar de ser a maior quantidade de Resex em nível estadual criadas; conforme síntese no quadro 12.

**Quadro 12:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Rondônia.

Nº	Reserva Extrativista (Resex)	Territórios Abrangidos	Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)	Recorte (Terrestre /Marinha)
1ª	Resex <b>RIO OURO PRETO</b> - Decreto nº 99.166, de 13/03/1990. Esfera Federal.	Guajará-Mirim - RO Nova Mamoré - RO	CD: Portaria nº 87, de 23/11/2006. PMP: Portaria nº 87, de 21/08/2014.	Terrestre
2ª	Resex <b>LAGO DO CUNIÃ</b> - Decreto nº 3449, de 09/05/2000. Esfera Federal.	Porto Velho - RO	CD: Portaria nº 42, de 21/06/2006. PMP: Não possui.	Terrestre
3ª	Resex <b>BARREIRO DAS ANTAS</b> -Decreto não numerado, de 07/08/2001. Esfera Federal.	Guajará-Mirim - RO	CD: Portaria nº 12, de 06/02/2008. PMP: Portaria nº 13, de 03/02/2015.	Terrestre

**Quadro 12:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Rondônia. (Continuação).

<b>Nº</b>	<b>Reserva Extrativista (Resex)</b>	<b>Territórios Abrangidos</b>	<b>Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)</b>	<b>Recorte (Terrestre /Marinha)</b>
4ª	Resex <b>DO RIO CAUTÁRIO</b> - Decreto nº S/N, de 07/08/2001. Esfera Federal.	Costa Marques - RO Guajará-Mirim - RO	CD: Decreto nº 49, de 12/06/2009. PMP: Não possui.	Terrestre
5ª	Resex <b>CURRALINHO</b> - Decreto nº 6952, de 14/07/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre
6ª	Resex <b>RIO PACAÁS NOVOS</b> - Decreto nº 6953, de 14/07/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 0047, de 23/06/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
7ª	Resex <b>PEDRAS NEGRAS</b> - Decreto nº 6954, de 14/07/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre
8ª	Resex <b>RIO CAUTÁRIO</b> - Decreto nº 7028, de 08/08/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 15454, de 13/04/2004. PMP: Portaria nº 116, de 02/05/2017.	Terrestre
9ª	Resex <b>ANGELIM</b> - Decreto nº 7095, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Criado por Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
10ª	Resex <b>MARACATIARA</b> - Decreto nº 7096, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
11ª	Resex <b>FREIJÓ</b> - Decreto nº 7097, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui	Terrestre
12ª	Resex <b>PIQUIÁ</b> - Decreto nº 7098, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
13ª	Resex <b>MOGNO</b> - Decreto nº 7099, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11.016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
14ª	Resex <b>DO ITAÚBA</b> - Decreto nº 7100, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
15ª	Resex <b>IPÊ</b> - Decreto nº 7101, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
16ª	Resex <b>JATOBÁ</b> - Decreto nº 7102, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
17ª	Resex <b>MASSARANDUBA</b> - Decreto nº 7103, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre

**Quadro 12:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Rondônia. (Continuação).

Nº	Reserva Extrativista (RESEX)	Territórios Abrangidos	Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)	Recorte (Terrestre /Marinha)
18 <sup>a</sup>	Resex <b>SUCUPIRA</b> - Decreto nº 7104, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
19 <sup>a</sup>	Resex <b>CASTANHEIRA</b> - Decreto nº 7105, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
20 <sup>a</sup>	Resex <b>AQUARIQUARA</b> - Decreto nº 7106, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
21 <sup>a</sup>	Resex <b>ROXINHO</b> - Decreto nº 7107, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
22 <sup>a</sup>	Resex <b>SERINGUEIRA</b> - Decreto nº 7108, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
23 <sup>a</sup>	Resex <b>GARROTE</b> - Decreto nº 7109, de 04/09/1995. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui	Terrestre
24 <sup>a</sup>	Resex <b>RIO PRETO-JACUNDÁ</b> - Decreto nº 7336, de 17/01/1996. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Decreto nº 11016, de 03/05/2004. PMP: Não possui.	Terrestre
25 <sup>a</sup>	Resex <b>JACI-PARANÁ</b> - Lei complementar nº 633, de 13/09/2011. Esfera Estadual.	Sem informação	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

O Mato Grosso apresenta 01 (uma) Resex, na esfera estadual, criada em 2007, com Conselho Deliberativo e sem Plano de Manejo. Não apresenta nenhuma Resex na esfera federal, de acordo com o quadro 13.

**Quadro 13:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Mato Grosso.

Nº	Reserva Extrativista (Resex)	Territórios Abrangidos	Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)	Recorte (Terrestre /Marinha)
1 <sup>a</sup>	Resex <b>GUARIBA-ROOSEVELT</b> - Lei complementar nº 8.680, de 13/07/2007. Esfera Estadual.	O polígono não apresenta precisão suficiente para análise espacial dos municípios abrangidos.	CD: Portaria nº 113, de 23/10/2009. PMP: Não possui.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

O Maranhão, por sua vez, tem 06 (seis) Resex, na esfera federal, desde 1992 até 2010, apresentando destas, 05 (cinco) com Conselho Deliberativo sem Plano de Manejo e 01 (uma) sem Conselho Deliberativo e Plano de Manejo, conforme quadro 14.

**Quadro 14:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Maranhão.

<b>Nº</b>	<b>Reserva Extrativista (Resex)</b>	<b>Territórios Abrangidos</b>	<b>Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)</b>	<b>Recorte (Terrestre /Marinha)</b>
1ª	Resex <b>MATA GRANDE</b> - Decreto nº 532, de 20/05/1992. Esfera Federal.	Davinópolis - MA Imperatriz - MA João Lisboa - MA Senador La Rocque - MA	CD: Portaria nº 182, de 09/07/2012. PM:P Não possui.	Terrestre
2ª	Resex <b>QUILOMBO DO FRECHAL</b> - Decreto nº 536, de 20/05/1992. Esfera Federal.	Mirinzal - MA	CD: Portaria nº 72, de 05/09/2011. PMP: Não possui.	Terrestre
3ª	Resex <b>MARINHA DO DELTA DO PARNAIBA</b> - Decreto nº S/N, de 16/11/2000. Esfera Federal.	Araioses - MA Água Doce do Maranhão - MA Ilha Grande - PI	CD: Não possui. PMP: Não possui.	Marinha
4ª	Resex <b>DE CURURUPU</b> - Decreto nº S/N, de 02/06/2004. Esfera Federal.	Apicum-Açu - MA Bacuri - MA Cururupu - MA Porto Rico do Maranhão - MA Serrano do Maranhão - MA	CD: Portaria nº 35/2011, de 23/05/2011.  PMP: Não possui.	Marinha
5ª	Resex <b>CHAPADA LIMPA</b> - Decreto nº S/N, de 26/09/2007. Esfera Federal.	Chapadinha - MA	CD: Portaria nº 29, de 17/05/2011. PM: Não possui.	Terrestre
6ª	Resex <b>DO CIRIÁCO</b> - Decreto nº S/Nº, de 17/06/2010. Esfera Federal.	Cidelândia - MA Imperatriz - MA	CD: Portaria nº 114, de 27/12/2011. PMP: Não possui.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

E, finalmente, o Tocantins que apresenta 01 (uma) Resex, na esfera federal, o que não eliminou as dificuldades, apesar do dado quantitativo, para concretizar a implantação de seu Conselho Deliberativo e Plano de Manejo, desde sua criação, em 1992, conforme quadro 15.

A criação de uma Resex, de esfera federal, que apresenta 25 anos (de 1992 a 2017), demonstram, minimamente, desafios locais que impossibilitam um processo de implantação dos instrumentos do modelo institucional, também mostra que o território onde as Resex são criadas, independente de quantidade e modelo padrão, manifesta-se de forma diferente em cada lugar, pelas ações locais que cria ou não.

**Quadro 15:** Reservas Extrativistas no Bioma Amazônia – Tocantins.

Nº	Reserva Extrativista (Resex)	Territórios Abrangidos	Conselho Deliberativo (CD)/Conselho Gestor (CG) e Plano de Manejo Participativo (PMP)	Recorte (Terrestre /Marinha)
1ª	Resex <b>EXTREMO NORTE DO TOCANTINS</b> - Decreto nº 535, de 20/05/1992. Esfera Federal.	Buriti do Tocantins - TO Carrasco Bonito - TO Sampaio - TO	CD: Não possui.  PMP: Não possui.	Terrestre

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

Portanto, o bioma Amazônia apresenta 75 Resex, sendo 49 na esfera federal e 26 na esfera estadual, divididas nos estados da seguinte forma: 1-No Acre: 05 (cinco) na esfera federal; 2-Amapá: 01 (uma) na esfera federal; 3-Amazonas: 13 (trezes), sendo 09 (nove) na esfera federal e 04 (quatro) na estadual; 4-Pará: 23 (vinte e três) na esfera federal; 5-Roraima: nenhuma na esfera federal e estadual; 6-Rondônia: 25 (vinte e cinco), sendo 04 (quatro) na esfera federal e 21 (vinte e uma) na esfera estadual; 7-Mato Grosso: 01 (uma) na esfera estadual; 8-Maranhão: 06 (seis) na esfera federal; e 9-Tocantins: 01 (uma) na esfera federal.

Realidades que colocam o modelo institucional com problemas de realização de implantação, do Conselho Deliberativo, sobretudo, do Plano de Manejo Participativo, visto que das 75 Resex na Amazônia, 79% tem seu Conselho Deliberativo, mas o Plano de Manejo, essencial para dimensionar suas ações e atividades no cotidiano da unidade de conservação, estão em apenas 25% delas; ou seja, a essência do plano de manejo como resultado de processo de gestão e caráter participativo não corresponde ao modelo instituído, desvelando relações nas Resex com características comuns e diferentes, sintetizadas no Quadro 16.

**Quadro 16:** Quantidade de Resex com Conselho Deliberativo e Plano de Manejo Participativo – Bioma Amazônia.

Bioma Amazônia	Quantidade de Resex	Conselho Deliberativo	Plano de Manejo Participativo
Acre	05	04	02
Amapá	01	00	00
Amazonas	13	10	08
Pará	23	16	04
Roraima	00	00	00
Rondônia	25	23	05
Mato Grosso	01	01	00
Maranhão	06	05	00
Tocantins	01	00	00
TOTAL	75	59	19
	100%	79%	25%

Fonte: Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC)/MMA (2017).

A Resex como modelo institucional apresenta sua liderança pelos órgãos do governo, legitimada legalmente, possibilitando às populações tradicionais participação e autogestão; contudo, sem o protagonismo genuíno de concepção das Resex; pois, as populações tradicionais podem participar das diversas instâncias, com exceção da presidência do Conselho Deliberativo, que somente pode ser assumida pelo representante do órgão gestor, o ICMBio.

A Resex como modelo institucional apresenta-se, portanto, como uma política pública que geram dois tipos de ação institucional: a ação comum, a do padrão institucional, e a ação local emergente, a da inovação constante e contínua.

A Resex como modelo institucional de ação comum dar-se pelos instrumentos legais obrigatórios que deve se submeter, como o Diagnóstico Socioambiental, Conselho Deliberativo e Plano de Manejo Participativo, que a moldam numa dinâmica de ações e desafios comuns: 1-dificuldade no cumprimento dos instrumentos legais e organizacionais necessários para a gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil e 2-consolidação de liderança institucional nas Resex pelo governo com vistas a uma burocracia de Estado.

A Resex como modelo institucional de ação local emergente dar-se pela ação diferenciada no território através de mecanismos criados pelas populações tradicionais que fazem emergir seu território pela inovação social constante e contínua que produzem, possibilitando às populações tradicionais um empoderamento organizacional; contudo, com desafios pelo contexto de política pública na qual se apresenta.



**Boxe 2 – Conclusão do Capítulo 2:** “A Resex como inovação social e como modelo institucional no território”

A mudança da Resex quanto à sua forma e liderança, apresentada neste capítulo, foi a transformação de suas características, de inovação social à institucionalização, de liderança pelas populações tradicionais para liderança pelo governo em parceria com as populações tradicionais.

De um lado, a Resex como inovação social contou com 2 (duas) construções sociais, a inovação social por resultado e a inovação social por processos construídos, esta típica dos territórios emergentes. E de outro, a Resex como modelo institucional que contou com 2 (dois) tipos de ação institucional, a ação comum padronizada mediante seus instrumentos legais, e a ação local emergente mediante uma inovação constante e contínua no território.

Resex, portanto, é a estrutura socioambiental, de política pública com gestão compartilhada entre governo e populações tradicionais, no uso coletivo, tradicional e sustentável do território; porém, nos moldes da ideia de ação comum e/ou de uma ação diferenciada, quando a partir de uma ação local com inovação social constante e contínua faz emergir seu território.

Assim, as Resex em um padrão institucional, sem a autonomia estabelecida em sua concepção e origem, colocam as Resex diante do desafio de escolha entre dois caminhos: o de obedecer, incontestavelmente, ao padrão institucional, ou o de inovar, continuamente, em sua ação local, obedecendo à legalidade, mas buscando alternativas socioambientais viáveis para seu território à medida de suas criações sociais.

**Boxe 3 – Conclusão da Parte I:** “Resex: constituição de uma referência socioambiental na Amazônia brasileira”

A Parte I apresentou a Resex em sua constituição como uma referência socioambiental, em uma trajetória sociohistórica que implica uma interpretação pela sociografia que mostrou sua concepção, inovação social e modelo institucional, para compreensão de território de Resex, quanto à sua essência criada a partir do legado de “Chico de Mendes” e do Movimento Seringueiro e quanto ao seu modelo institucional, de política pública, estabelecido legalmente pela liderança governamental.

A Parte I mostrou, portanto, que as Resex representam uma conjunção de formas de processos e transformações sociais no território: *de um passado*, pela inovação social (a partir de uma população tradicional extrativista da Amazônia na conquista de direitos e autonomia de gestão); *de uma atualidade*, pelo modelo institucional governamental (dentro de um padrão de utilização da Resex que mescla em sua gestão o compartilhamento entre a dominação técnica e política pelas normas da legislação governamental de contexto capitalista e a resistência da população tradicional extrativista de caráter coletivo) e; *de um futuro*, pela busca de inovação social contínua (devido necessidade de resolução de conflitos oriundos da gestão compartilhada para garantir a ideia de Resex enquanto bem coletivo e para futuras gerações). Isto é, as Resex representam uma conjunção de movimentos, de ações locais no território em uma tríade: inovação-modelo institucional-inovação contínua.

As Resex, todavia, nesse contexto de modelo institucional, mostram que são inúmeros os desafios a serem vencidos pelas populações tradicionais. E, que verificá-las de maneira padronizada que não se adequam ao referido modelo, pelas regras estabelecidas e dados quantitativos demonstrados como as dificuldades no cumprimento dos instrumentos legais, mostram também a existência de resistências nas ações locais que apesar da liderança governamental, formal nas Resex, emergem atores sociais individuais e coletivos que diferenciam o território possibilitando uma ação institucional não somente a ação comum, mas ação local emergente pela inovação contínua.

A Parte II, a seguir, destacará o território da Resex de São João da Ponta e seus processos sociais que subsidiaram, pelo estudo de caso, a compreensão da ação local para a afirmação de território em movimento, na Amazônia. Território da ação local que traz questões comuns às outras Resex, mas um diferencial que estão em seus movimentos sociohistóricos ou socioterritoriais, ou seja, nas ações locais de inovação social constante e contínua, que fazem emergir o território, diferenciando-o no contexto de modelo institucional de Resex.

## **PARTE II**

### **DO ACRE AO PARÁ: CAMINHOS DE UMA AÇÃO LOCAL TERRITORIAL EM DIREÇÃO DOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS**

Toda interpretação pretende demonstrar uma evidência [...]. Mas, nenhuma interpretação de sentido, por mais evidente que seja, pode pretender, por causa desse seu mérito, ser também a interpretação causal válida. Ela nada mais é do que uma hipótese causal particularmente evidente. 1) Com frequência “motivos” transferidos, pressupostos e “repressões” (quer dizer motivos não admitidos) encobrem, mesmo para o próprio autor, a conexão real da trama de sua ação, de modo que o próprio testemunho subjetivo, mesmo sincero, possui apenas um valor relativo. [...]. 2) Manifestações externas da ação tidas por nós como “iguais” ou “semelhantes”, podem apoiar-se em conexões de sentidos muito diversas, pensando no agente e nos agentes, e nós, “compreendemos”, também, um agir fortemente diverso, ou pelo menos num sentido frontalmente oposto, em face de situações de julgamos “semelhantes” entre si. [...]. 3) Em situações dadas os homens são submetidos a sua ação em uma situação de oposição a partir de impulsos contrários que são todos “compreensíveis”. [...]. Seja qual for a intensidade relativa com se manifestam na ação [...] é coisa que não se pode apreciar nunca com toda a segurança [...], só há a possibilidade de comparação [...] de casos da vida cotidiana e da vida histórica [...] de natureza idêntica, mas que se diferenciam num ponto decisivo: no que se refere ao “motivo” de sua importância prática. Isso é realmente uma das tarefas importantes da sociologia compreensiva (WEBER, 2016, p.619).

A necessidade de proteger o meio ambiente e as produções sustentáveis na Amazônia, fizeram as reservas extrativistas nascerem no Acre, advindas de grandes resistências do povo da floresta, que se tornarem referência socioambiental, ganhando força pelo modelo institucionalizado de política pública; logo, migrando para diferentes segmentos ou tipologia de proteção ambiental, seja florestal ou marinha e costeira.

A referência socioambiental das Resex possibilitou a ampliação de áreas protegidas nas diferentes partes do Brasil, sobretudo, na Amazônia, com 82% das Resex criadas, mostrado na Parte I.

O estado do Pará, segundo com maior quantidade de Resex na Amazônia, 23 Resex, absorveu esta filosofia de luta pelas populações tradicionais, primeiramente, com a concretização, em 1998, da Resex Tapajós Arapiuns, primeira na região oeste (Santarém e Aveiro), nos moldes das primeiras Resex do Acre, de recorte terrestre, ou seja, natureza vegetal e florestal.

Todavia, os estados da Amazônia com vistas a buscar reservas extrativistas que viessem garantir a proteção do estuário marinho ou costeiro e subsistência dos pescadores e extrativistas foram: o Amapá (Resex Rio Cajari, em 1990), o Maranhão (Resex do Delta do Parnaíba, em 2000) e o Pará (Resex de Soure, decretada em 2001, e em 2002, a de São João da Ponta e demais do nordeste paraense) que formaram a partir de interações socioambientais, a costa amazônica de Resex, migrando a ideia de Resex também para os manguezais amazônicos (CNUC/MMA, 2017).

Eu e o “Vergara” íamos por todo esse lugar aí para poder fazer as Resex, por uma questão de decreto, Soure saiu na frente, [...]. Mas, os demais tiveram que esperar um pouco, pois nossa mobilização em São João da Ponta estava muito grande, de muito tempo, devido os trabalhos para virar município e a Resex. Fora a Associação que não tinha sede, no início. Saíram quase todas, no início do ano de 2000, ficando três de fora, mas depois em 2014, quando a Dilma decretou aí elas foram criadas. [...]. Queríamos um território de Resex. A gente queria São João da Ponta município e Resex e deu muito trabalho. A gente se unia, via as discussões lá no Amapá, no Maranhão [...]. Pra Santarém, Altamira, um monte de lugar (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, Prefeito de SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, em 20/07/2015).

As Resex emergiram no nordeste paraense, impulsionada por ações locais, individuais e coletivas que interagiam em diversos aspectos do território.

O nordeste paraense foi, no Pará, o ambiente de discussões coletivas sobre a reserva extrativista de área costeira e marinha, para proteger o pescado e os manguezais, que se concretizaram a partir do ano de 2001, com a Resex de Soure, na região da Ilha do Marajó, e no ano de 2002, com a criação de 08 Resex (Resex de São João da Ponta, Resex de Mãe

Grande de Curuçá, Resex de Maracanã, Resex Chocoaré-Mato Grosso, Resex Arai-Peroba, Resex Caeté-Taperaçu, Resex de Gurupi-Piriá e Resex de Tracuateua) e, posteriormente, em 2014, 03 Resex (Resex de Cuinarana, Resex Mestre Lucindo e Resex Mocapajuba) (CNUC/MMA, 2017).

O estado do Pará destaca-se pelas Resex na região do nordeste paraense e processo de construção e mobilização social no território, sobretudo, pela Resex de São João da Ponta que construiu um empoderamento local junto às demais Resex, onde exerce uma experiência peculiar na proteção de seu patrimônio natural: a integração de ações locais para a proteção do manguezal amazônico.

A Resex de São João da Ponta mostra ações locais de inovação social, todavia, em meio aos desafios de um modelo institucional que implica ações comuns de política pública que não significam uma garantia de conservação ambiental sem envolvimento prático.

Os desafios de sobrevivência, num mundo hegemônico pelo mercado e em situação de monetarização crescente da vida, faz com que as pessoas se tornem mais dependentes do acesso ao dinheiro, na forma de moeda. A falta de apoio estatal, tanto no âmbito da fiscalização quanto do apoio às práticas produtivas, remete os extrativistas localizados em reservas à sua própria sorte. [...]. A constituição das Reservas Extrativistas não é garantia de que a conservação ambiental se dará. (SANT'ANA JÚNIOR, 2007, p.13)

A não garantia de conservação ambiental, bem como a espera pela tutela do Estado e ficar a cargo dos interesses do mercado, colocou a Resex de São João da Ponta na escolha de buscar instrumentos que viabilizassem suas ações locais pautadas em integração de atores e parcerias para o bem coletivo.

A discussão atual sobre as Reservas Extrativistas não pode passar ao largo de uma discussão sobre o papel do Estado na consolidação destas reservas enquanto espaço de garantia da convivência entre produção e conservação ambiental. Tanto a atuação no âmbito da fiscalização das práticas produtivas e das ações de agentes sociais externos às reservas, quanto no âmbito do incentivo e suporte a práticas produtivas não degradantes do meio e da remuneração por serviços ambientais, o estado não pode se ausentar, sob pena de colocar em risco a viabilização das Reservas Extrativistas enquanto modelo de conservação ambiental. Estes territórios não podem ser submetidos às leis do mercado, pois o mercado moderno não é e, por suas características, não pode ser uma instância a ser acionada para garantia da conservação (SANT'ANA JÚNIOR, 2007, p.15).

Dessa forma, para compreender a ação local territorial de São João da Ponta é necessário compreender dois aspectos que foram construídos socialmente no território do estudo de caso nesta Parte II: 1-São João da Ponta: município e Resex em um mesmo movimento, por emergir de um processo de emancipação e de protagonismo nas mobilizações

de Resex no nordeste paraense com atores individuais e coletivos, a serem apresentados no capítulo 3; e 2-O município na Resex e a Resex no município: o território em movimento, por apresentar uma dinâmica associativa ambientalizada mediante a Associação Mocajum e por apresentar uma ação local de inovação social contínua com vistas ao desenvolvimento local, no capítulo 4.

### **CAPÍTULO 3 - SÃO JOÃO DA PONTA: MUNICÍPIO E RESEX EM UM MESMO MOVIMENTO**

São João da Ponta, no Pará, busca o desenvolvimento local e sustentável, em meio a um cenário de movimentos sociohistóricos ou socioterritoriais como a construção de um município para a Resex e de uma Resex para o município em um mesmo movimento de forma integrada. A constituição do município e a instalação e construção coletiva da Resex, mesmo dentro de um modelo com todas as dificuldades e contextos sociais existentes nesse território na Amazônia, conquistado pela população tradicional fundamenta a interpretação de um território em movimento e suas categorias conceituais para uma reflexão sobre ambientalização territorial.

O termo município e Resex em um mesmo movimento, neste capítulo, busca permitir uma reflexão sobre esta inter-relação por estabelecer ações locais concretas com o processo de emancipação (autonomia político-administrativa) e, simultaneamente, com o processo de criação de sua Resex (autonomia socioambiental), tornando-se referência no nordeste paraense.

A Resex de São João da Ponta é considerada Associação Mãe, entende, de todas as outras, porque aqui desde muito tempo temos uma parceria para nossas mobilizações. Sou de Curuçá, mas não perco as reuniões daqui, onde tenho representação, a gente é informado, participa dos eventos, sou representante na COFREM, nacional. Se a gente não se unir, não adianta. [...]. Eu sou do Maretório, a gente se identifica assim, vivemos do mar e moramos na terra, logo precisamos garantir no mar e na terra as nossas melhorias [...]. Juntos, não adianta nada proteger aqui e em São Caetano não (SANDRA REGINA PEREIRA GONÇALVES, Resex Mãe Grande de Curuçá. Entrevista: SJP/PA, 28/04/2016).

O mesmo movimento no território, assim, é compreendido como as dinâmicas sociohistóricas no território ou socioterritoriais, ou seja, como ações locais que se relacionam em meio a resistências, consensos e lutas para o desenvolvimento local, que produziram resultados sociais buscados de forma integrada para município e Resex desde sua concepção, visto que não eram pensados em separado pelos atores sociais locais.

O território de São João da Ponta apresenta movimentos sociohistóricos que refletem ações locais de participações coletivas que valorizam, dentre outras coisas, as pessoas nascidas no lugar, como o conhecido termo “os filhos da terra”, que contribuíram potencialmente para as conquistas locais, mediante três movimentos, dinâmicas de ações locais e participação que instituíram, atualmente, o que chamamos de São João da Ponta: 1- Emancipação do município de São João da Ponta; 2-Reserva Extrativista “Marinha” de São João da Ponta e 3-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista “Marinha” de São João da

Ponta (Mocajuí). Movimentos que são retratados pelas narrativas dos moradores, presidente da Associação dos Usuários da Resex, a Mocajuí:

Quando a gente fazia parte de São Caetano de Odívelas, muitas coisas não vinham, não traziam benfeitorias para nós. Depois não, a cidade mudou, viramos cidade, foi muito bom com muita luta, mas conseguimos ser cidade. O Nelsão melhorou, ele era extrativista né. Depois veio a Resex e nossa associação. Pra ter uma ideia agora que São Caetano fez sua Resex, mas não tem conselho não tem nada. Nós estamos melhorando. Ainda precisa muito, mas o Vergara, do ICMBio, nos ajuda aqui, lá em Brasília. Temos os parceiros. Essas coisas que ocorreram nós temos orgulho (MANOEL FERREIRA DAS NEVES, Associação Mocajuí. Entrevista: SJP/PA, 28/04/2016).

A emancipação municipal, a criação da Resex e a associação dos usuários são marcos na fala dos moradores e na vinculação dos mesmos às ações para o desenvolvimento local. No quadro 17 estão as principais ações locais do território, os movimentos socioterritoriais que destacam São João da Ponta em sua concepção municipal e socioambiental.

**Quadro 17** – Ações Locais no Território de São João da Ponta – Movimentos Socioterritoriais.

1-Emancipação do município de São João da Ponta (1995).

Criado pela Lei Estadual nº 5.920, de 27 de dezembro de 1995. No dia 1º de janeiro de 1997, foi instalado com a posse do prefeito, Aurélio Calheiros de Melo, juntamente com os vereadores e vice-prefeito, eleitos em 03 de outubro de 1996.

### 1º Movimento

***1-Movimentos de Resistência: Agregação e Emancipação de São Caetano de Odívelas:***

**1.1-Agregação a São Caetano de Odívelas:**

-1894: primeiro povoamento.

-1895: criação de Povoado São João da Ponta.

-1900: criação de Vila São João da Ponta.

**1.2-Emancipação de São Caetano de Odívelas:**

-1986: Primeira comissão de criação.

-1994: Segunda comissão de criação.

Resultado: plebiscito pela separação do município de origem, São Caetano de Odívelas, em 06 de agosto de 1995.

-1995: criação do município pela Lei 5.920/1995 de 17/12/1995.

-1996: Eleição em 03 de outubro de 1996.

-1997: Instalação do Município em 01 de janeiro de 1997 com a posse dos primeiros eleitos municipais.

***2-Administradores do executivo (Emancipação):***

2.1-De 1997 a 2000: Aurélio Calheiros (um mandato);

2.2-De 2001 a 2008: Orleandro Feitosa (dois mandatos);

2.3-De 2009 a 2016: Nelson Santa Brígida (dois mandatos); e

2.4-De 2016 à atualidade: Carlos Feitosa Castro (primeiro mandato).



**Quadro 17** – Ações Locais no Território de São João da Ponta – Movimentos Socioterritoriais. (Continuação).

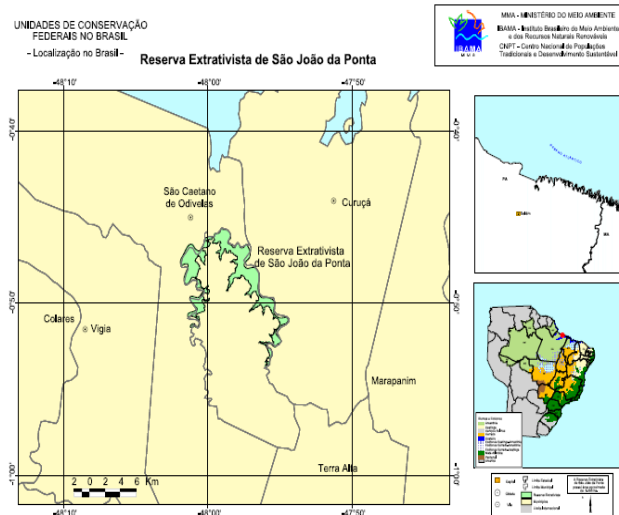
<p><b>2-Reserva Extrativista “Marinha” de São João da Ponta (2002)</b></p> <p>A Resex “Marinha” de São João da Ponta criada por Decreto Presidencial s/nº, em 13 de dezembro de 2002 (área de 3.203,24 hectares no município de São João da Ponta, no Estado do Pará); é uma unidade de conservação federal do Brasil, categorizada como reserva extrativista.</p>	<p style="text-align: center;"><b>2º Movimento</b></p> <p><b>1-Criação da Resex de São João da Ponta</b>  <b>2002:</b> Decreto Presidencial s/nº de 13 de dezembro de 2002.  A Resex criada com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.  <b>Instrumentos Formais obrigatórios:</b> Diagnóstico Socioambiental, Conselho Deliberativo e Plano de Manejo Participativo.  2003 a 2005: Trabalhos para a caracterização do território em parceria com Ibama e projetos de assentamento pelo Incra.</p> <p><b>1.1-Conselho Deliberativo no âmbito do ICMBio.</b>  2006: Criação do Conselho Deliberativo.  Composição: 17 instituições (públicas e da sociedade civil organizada).  2009: Implementação do Conselho Deliberativo, com a presença do gestor da Resex, técnico do ICMBio.</p> <p><b>1.2-Diagnóstico Socioambiental</b>  2010: Documento sob o título: “Caracterização dos Aspectos Socioambientais e Econômicos da Reserva Extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares” inclui o “Projeto Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira – PNUD/BRA/08/002”.</p> <p><b>1.3-Plano de Manejo Participativo</b>  Formalmente não apresenta o Plano de Manejo Participativo de responsabilidade orçamentária do ICMBio, mas agrega ações que convergem para sua elaboração.  2012: Plano de Gestão Integrada das 09 Resex Marinhas do Nordeste Paraense.  Programa Manguezais do Brasil – ICMBio/MMA.  Pesca Sustentável na Costa Amazônica – UNESCO.  Pesca Mais Sustentável – Conservação Internacional.</p>
<p><b>3-Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta (Mocajum). (2003)</b></p> <p>Criada formalmente, no dia 13 de abril de 2003. Representa um espaço de participação formalizado para atender aos anseios do desenvolvimento local e sustentável na e pela Resex.</p>	<p style="text-align: center;"><b>3º Movimento</b></p> <p>2000 a 2002: organização informal associativa para a criação da Resex, com a participação da comunidade de pescadores que buscavam, segundo eles “melhorias de vida” para a, então, Vila de São João da Ponta.  2003: fundação da Associação Mocajum.  Suporte a todas as atividades operacionais para a Resex.</p> <p><b>Maretório:</b> Dominalidade territorial com predominância do ecossistema de manguezal, com as comunidades dos usuários que vive do mar e mora na terra, formando o território a ser protegido para as melhorias socioambientais, termo construído no espaço de interação pela Associação Mocajum.</p>

Fonte: Documentos (1-Lei Estadual nº 5.920, de 27 de dezembro de 1997- Criação do Município; 2-Decreto Presidencial s/nº, em 13 de dezembro de 2002-Criação da Resex e 3-Estatuto da Associação Mocajum) – Síntese Rosa Ibiapina.

### 3.1 São João da Ponta: o Território e a emancipação

São João da Ponta, atualmente, está localizado na mesorregião do nordeste paraense abrangendo uma área territorial de 195,987 km<sup>2</sup>; distante 120 km da capital do estado, cidade de Belém, em que apresenta uma população estimada de 5.795 habitantes e municípios limítrofes de Curuçá, Terra Alta, Vigia de Nazaré e São Caetano de Odivelas (IBGE, 2016).

**Figura 01:** Mapa do Município de São João da Ponta (PA).



Fonte: Diagnóstico Socioambiental da Resex de São João da Ponta/ICMBio, 2010, p. 13.

A mesorregião do nordeste paraense denominada Mesorregião do Salgado, onde se encontra São João da Ponta; na divisão do Pará, por região de integração, tais municípios limítrofes, pertencem a duas regiões diferentes, Guamá e Caetés (ATLAS DE REGIÃO DE INTEGRAÇÃO, 2010).

A trajetória histórica de São João da Ponta começa com São Caetano de Odivelas, município paraense, que apresentava 03 (três) distritos: São Caetano de Odivelas (sede), Perseverança e São João da Ponta (IBGE, 2016).

São João da Ponta era uma área não habitada de São Caetano de Odivelas, conhecida como “ponta”, onde recebia este nome devido às “pontas de abas” dos contornos dos rios. A origem do nome está na devoção local a São João Batista e à ponta de abas do rio Mocajuba.

O termo “Ponta” se refere à ponta de terra mais acentuada pelos diversos contornos do rio formando uma saliência que divide duas abas, ou seja, duas direções do rio, característica que destacava o povoado e depois vila São João da Ponta, de acordo com informação do usuário e conselheiro da Resex:

A ponta é como localizamos o município pelo rio. Esse termo é desde muito tempo, o rio Mocajuba apresenta curvas e a área de terra de São João da Ponta divide duas abas, dois braços do rio, onde era fácil identificarmos. Sempre foi um lugar de devoção religiosa e muito bom para o trabalho do pescador e catador de caranguejo (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede Resex SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 28/06/2016).

A origem do nome está associada, assim, às relações: religiosa (São João Batista); natural (ponta de abas do rio) e de sobrevivência (rota de pescadores e catadores de caranguejo); originando São João da Ponta.

**Figura 02:** Aba do rio Mocajuba em frente à sede de São João da Ponta/PA.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Orla de São João da Ponta/SJP, 2016.

O primeiro movimento do território, por conseguinte, retrata os aspectos dos movimentos de resistência e luta de São João da Ponta pela agregação e pela emancipação de São Caetano de Odivelas, ambos se caracterizam por serem ações locais contrárias, em tempos diferentes, mas com um mesmo objetivo: a melhoria das condições de vida das pessoas de São João da Ponta.

No movimento de agregação de São João da Ponta a São Caetano de Odivelas se destacam 03 (três) acontecimentos sociohistóricos, como: 1-Primeiro povoamento, em 1894; 2-Criação de Povoado São João da Ponta, em 1895; e 3-Criação de Vila São João da Ponta, em 1900.

Em 1894, com a possibilidade de fundação de um povoado à margem esquerda do rio Mocajuba, que partiu da ideia de Casimiro Antônio Freitas e se consolidou pela habitação dos primeiros desbravadores como João Ferreira Campos e Manoel Inácio Ferreira, com a doação de uma área de 220 metros quadrados para demais interessados em habitar o lugar, foi realizada uma mobilização para tornar local longínquo, formalmente, um povoado de São Caetano de Odivelas (RODRIGUES, 2013).

Em 1895, foi criada uma comissão para fundação do povoado de São João da Ponta, constituída por Felipe Neri Ferreira, Manoel João da Costa e Abel Ferreira da Silva Bandeira, que atendida pelo deputado estadual, João Rodrigues dos Santos, apresentou o Projeto de Lei, na câmara dos deputados, aprovando São João da Ponta como povoado de São Caetano de Odivelas, sob o Projeto de Lei nº 324/1895 de 06 de julho de 1895, criação do Povoado São João da Ponta, sendo o mesmo inaugurado em 07 de setembro de 1895 (RODRIGUES, 2013).

Em 1896, segundo os registros documentais de Abel Ferreira da Silva Bandeira, o povoado apresentou considerável aumento populacional, impulsionado pela riqueza e beleza natural e pelo incentivo de terras doadas, fazendo o deputado estadual João Rodrigues dos Santos, novamente, propor na câmara dos deputados, que São João da Ponta fosse vila de São Caetano de Odivelas, sob o Projeto de Lei nº 797/1900 de 22 de outubro de 1900, mudança de categoria de povoado para Vila São João da Ponta (RODRIGUES, 2013).

O objetivo do povoado e depois Vila São João da Ponta em agregar-se, formalmente, a São Caetano de Odivelas, era estar próximo dos benefícios sociais que a cidade possibilitava, contemplando também a instalação de pessoas com os benefícios naturais que o ecossistema de São João da Ponta apresentava, conforme o ex-presidente da Associação Mocajum e atualmente tesoureiro:

Antigamente, na época tínhamos muito peixe, muito caranguejo, nada faltava. Esse lugar sempre foi muito bom. Aí foi chegando muita gente, muitos pescadores, já era falado e a política sempre esteve por aqui. Mas, ficava longe de Odivelas. A gente queria nosso lugar e o apoio da cidade. Lutamos pelo reconhecimento de Odivelas como Vila São João da Ponta. Depois lutamos pela emancipação, a gente precisava de estrada, saúde e educação (ZACARIAS MONTEIRO BANDEIRA, Associação Mocajum. Entrevista: SJP/PA, 28/04/2016).

100 anos se passaram e, em 1995, São João da Ponta, depois de um longo processo de criação de comissões para emancipação municipal, conquista ser não mais Vila de São Caetano de Odivelas, mas município próprio, motivado pela busca de “melhorias” à sua população. O movimento de emancipação de São João da Ponta traz uma identidade local e autônoma de luta, ao contrário de 100 anos atrás, o de agregar-se a São Caetano de Odivelas para conquistar seus avanços e desenvolvimento local.

Depois da emancipação, logo a outra luta foi a Resex, cada tempo vai pedindo uma coisa. Teve um momento que a gente queria que as coisas viessem de São Caetano, mas depois a gente quis daqui mesmo (ZACARIAS MONTEIRO BANDEIRA, Associação Mocajum. Entrevista: SJP/PA, 28/06/2016).

As melhorias são conquistadas aos poucos de forma, geralmente, lenta e fragmentada; porém, são buscadas e/ou conquistadas a partir da relação entre as motivações da emancipação municipal e a política socioambiental da Resex, segundo o usuário e conselheiro:

A colônia de pescadores que tinha aqui, era em São Caetano de Odivelas, pois só tivemos nosso espaço com a emancipação de São João da Ponta, a Resex e nossa Associação Mocajuim. Aqui só tinha pescadores, mas não eram organizados, não tinham sede, não tinham nada, tudo dependia de São Caetano de Odivelas. E a gente precisava avançar aqui, nada vinha pra cá, a gente tava vendo o pescado diminuir. Queremos melhorias, uma vida melhor pra gente, nossos filhos, é o que também aprendemos na Resex. Nada vem rápido e fácil, é devagar, mas se lutarmos as coisas vem. O que não dá é ficar parado (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede Resex SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 28/04/2016).

No movimento de emancipação de São João da Ponta de São Caetano de Odivelas se destacam 03 (três) acontecimentos sociohistóricos, como: 1-Primeira Comissão de Criação, em 1986; 2-Segunda Comissão de Criação, em 1994 e 3-Criação do município de São João da Ponta, em 1995.

Em 1986, foi constituída a primeira comissão de criação para a emancipação do município, composta por: Santino Rodrigues Barroso, Leandro Dalmácio Lima, Francisco Chagas, Raimundo Rodrigues Barroso e Eduardo dos Anjos Pereira. Contudo, não teve êxito (RODRIGUES, 2013).

Em 1994, foi constituída a segunda comissão de criação para a emancipação do município, composta por: Josué Moura, Rui Bandeira, Orlando Monteiro, Abmildes Campos da Silva, Manoel Ribeiro Cavalcante, Severino Palheta, Ilzo Cristo e Francisco de Assis Monteiro Filho. Teve como resultado o realização de plebiscito para o ano seguinte, 1995 (RODRIGUES, 2013).

O plebiscito é um dos instrumentos da democracia, designada como uma das formas de governo, um dos diversos modos com que pode ser exercido o poder político exercido pelo povo. O plebiscito é o mecanismo jurídico por meio do qual o povo é chamado a aprovar ou não um fato, um acontecimento relacionado à estrutura do Estado ou de seu governo, é uma expressão da vontade do povo, nunca do Estado do qual aquele povo é ou poderá vir a ser integrante (ROCHA, 2005).

Em 1995, o plebiscito foi realizado em 06 de agosto, com o número de 1.814 eleitores, 25 votos em branco e 16 votos nulos, além da diferença de 46 votos para o resultado sim no plebiscito. Dessa forma, aproximadamente, foram 909 votos sim (a favor da emancipação) e 865 votos não (contra a emancipação). Após o resultado favorável do

plebiscito, o município de São João da Ponta foi criado pela Lei Estadual nº 5.920, de 27 de dezembro de 1995, assinada pelo, então, presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Zenaldo Coutinho e sancionada pelo, então, governador Almir José de Oliveira Gabriel, estabelecendo eleição para o ano seguinte (RODRIGUES, 2013).

Em 1996, ocorreu a eleição em 03 de outubro, sendo em 01 de janeiro de 1997, instalado o município com a posse do prefeito, o senhor Aurélio Calheiros de Melo, juntamente com o vice-prefeito e vereadores (GEPPAM/UFPA, 2013).

O Sr. Aurélio Calheiros de Melo foi uma pessoa que intermediou o conflito contra e a favor à emancipação no momento da segunda comissão, pois nas comunidades e vilas de São João da Ponta (Vila Nova, Deolândia, Guarajuba, Porto Grande, São Francisco, Santa Clara, entre outras); Vila Nova preocupava mais, pelo contingente de eleitores que tinha e pelo fato de não aceitar uma submissão futura à gestão de São João da Ponta e não mais a São Caetano de Odivelas. O perfil de intermediador e o fato de acreditar na emancipação como benefício para todos o fez aderir ao movimento e passou a ir às casas de porta em porta; postura que após a conquista do plebiscito, gerou uma corrida à ideia de candidatos à primeira eleição; fato que agregou as pessoas, diretamente, ligadas ao movimento de emancipação à candidatura para a gestão executiva e legislativa para o futuro município. Assim, o intermediador, Aurélio Calheiros de Melo, juntamente com outros nomes da emancipação como, Rui da Piedade Bandeira, legitimaram-se como prefeito e vice-prefeito, respectivamente, de São João da Ponta, na primeira eleição em 1996 (RODRIGUES, 2013).

A emancipação de São João da Ponta de fato, com a instalação do município, em 1997, mostra que dos três movimentos centrais retratados, pelas narrativas dos moradores e pela referência de luta pelo desenvolvimento local, que marcam sua dinâmica sociohistórica, o momento mais emblemático foi o da emancipação que dividiu a, então, vila São João da Ponta, pertencente ao município de São Caetano de Odivelas, no embate contra e a favor à emancipação, além de um movimento paralelo do sindicato dos trabalhadores rurais para proteção do patrimônio natural.

Nós todos do nordeste paraense se articulava na criação da Resex mesmo nos momentos difíceis da emancipação, a gente do sindicato queria as melhorias, que estavam chegando de uma vez, o que muito tempo buscamos, a emancipação e a Resex (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, Prefeito de SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, em 26/03/2015).

Um professor e ex-vereador de São Caetano de Odivelas, morador da comunidade de Vila Nova em São João da Ponta, afirmou que apesar de, na época ser contra, reconhece a

mudança para “melhor”, principalmente pela estrada construída de São João da Ponta, a PA-375, que juntamente com a rodovia PA-136 (Castanhal - Curuçá) possibilitam o acesso à Belém, devido o escoamento da produção de agricultores e pescadores, onde antes era por barco até Vigia de Nazaré, causando demoras, conforme narrativa abaixo:

**Figura 03:** Lourenço da Silva Gonzaga, professor e ex-vereador.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Entrevista: Vila Nova-SJP/PA, 30/07/2015.

Eu, na época da emancipação era vereador e contra a emancipação, a sede ficava lá em São Caetano de Odivelas, então, pra mim era conveniente, na época. [...]. Eu não tinha a cabeça que tenho hoje [...]. Mas, vendo as lutas, os ganhos, minha esposa era a favor, vejo que minha opinião na época não era boa. Hoje, sei que para os agricultores e pescadores ficou melhor [...]. Antes tínhamos que ir pra Belém de barco, por Vigia e de lá pegávamos a estrada. Demorava e às vezes nem íamos devido à dificuldade (LOURENÇO DA SILVA GONZAGA, Professor. Entrevista: Vila Nova-SJP/PA, 30/07/2015).

**Figura 04:** Rodovia PA-375 – Acesso terrestre a São João da Ponta.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina, São João da Ponta, 2013.

Os territórios apresentam, segundo Wagner (2010, p.137), movimentos sociais e processos de territorialização com “terras tradicionalmente ocupadas” com duas questões principais, a diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais e a sua relação com os recursos naturais, possibilitando nas últimas décadas na Amazônia, o

protagonismo de lados opostos frente a lutas em ações locais e coletivas demandadas aos poderes públicos.

Nas duas últimas décadas estamos assistindo em todo o País, e notadamente na Amazônia, ao advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade. Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vem se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais uma de suas expressões maiores, conhecem, desde 1988/1989, certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos (WAGNER, 2010, p. 137).

**Figura 05:** Léia Terezinha da Silva Gonzaga, agricultora.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina, Entrevista: Vila Nova-SJP/PA, 30/07/2015.

São João da Ponta era povoado, depois vila de São Caetano de Odivelas, queríamos mudança e melhoria de vida pra cá, que só vinham as promessas em período de política. [...]. Havia várias questões de mudanças, aí o povo queria mudança mesmo era por aqui, que era distante de São Caetano. Faltava saúde, educação e muitas coisas. Apoiei a emancipação com muito esforço [...]. Mas, hoje, poderia ter sido feito mais. Muitas coisas me decepcionaram, mas sem dúvida a emancipação foi melhor [...]. Muito ainda tem que se fazer e estamos aqui para cobrar (LÉIA TEREZINHA DA SILVA GONZAGA. Entrevista: Vila Nova-SJP/PA, 26 e 30/07/2015).

Em São João da Ponta não foi diferente, a luta pela emancipação inicia com a necessidade de acesso a outros municípios, mas também devido o distanciamento de São Caetano de Odivelas, separado pelo acesso físico, rio Mocajuba, e necessidade de políticas públicas como posto de saúde, estradas, escolas, creches e oportunidades, motivada pela busca de cidadania e recursos naturais a serem protegidos.

A emancipação não era pensada sem a consciência de uma proteção ambiental local; assim, ter o município emancipado significava também ter uma Resex para protegê-lo, ganhando força as mobilizações para a criação da Resex, iniciada anteriormente por



lideranças locais mediante participação em colônia de pescadores e sindicato dos trabalhadores rurais.

A criação da Resex ganhou força quando a emancipação foi conquistada, nós precisava do município para a Resex ser nossa e não lá de Odivelas. [...]. Muito sacrifício, mas valeu. [...]. Agora é melhorar nosso município e nossa Associação. Fale com o Manoel Curió da associação, presidente agora, que ele sabe muita coisa. (ZACARIAS MONTEIRO BANDEIRA, Associação Mocajum. Entrevista: SJP/PA, 17/12/2015).

**Figura 06:** Manoel Ferreira das Neves, presidente da Associação Mocajum.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Entrevista: SJP/PA, 25/07/2016.

Todo mundo fala sobre política, aqui somos muito conscientes das coisas e cobramos mesmo do prefeito e vereadores. Estamos do lado de uma pessoa por acreditar, mas se não fazem, mudamos para o melhor da cidade. O que importa são nossas necessidades garantidas para todos [...]. Não podemos ser enganados. Ninguém é bobo aqui... Sempre teve luta e participação nas coisas. Agora, temos esse espaço, com muito orgulho. Pena que muitas coisas que fazemos muitas pessoas acham que estamos ganhando. Tudo acham que ganhamos, o que ganhamos é os benefícios (MANOEL FERREIRA DAS NEVES, Associação Mocajum. Entrevista: SJP/PA, 20 e 25/07/2016).

As demandas da população na exigência das efetividades das políticas públicas são constantes e concentram-se nas necessidades a serem atendidas e no histórico de lutas e resistências locais, demonstrando uma consciência de participação efetiva, inclusive na atualidade nos espaços de construção coletiva, da Resex e Associação Mocajum.

Com a emancipação de São João da Ponta houve 04 (quatro) administradores do executivo: 1-De 1997 a 2000 (um mandato): Aurélio Calheiros de Melo; 2-De 2001 a 2008 (dois mandatos): Orleandro Alves Feitosa; 3-De 2009 a 2016 (dois mandatos): Nelson Almeida Santa Brígida, natural de São João da Ponta (dois mandatos); e 4-De 2017 a 2020 (primeiro ano de mandato): Carlos Feitosa Castro, natural de Arneiroz/CE (ELEIÇÕES/TRE, 2016).

Na época quando cheguei na prefeitura, realmente era muito falado isso, que um filho do lugar chegou. O Aurélio é alagoano, e mora há muito tempo em São João da Ponta, o Orleandro Feitosa é cearense, parente do atual prefeito, Carlos Feitosa, também cearense. Eu nasci aqui em São João da Ponta mesmo, sempre lutei e ajudei as coisas daqui, a RESEX, e ajudo até hoje, agora estou buscando união das políticas entre sindicato e RESEX [...] (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, STR/SJP, 2017).

Dos 04 (quatro) prefeitos, o primeiro pode ser relacionado à emancipação, enquanto que o terceiro, Nelson Almeida Santa Brígida, conhecido como “Nelsão”, pode ser relacionado a um forte apelo da identidade local, um prefeito “filho da terra”, que depois de participar também de movimentos de emancipação municipal, participou da institucionalização da Resex e de fundação da Associação Mocajum, ganhou a confiança por ser aquele do lugar que poderia fazer algo “melhor” pelo seu território, articulando as políticas públicas necessárias ao município.

Os “filhos da terra” são os meninos e meninas que cresceram brincando no rio e igarapés, nossa riqueza, e sabem o valor do nosso lugar, e que estão fazendo diferença local, vê o prefeito é um “filho da terra”, e hoje conquistamos tantas coisas. (...). Como ele temos um monte aí (LÉIA TEREZINHA DA SILVA GONZAGA, agricultora. Entrevista: SJP/PA, 15/07/2013).

“Os filhos da terra” é uma expressão popular que os moradores afirmam serem pessoas nascidas no lugar que participam do desenvolvimento do município e que viveram desde a infância tomando banho no rio e em seus inúmeros igarapés, e que sabem a cultura do lugar e suas necessidades: na pesca, na economia, no meio ambiente e no social; ou seja, nas lutas por uma vida em sociedade.

Igarapé é um curso d'água amazônico de primeira, segunda ou terceira ordem, constituído por um braço longo de rio ou canal. Existem em grande número na Bacia amazônica. Caracterizam-se pela pouca profundidade e por correrem quase no interior da mata. A palavra deriva da língua tupi, que significa “caminho de canoa”, junção dos termos: *ygara* (canoa) e *apé* (caminho) (NAVARRO, 2005, p. 463).

Ser prefeito para Nelson Almeida Santa Brígida era um desafio por representar mais uma disputa em prol do desenvolvimento necessário ao município, depois de ser presidente da Associação Mocajum da Resex de São João da Ponta, conquistou a prefeitura, com o objetivo de construir um projeto novo de cobrança para mais políticas públicas locais.

Quando eu fui presidente da reserva [...] o meu desafio era chegar a ser prefeito de São João da Ponta [...] então, com os presidentes nas outras reservas, nisso aí já estava implantado Bragança, Viseu, aí se tornaram 09 reservas [...]. Aí a gente fez um estudo que vimos a necessidade de entrar na eleição para concorrer para buscar

políticas públicas em nosso município [...] precisa disso para a gente ter força. Eu me elegi como prefeito. Um filho da terra se tornou prefeito. Vim da colônia dos pescadores, da Resex para a prefeitura [...]. Não sei o futuro, estou terminando meu mandato, dois mandatos bastante duro. Pois, ensinei o povo a cobrar, e agora eu fui cobrado. O futuro não sei [...] (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, PM-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 22/07/2016).

**Figura 07:** Nelson Almeida Santa Brígida, prefeito de São João da Ponta, em 2016.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Entrevista: SJP/PA, 22/07/2016.

Eu cresci aqui, no meio do povo ensinando a valorizar nosso lugar, nosso patrimônio, nossa história. Ensinei a cobrar e hoje, como estou na gestão municipal sei o peso das cobranças que fazem parte da vida. Mas, São João da Ponta mudou muito, cresceu muito, graças aos “filhos da terra” como eu (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, PM-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 20/07/2015).

Hoje, estou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR/SJP). Sempre ajudei a Resex, mesmo de longe, nunca deixava de ajudar. Não estou afastado da Resex, mas minha ideia agora que saí da prefeitura é unir as bases e as políticas entre sindicato e Resex. A união é necessária, pois nem todos que estão no sindicato estão na Resex ou na Resex estão também no sindicato. [...]. É preciso organizar Resex e o povo de São João da Ponta, pela associação e sindicato (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, SRT-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 03/12/2017).

São João da Ponta apresenta uma característica de orgulho de seus moradores quanto aos “filhos” do lugar, seus igarapés, advindos do Rio Mocajuba, que banha o município, o que mostra uma cultura de pertencimento, além de uma luta constante pela melhoria local, verificado na trajetória de Nelson Almeida Santa Brígida, de associação de pescadores, passando pela Resex à prefeito de São João da Ponta, buscando pela dinâmica associativa posições em papéis sociais para emergência do território.

Na época havia uma associação de pescadores e eu participava, foi quando me envolvi com o movimento social e tinha, vamos dizer assim, tinha uma ideia diferente de crescimento da região do município, foi através da associação de pescadores que a gente começou a construir juntamente com o coordenador, com o Vergara e foi se fazendo o trabalho para a criação da reserva extrativista. [...]. Conhecer o meu lugar e os problemas daqui me fez chegar onde cheguei (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, PM-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 22/07/2016).

Uma cultura do lugar que os “filhos da terra” conhecem bem contribuiu para Nelson Almeida Santa Brígida, como a maioria o chama, a unir município e Resex em um mesmo movimento: integração de ações locais na busca por avanços socioambientais.

A cultura, de acordo com Lévi-Strauss, como um conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade, pode ser ao mesmo tempo tradicional e dinâmica; tradicional quando está relacionada à tradição e à institucionalização de padrões de comportamento e dinâmica quando está relacionada à mudança, seja de forma pequena (despercebida), seja de forma grande (revoluções ou cataclismos), em suma há uma evolução da cultura em razão das novas necessidades das novas situações (MELLO, 1986, p. 397).

São João da Ponta mostra uma cultura que valoriza seus aspectos tradicionais de pertencimento, bem como uma cultura dinâmica que faz emergir em seu território ações locais peculiares de acordo com novas necessidades.

Portanto, a emergência do território de São João da Ponta, isto é, o diferencial quanto à emancipação se revela pela(s): 1-construção de uma identidade local de uma cultura de pertencimento; 2-lutas emancipatórias e articulações políticas em prol do desenvolvimento local, seja pela agregação, em um primeiro momento, seja pela emancipação de São Caetano de Odivelas, em um segundo momento; 3-Exigências sociais da população baseadas nas necessidades e no histórico de lutas e resistências no território; 4-Busca por soluções para as dificuldades locais referentes à acessibilidade, escoamento da produção e políticas públicas em diversos segmentos sociais como meio ambiente, saúde e educação; 5-Busca por melhorias sociais pela instância da emancipação municipal e da criação da Resex, simultaneamente, agregando o território de Resex do nordeste paraense e 6-mobilidade política de atores sociais da colônia de pescadores, passando pela Resex à gestão pública municipal (prefeitura). Em suma, pela ação local de emancipação, o território vai buscando caminhos, diferentes e contraditórios, para seu objetivo maior, o desenvolvimento sustentável local.

### 3.2 A Reserva Extrativista “Marinha” de São João da Ponta

O segundo movimento do território, por conseguinte, retrata os aspectos de constituição da Resex, com articulação de outros municípios do nordeste paraense, como um complemento às mudanças político-sociais que estavam ocorrendo em São João da Ponta.

Soure foi a primeira Resex, através dessa criação houve um estudo para se fazer reserva em todo o nordeste paraense. Só que na época devido o povo pensar muito naquelas coisas que a direita empregava na cabeça. Por exemplo, quando foi a criação das outras reservas de São João da Ponta, Curuçá, Maracanã e Santarém novo, ficou cinco reservas. Eu e o Vergara fomos fazendo o trabalho, a situação de políticas públicas, através da reserva, nos meus primeiros três anos, se eu não me engano, só que naquela época, as pessoas falavam, mas não concluíam os trabalhos, o que eram feitos ou o que eram oferecidos pelo governo federal, estadual, e foi aí que fui eleito primeiro presidente, com a eleição fiquei no aguardo dos benefícios que vinham através da reserva, um dos benefícios foi fazer com que os ribeirinhos se tornassem assentados da reforma agrária, pelo Incra, conseguimos. Antes só eram as pessoas que trabalhavam no campo, nós conseguimos incorporar os pescadores da reserva no assentamento. Soure foi o piloto, e nós servimos de experiência, e depois as outras reservas Viseu, Bragança, Traquateua e Augusto Correia tiveram mais facilidade, consertando os erros que tivemos. Fomos mais organizados que os próprios agricultores e começamos a desenvolver. Depois veio São Caetano, Magalhães Barata e Marapanim (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, PM-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 22/07/2016).

A Reserva Extrativista de São João da Ponta é uma unidade de conservação federal do Brasil, do grupo de Unidade de Uso Sustentável (UUS), na categoria Reserva Extrativista (RESEX), criada por Decreto Presidencial s/nº de 13 de dezembro de 2002, em anexo, em uma área de 3.203,24 hectares no município de São João da Ponta, no estado do Pará. Foi criada com “o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (Art 1º do Decreto Presidencial s/nº, de 13/12/2002).

A área da Resex de São João da Ponta se constitui de um grande manguezal estuarino, formando com as demais Resex do nordeste paraense, litorâneos e costeiros, a costa de manguezais litorâneos do salgado paraense e segunda maior formação de manguezais do Brasil, pela grande biodiversidade e produtividade:

<p>Um grande manguezal estuarino, com grande biodiversidade e produtividade, que juntamente com os demais municípios litorâneos e costeiros do Pará, compõem a costa de manguezais do Salgado Paraense, a segunda maior formação de manguezais do Brasil, fundamental na conservação da vida marinha e estuarina da zona costeira do Estado do Pará, e na manutenção dos aspectos socioeconômicos e culturais das populações tradicionais dessa região (DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA/ICMBio, 2010, p. 30).</p>
--





A discussão da área de uso e da área onde a população vive originou a concepção coletiva de autoidentificação como usuários do Maretório, população que vive do mar e mora no território, incluindo outras práticas que não é só pescar, mas outras dimensões humanas, como espirituais, religiosas, de ética e solidariedade, associada à produtiva e à natureza, valorizando a população tradicional. Termo de identificação dos usuários construídos, coletivamente, a partir de discussões no Conselho Deliberativo presidido pelo biólogo e gestor da Resex, representante técnico do ICMBio, Waldemar Londres Vergara Filho, conhecido como “Vergara”.

Foram garantidos os ambientes de produção e não os ambientes de moradia (terra firme). Os Prós é garantir o máximo de áreas de uso comum, tendo regras comuns de uso. E os contra é quando se criar uma unidade dessa e mal planejada vai fragmentar o território, como o de produção e moradias. A saída é ter o conselho de base comunitária, logo a saída seria a integração da dominialidade fundiária e ver uma capacidade melhor de integrar as políticas públicas, juntando isso todo mundo estaria contemplado com tudo. Pois, os usuários são do Maretório, população tradicional que vive do mar, mas mora na terra, no território (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: Belém/PA, 19/08/2016).

O Maretório é a construção entre a dimensão de operacionalizar os ambientes de água e regimes de maré. Capacidade do território não é só pescar, mas outras dimensões humanas, espirituais, de ética e solidariedade (elementos para humanizar o processo na relação homem, emprego e trabalho), como a religião é religar, precisar religar, não posso cobrar ética sem ser ético. Massificação da cultura de negar a ética, atrapalha o comportamento ético da solidariedade (comprometimento). A ideia de ser humano não é pacificar o homem selvagem, ou seja, a selva como sendo a negação do urbano (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: SJP/PA, 28/06/2016).

**Figura 09:** Waldemar Londres Vergara Filho, gestor ICMBio, da Resex de São João da Ponta.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Entrevista: São Luís/MA, 30/08/2016.

O gestor da Resex de São João da Ponta, técnico do ICMBio, defende um território de construção e empoderamento coletivo onde o que importa não é a natureza, mas as ações humanas sobre a natureza.

Território é uma ação que completa a outra, conceito de elenco social, que constrói seus enredos, reflete o passado, presente para ter um olhar de futuro, o que é rico não é ter a natureza, mas a multiplicidade de ações na e para a natureza (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: SJP/PA, 19/08/2016).

Outra questão, segundo o técnico do ICMBio, é que se discute nos espaços de participação uma Resex em termos territoriais de dominialidade mais amplos, com a própria concepção de Território e de cartografia do empoderamento, mas não ocorreu ainda uma formalização disso, como por exemplo, a cedência pelo governo do Estado de terras a serem incorporadas à área da Resex para uma exigência maior às políticas públicas a serem agregadas às ações da mesma.

Eu defendo, baseado na cartografia social de Alfredo Wagner, uma cartografia do empoderamento, defendo essa cartografia, que inclui o social, dentro de uma leitura geopolítica, de defender o território [...]. Estou como mediador, mas quem deve e fazem são os usuários e ensino que quando não estou eles devem agir e exigir uma política integrada no território. [...]. Não se discute Resex apenas, mas os apoios às pessoas que fazem parte da Resex, muitos não assimilaram e não lutam por uma dominialidade coletiva, onde o Estado poderia realizar essa formalização de terra com um decreto, por exemplo, para a dominialidade da cadeia produtiva na Resex (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: Belém, 19/08/2016).

Ideia defendida por Waldemar Vergara que se baseia na vida dos usuários e na cartografia social de Alfredo Wagner, que inclui um mapeamento do território não somente geográfico, mas social, de defesa do território como um todo.

No Brasil, o conceito de cartografia social surge, no início da década de 1990, com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo professor Alfredo Wagner, [...], projeto obteve experiências de mapeamento social realizadas na área do Programa Grande Carajás, projeto de exploração mineral iniciado em 1980 pela Empresa Vale S.A., na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro. [...]. Esse território amazônico que antes era ocupado por atividades extrativistas (borracha e castanha), pesca, coleta de frutos e agricultura de subsistência, seria demarcado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir de uma visão capitalista segmentada, cartesiana e individualista, por meio da consolidação de assentamentos rurais. Nesse contexto, a elaboração de mapas que representassem o conhecimento espacial tradicional e coletivo da terra, demonstrando que os usos diversos do território não estavam associados aos limites exatos e geométricos de determinado terreno e sim a um uso coletivo e multifacetário, foi fundamental para a elaboração de políticas fundiárias e ambientais nacionais, com a discussão de legislações, a elaboração de planos de uso, de manejo e de gestão territorial, e a criação de Reservas Extrativistas (GORAYEB; MEIRELES, 2014, p. 5).

A elaboração de mapas sociais passaria a representar dois aspectos, além dos limites exatos e geométricos dos terrenos nos mapas tradicionais: 1-conhecimento espacial



tradicional e coletivo da terra e 2-demonstração dos usos diversos do território, associado ao uso coletivo e multifacetário. Tais aspectos possibilitaram a elaboração de políticas fundiárias e ambientais nacionais (legislações, planos de uso, de manejo e de gestão territorial) bem como a criação de Reservas Extrativistas (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Os recursos naturais e o modo de vida das populações tradicionais, no “Maretório” de São João da Ponta, envolvem relações sociais pertinentes na estrutura social e discussão das políticas públicas para o desenvolvimento local, utilizando como instância principal de participação coletiva, o Conselho Deliberativo da Resex, legalmente estabelecido, que envolve as comunidades da Associação Mocajum e outras representações, em meio a uma ação local ampla de garantia de direitos de uma política integrada no território.

No entanto, estas discussões possibilitam observar que a ampliação do espaço público é marcada por conflitos de interesse, envolvendo uma gama de organizações internacionais, sociais, atores políticos e tecno-burocráticos, inclusive pela academia que disputam os significados da participação. Inclusive, quanto à Amazônia, a implantação das Resex assentada na cogestão dos recursos comuns, partilhado entre as populações tradicionais e as agências do Estado, é exemplo relevante para se analisar as “virtuosidades e dificuldades dessas propostas” (RIBEIRO, 2012, p.125). Devido estar em um modelo institucional estabelecido e obrigação de seguir as regras necessárias para sua existência.

As obrigatoriedades básicas, em termos de registros documentais, que uma Resex como modelo institucional deve cumprir são: 1-Diagnóstico Socioambiental, 2-Conselho Deliberativo e 3-Plano de Manejo Participativo; conforme a Instrução Normativa nº 02/2007 de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, como destacado na Parte I desta pesquisa. A Resex de São João da Ponta apresenta o Diagnóstico Socioambiental e Conselho Deliberativo; contudo, o Plano de Manejo Participativo teve várias tentativas para sua realização, mas não se consolidou, institucionalmente, quanto à via de recurso específico pelo ICMBio; porém, apresenta ações que contribuem para a proposta efetiva de plano de manejo.

A descrição da realidade desses registros documentais levam em consideração suas normas institucionais e resultados alcançados em meio aos desafios que os usuários tem na manutenção da gestão da Resex, como por exemplo, na Associação Mocajum onde os representantes e conselheiros utilizam recursos próprios para ações de mobilização e de participação em reuniões e questões administrativas.

Tiramos dinheiro do próprio bolso para colocar gasolina e ir nas comunidades atualizar cadastro, fazer reuniões chamar para eventos; quando o Vergara liga que precisamos participar e precisamos mesmo. A gente dá um jeito, a gente liga, a

gente corre atrás. Mas, não é fácil, pois ainda tem gente que acha que ganhamos dinheiro para isso. Fazemos porque acreditamos na conservação, porque daqui a pouco não tem mais pescado e nem caranguejo para ninguém. Já estão desaparecendo (MANOEL FERREIRA DAS NEVES, Associação Mocajuiu. Entrevista: SJP/PA, 07 e 08/07/2017).

As ações locais mostram a Resex de São João da Ponta como movimento no território a partir de sua criação e implementação, que se consolida pelos instrumentos institucionais obrigatórios (Diagnóstico Socioambiental e Conselho Deliberativo) e também pelas inovações contínuas das populações tradicionais em meio aos desafios que surgem na gestão da Resex quanto à realização do Plano de Manejo Participativo, de maneira informal, à medida de suas necessidades.

### **3.2.1 Diagnóstico Socioambiental**

A Resex de São João da Ponta apresenta como construção de seu Diagnóstico Socioambiental o documento “Caracterização dos Aspectos Socioambientais e Econômicos da Reserva Extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares” que contempla em seu conteúdo o plano de gestão com a descrição “Projeto Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira – PNUD/BRA/08/002 - Acordo de Cooperação com o Governo do Reino da Noruega”, com questões que o território considera demandas locais, mas que são sujeitas a sofrer intervenções pela gestão da Resex.

Para o ICMBio é assim: a caracterização é o diagnóstico, ela é o instrumento que serve de diagnóstico das problemáticas todas, socioculturais, produtivas, socioeconômicas, vários aspectos, para começar os trabalhos para caracterização do território como diagnóstico. O plano de gestão do ICMBio vem junto com o diagnóstico, com essa caracterização, vem uma espécie de programas e subprogramas, o plano de manejo de gestão integrada das unidades de conservação das 09 Resex, com os programas um a um. Programa de produção, de fixação à terra, saúde, educação, ali tem os eixos geradores de cada um deles, para os gestores o plano de gestão vai perpassar por essas demandas iniciais que foram caracterizadas e que sofreram diagnóstico e que vão sofrer intervenção a partir da gestão, propondo cursos, oficinas, modelagens, práticas inovadoras, uma série de ações que possam operacionalizar e executar as ações diagnosticadas previamente e que a gestão passa a intervir (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Conselheiro Governamental. Entrevista: SJP/PA, 25 e 26/10/2017).

A caracterização socioambiental que inclui o Projeto de Gestão da Resex é componente do Diagnóstico Socioambiental e não deve ser confundido com o Plano de Manejo Participativo, ou seja, esta caracterização deve subsidiá-lo, devido à sua complexidade de elaboração e debate necessário para a construção efetiva da gestão da Resex.

Os trabalhos para esse estudo, caracterização, começou há muito tempo antes de ser ICMBio. Na época do Ibama, mas não organizado assim, mas tínhamos os nossos pólos, nossas comunidades, as ações sempre pensadas para atender a comunidade com proposta de assentamento e organização para atender isso tudo (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGICA, STR-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 03/12/2017).

Os trabalhos que culminaram na realização do Diagnóstico Socioambiental iniciaram desde o início da Resex, da época de gestão governamental do Ibama, como órgão gestor até ser finalizado com o ICMBio, em 2010, que obteve parceria com o “Projeto Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira”, iniciando os trabalhos para implementar o Conselho, bem como a principal meta de uma Resex, o Plano de Manejo Participativo:

A sistematização dos dados apresentados neste documento visa embasar a construção do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista de São João da Ponta/PA, contemplando os aspectos da caracterização socioambiental e econômica da Unidade de Conservação (UC) e a identificação de estudos complementares necessários à elaboração do plano de manejo e gestão da unidade (DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA/ICMBio, 2010, p. 09).

O Diagnóstico Socioambiental foi finalizado, em 2010, contemplando informações como: 1-contextualização regional; 2-aspectos ambientais, diversidade de paisagens e ecossistema; 3-aspectos sócio-econômicos, culturais e institucionais da unidade; 4-população tradicional beneficiária, usuários e suas formas de organização e representação social; 5-histórico e formas de uso e ocupação do território; 6-práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais; e 7-estado de conservação, principais ameaças, impactos sociais e ambientais. Foi realizado mediante estudos teóricos referentes à zona costeira no estado do Pará e 04 (quatro) oficinas participativas nas comunidades pólos da Resex de São João da Ponta, buscando atender à Instrução Normativa nº 01/2007 do ICMBio na sistematização dos dados e estudos complementares para a elaboração do Plano de Manejo ((DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA/ICMBio, 2010).

Os estudos e trabalhos das oficinas dos primeiros estudos da Resex foram trabalhosos, na época, mas muito bons, pois a Resex estava andando com suas atividades, depois veio o conselho, nossa busca era o plano de manejo. Mas, foi uma luta muito grande para fazermos a organização dos pólos e comunidades da Resex, antes tínhamos, mas não organizada como tivemos que fazer, desde o ano de 1998 a 2000, até para poder sair a Resex, em 2002. O Vergara anda por essas bandas mais de 20 anos, tentava fazer uma Resex integrada, mas na época ninguém queria, tinha medo de ter Resex e nós aceitamos. As coisas demoram, são lentas mesmo, depender da coisa pública é isso. Mas temos que lutar. Por isso que fui para a prefeitura para trazer políticas públicas mais rápido pro nosso povo (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGICA, STR-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 03/12/2017).

Tanto os estudos quanto as oficinas para o Diagnóstico Socioambiental exigiram mobilização, informação e capacitação aos usuários e comunidade, segundo ex-presidente da Associação Mocajum e ex-prefeito de São João da Ponta, atualmente militante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Ponta (STR-SJP/PA); pois, os obstáculos foram vencidos à medida que iam conquistando benefícios em nome da Resex para o território, onde os trabalhos de organização dos pólos e comundiades se registram, aproximadamente, desde o ano de 1998 a 2000, um pouco antes da criação formal da Resex, que data de 2002, intensificando-se com a implementação do Conselho Deliberativo de gestão do ICMBio, de fato, a partir de 2009.

A organização de maneira informal para a constituição da Resex ocorria desde os movimentos para a emancipação do município, em 1998, por isso simultâneo em um só movimento para o desenvolvimento local. Contudo, as dúvidas eram muitas, pois os demais municípios do nordeste paraense não acreditavam numa proposta de Resex integrada e São João da Ponta, impulsionado por Nelson Almeida Santa Brígida e Waldemar Vergara, possibilitaram a concepção de Resex para os demais municípios em integração dos territórios, tornando-se referência no nordeste paraense pela inovação social de proteger o manguezal de forma ampla e não somente no recém-criado município de São João da Ponta.

A produção do Diagnóstico Socioambiental, pelos estudos teóricos e oficinas nas comunidades, finalizado em 2010, mostra a demora devido às dificuldades financeiras, de pessoal, de mudança de gestão no órgão público e na Associação Mocajum, interferindo na dinâmica dos processos, naturalmente lentos, por precisar de recursos e atos públicos; sendo um dos motivos declarados pelo, então, presidente da Associação Mocajum, em desejar ser prefeito de São João da Ponta, que foi eleito por dois mandatos, a partir de 2008, onde objetivava buscar alternativas de políticas públicas para os usuários da Resex, uma luta iniciada no cotidiano da colônia de pescadores e processo de emancipação municipal.

### **3.2.2 Conselho Deliberativo**

O conselho Deliberativo da Resex de São João da Ponta foi criado com a Portaria nº 11/Ibama, de 05 de fevereiro de 2007, para a efetividade do Plano de Manejo como finalidade de sua criação, conforme Art. 1º:

Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de São João da Ponta, cuja finalidade é contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.
---

As 17 instituições que compõem o Conselho Deliberativo da Resex foram publicadas no Art. 2º da Portaria nº 11/Ibama, de 05 de fevereiro de 2007, com a seguinte descrição: I-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); II- Associação dos Pescadores Artesanais de São João da Ponta; III-Associação Comunitária do Polo Porto Grande; IV-Associação Comunitária de Pescadores de Deolândia; V-Associação de Pescadores do Bom Fim; VI-Associação de Pescadores de Guarajuba; VII-Colônia de Pescadores Z-63; VIII-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (*Mocajuiu*); IX-Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); X-Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de São João da Ponta; XI-Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (Mopepa); XII-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA); XIII-Um representante da Igreja Católica - Paróquia de São João Batista, como titular, e um representante da Igreja Evangélica - Assembleia de Deus, como suplente; XIV-Prefeitura Municipal de São João da Ponta; XV-Câmara Municipal de São João da Ponta; XVI-Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (Sectam) / Diretoria de Meio Ambiente; XVII-Marinha do Brasil / Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR).

No entanto, apesar da publicação da Portaria, em 2007, de implantação do Conselho Deliberativo da Resex, somente dois anos depois, em 2009, que houve sua implementação com a formalização do gestor da Resex, técnico do ICMBio, Waldemar Vergara, sendo o presidente do Conselho Deliberativo, conforme a Instrução Normativa 02/2007-ICMBio, com perspectivas iniciais de fazer cumprir o decreto de criação, controle e uso da gestão da unidade e de continuar com os trabalhos para o Plano de Manejo e com a ideia de agregar, pelo menos, 700 usuários. Contudo, o número se estabeleceu em 434 (quatrocentos e trinta e quatro) usuários, mediante a atualização dos cadastros, no processo de exclusão e inclusão de novos, corte estabelecido no perfil de atividade executada na maré, sendo em média 03 (três) dias por semana ou 12 (doze) dias por mês, como atividade principal, podendo ser associada a outra como a agricultura, em atendimento ao Regimento Interno.

O Conselho Deliberativo teve portaria em 2007, mas foi apenas em 2009, que o conselho foi implementado, de fato, porque não tinha gestor. Na estrutura do Ibama não havia essa obrigatoriedade. Aí que eu fui pra lá implementar conselho, reunião e gestão, para fazer cumprir o decreto de criação, controle e uso da gestão da unidade. Quem preside o conselho é o ICMBio. No início tínhamos em mente chegar em 700 usuários da Resex, mas temos hoje 434, mas eles são contínuos e rotativos, mas sempre fazemos a triagem, em 2017, será feita outra revisão e procedência de novos (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: SJP/PA, 28/04/2016).

As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Resex de São João da Ponta foram fixados em regimento interno, elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

O perfil dos usuários da Resex de São João da Ponta deve seguir o regimento interno. No início pensávamos que iríamos atender em até mais de 700 pessoas, mas devido um trabalho sério, foi estabelecido em regimento interno que o perfil dos usuários deveria seguir uma metodologia, a daqueles que tem dependência de pelos menos, 03 dias na semana de atividade dependendo da maré, ou 12 em média por mês na maré, que seja atividade principal podendo ser até associada à outra, como a agricultura, por exemplo, mas não estas outras como principal. Aí houve um corte muito grande. Eu queria 04 (quatro) dias, mas votaram três. O que se deve compreender é que a Resex não é para cuidar de carente, sem o perfil e disponibilizar os benefícios [...] (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: SJP/PA, 28/04/2016).

As reuniões do Conselho Deliberativo são realizadas a cada 03 (três) meses de forma ordinária e, eventualmente, as extraordinárias. O mesmo vem se mostrando atuante, acompanhando todas as atividades voltadas para: elaboração do plano de manejo, revisão do plano de utilização e no recadastramento dos usuários da UC (DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA/ICMBio, 2010).

As observações diretas como instrumento de coleta de dados da pesquisa de campo sobre o Conselho Deliberativo passou por dois períodos, o primeiro, de 2014 a meados de 2015, mais difícil por depender da autorização do gestor da Resex, técnico do ICMBio e o, segundo, no final de 2015 a 2017. Onde as seguintes análises etnográficas mostraram: 1-De 2014 a meados de 2015: a dificuldade em agendar uma entrevista inicial com o gestor, devido representação nos compromissos da Resex em Belém, Brasília, São Luís, Bahia, entre outros; que muitas vezes os associados representantes acompanhavam e quando presentes na Associação Mocajum mencionavam uma autorização, mesmo que informal, do gestor para a pesquisa; e 2-De final de 2015 a 2017: a autorização legitimada após o tempo-confiança adquirido, onde de forma rápida, antes de uma reunião do conselho deliberativo, em dezembro de 2015, com a relação entre pesquisadora e campo se construindo, até a apresentação formal em reunião do conselho em abril de 2016, com o conhecimento e consenso de todos os presentes no apoio à pesquisa nos polos e comunidades da Resex, viabilizando entrevistas, disponibilizando documentos e permitindo a observação direta em eventos em que os representantes da Resex participavam.

Outra observação direta analisada foram os avanços, quanto às entrevistas com os usuários, Associação Mocajum e parceiros da Resex construídas em São João da Ponta, na sede e comunidades, bem como fora, em locais de eventos e participações representativas em

Belém, Castanhal e São Caetano de Odivelas, no Pará, e em São Luís no Maranhão, com o objetivo de contatos com os atores e parceiros no processo, para realização de coleta de dados e verificação de discussões que subsidiassem a consulta de documentos oficiais; apesar da observação também de proteção de documentos do Conselho Deliberativo pelo ICMBio, como por exemplo, as atas das reuniões do conselho com registros das informações e decisões acerca das demandas locais.

Nenhuma ata do conselho fica aqui na Associação. O Vergara leva, ele precisa pra levar pro ICMBio, de Belém, de Brasília. Tudo precisa das atas, das nossas decisões. [...]. O documento que a gente tem é da Mocajum mesmo, que posso ceder (MANOEL FERREIRA DAS NEVES. Associação Mocajum. Entrevista: SJP/PA, 28/06/2016).

Não temos cópia não das atas. As nossas decisões, reuniões e que temos que fazer discutido aqui no conselho, eu anote em minha agenda [...]. O Vergara viaja muito, é toda hora andando por essas Resex, volta pra Belém, Brasília. Eu tava assim, todo mês tinha viagem, mas a gente não aguenta, temos que trabalhar e escolher onde que temos que ir (JOÃO DE LIMA COELHO. Associação Mocajum. Entrevista: SJP/PA, 21/07/2016).

As reuniões do Conselho Deliberativo e suas principais ocorrências, conforme síntese no quadro 18, foram submetidas a uma análise de observação direta, que contou com a compatibilidade dos registros em atas das reuniões observadas, as demais atas não foram disponibilizadas, por duas razões: 1- ficam em poder do gestor do ICMBio, presidente do Conselho Deliberativo, que por atribuição institucional deve salvaguardar os documentos que legitimam a participação coletiva; porém, sem cópia do registro das atas na Associação Mocajum e 2- dificuldade de disponibilização das atas; pois, não são levadas a São João da Ponta, são guardadas na sede do ICMBio, em Belém/PA, onde o gestor, constantemente, viaja a trabalho se deslocando entre as demais Resex, Belém/PA e Brasília/DF.

Tudo da Resex está no ICMBio em Belém, viajo muito e preciso dos documentos para Brasília, não deixo em São João. Mas, vou deixar lá umas cópias, estou precisando mesmo pegar uns documentos da Associação e organizar as coisas. A medida que eles precisam estão disponíveis (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: Belém, 19/08/2016).

As observações diretas nas reuniões do Conselho Deliberativo caracterizam-se pela liderança do gestor da Resex que as presidem; com um ritual, que pela etnografia, foram analisadas pelas seguintes características, no ano de 2015 a 2017: *I-Pré-reunião*: 1-momento reservado com os representantes da Associação Mocajum; *II-Reunião*: 1-Cumprimentos; 2-Leitura da ata anterior com ajustes caso necessário; 3-Declaração dos objetivos da reunião do

dia; 4-Solicitação de apresentação dos presentes, conselheiros, comunidade e convidados; 5- Abertura para fala dos convidados para exporem seus objetivos, explicitamente, junto à Resex; 6-Debate acerca das pautas da reunião do dia; 7-Momento dos votos para as deliberações sempre explicados e reiterados mais de uma vez para os devidos entendimentos dos conselheiros; 8-Encerramento com oração religiosa e *III-Pós-reunião*: 1-Momento reservado, novamente, com os representantes da Associação Mocajum e depois com os demais presentes, conselheiros e /ou convidados.



**Quadro 18:** Reuniões do Conselho Deliberativo da Resex de São João da Ponta – Observação Direta.

<b>Nº</b>	<b>Reunião</b>	<b>Data</b>	<b>Principais Ocorrências/ Observações Diretas</b>
<b>01</b>	22ª- Reunião Ordinária	17/12/15	1-Apresentação de Ata de reunião anterior para aprovação e/ou ajustes. Leitura da pauta do dia e apresentação de todos (conselheiros, comunidades e convidados); 2-Aresentação da Proposta da UNESCO (Projeto Jovens Protagonistas) do Programa Pesca Sustentável na Costa Amazônica; 3-Entrega das Basquetas após capacitação, ficando para o ano de 2016; e 4-Encerramento com oração.
<b>02</b>	23ª- Reunião Ordinária	28/04/16	1-Apresentação de Ata de reunião anterior para aprovação e/ou ajustes. Leitura da pauta do dia e apresentação de todos (conselheiros, comunidades e convidados); 2-Apresentação de Rosa Ibiapina, pesquisadora em Ciências Sociais; 3-Apresentação das Propostas de Pesquisa da Profa. Márcia Pimentel e seus alunos (GEPPAM/UFPA); 4-Referência à obrigação de parceiros no retorno de suas ações à comunidade e o empoderamento no território; e 5-Encerramento com oração.
<b>03</b>	24ª- Reunião Extraordinária	28/06/16	1-Apresentação de Ata de reunião anterior para aprovação e/ou ajustes. Leitura da pauta do dia e apresentação de todos (conselheiros, comunidades e convidados); 2-Socialização Parcial dos Resultados de Pesquisa do GEPPAM/UFPA; 3-Apresentação do Projeto ECOFORTE Extrativismo da UNAMA; 4-Apresentação, novamente, da Pesquisadora Rosa Ibiapina; 5-Discussão sobre as basquetas, Audiência Pública (perfurações marítimas na Bacia da Foz do Amazonas em Belém) e evento da UNESCO (em São Luís); e 6-Encerramento com oração.
<b>04</b>	25ª- Reunião Ordinária	29/09/16	1-Apresentação de Ata de reunião anterior para aprovação e/ou ajustes. Leitura da pauta do dia e apresentação de todos (conselheiros, comunidades e convidados); 2-Apresentação dos trabalhos da Conservação Internacional (cadeia produtiva do caranguejo: restaurantes e elaboração de capacitação); 3-Socialização sobre o evento da UNESCO em São Luís, em agosto de 2016 e capacitação com a CI para os mangues e cadeia produtiva; e 4-Encerramento com oração.
<b>05</b>	26ª- Reunião Ordinária	23/02/17	1-Apresentação de Ata de reunião anterior para aprovação e/ou ajustes. Leitura da pauta do dia e apresentação de todos (conselheiros, comunidade e convidados); 2-Apresentação das Propostas da ONG RARE; 3-Disponibilidade de outros projetos da UNAMA e cedência de dados à UFRA; 4-Sedap e CI na elaboração do curso prática inovadoras; e 5-Encerramento com oração.
<b>06</b>	27ª- Reunião Ordinária	27/04/17	1-Apresentação de Ata de reunião anterior para aprovação e/ou ajustes. Leitura da pauta do dia e apresentação de todos (conselheiros, comunidades e convidados); 2-As basquetas necessárias para entrega após capacitação; 3-proteção individual dos extrativistas do caranguejo (repelente e roupas adequados); 4-Defesa dos trabalhos dos alunos GEPPAM/UFPA; programação do curso inovações. 5-mais Conselheiros; e 4-Encerramento com oração.
<b>07</b>	28ª- Reunião Ordinária	26/05/17	1-Exclusiva para os Conselheiros.
<b>08</b>	Reuniões agendas/ Reagenda das	28/09/17 26/10/17 30/11/17 30/12/17	1-Reuniões canceladas de setembro, outubro e novembro devido às atividades: Curso de Práticas Inovadoras no manejo do caranguejo: fechamento de programação, mobilização, articulação de parceiros e execução; e às ações da RARE (projeto Campanha de Orgulho e Edital Nº/2017 do Banco do Brasil em Castanhal); 2-A última reunião de dezembro agendada foi adiada para 25 janeiro de 2018, em virtude de afastamento do gestor do ICMBio, por natureza médica e ações como preparativos e entrega das basquetas aos usuários que se iniciou em 06/12/2017; e 3-Reagendamento: falecimento de Waldemar Vergara, em 15/01/2018, com substituição pelo técnico Aristeu Teixeira da Silva Júnior.

Fonte: Observação Direta em Pesquisa de Campo – Rosa Ibiapina.

Das reuniões observadas, diretamente, a que contou com uma participação expressiva entre diferentes categorias de atores sociais da Resex, como conselheiros, associados, universidades, instituição governamental e ONG's, foi na 24ª Reunião Extraordinária de 28 de junho de 2016, com pauta extensa de final de semestre, conforme registro da mesma na figura 10.

**Figura 10:** 24ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo - Resex de São João da Ponta.

<p><b>Ritual de Início dos Trabalhos: Waldemar Vergara/ICMBio.</b></p>	<p><b>Jovens Pesquisadores e Comunidade</b></p>
	
<p><b>GEPPAM/UFPA</b></p>	<p><b>Debate dos Conselheiros (Associações)</b></p>
	
<p><b>Projeto EcoForte Extrativismo/UNAMA</b></p>	<p><b>Dinâmica de Encerramento e Oração</b></p>
	

Fonte: 24ª Reunião Extraordinária de 28/06/2017. SJP/PA: Associação Mocajuim. Foto Rosa Ibiapina.

Uma postura impactante, por ser retórica, é a fala constante para uma participação colaborativa e de parcerias que venham ajudar a Resex, com a exigência às instituições públicas, privadas, ONG's e de ensino e pesquisa, a de revelarem suas pretensões, destacando o registro em ata dos parceiros e seus interesses propostos, passando pelo conhecimento e deliberação do conselho, para fins de aprendizado coletivo e parcerias.

As instituições parceiras, seja pública, privada, ONG' e principalmente instituição de ensino e pesquisa que vem e vão não queremos. Queremos construir um saber conjunto, da academia e da comunidade, do pescador, do extrativista, do saber tradicional. Todas devem nos ajudar a construir uma parceria efetiva e constante, respeitando os saberes. Pois, a academia, muitas vezes é efêmera, surge e desaparece sem dar sua contribuição para quem mais interessa, a comunidade (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO. ICMBio. Narrativa em reunião: SJP/PA, 18/06/2016).

Tal impacto de proteção da Resex, não somente ambiental, mas política se revela também pela percepção das instituições parceiras, sejam elas atuantes há algum tempo, sejam as mais recentes no território, sobretudo, explicitadas em reuniões do Conselho Deliberativo; como por exemplo, o destaque de que a Resex apresenta uma autonomia e postura protagonista em todas as ações participativas, inclusive nos trabalhos científicos, destacado pela representante do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, parceiro que disponibiliza apoio de infraestrutura em eventos de forma contínua na Resex:

Há uma cultura local junto aos parceiros que é importante, nós estamos à disposição há algum tempo; eles tem uma autonomia muito interessante. São participativos, buscam alternativas, inclusive, buscam participação na produção científica. Sou da comunicação e vim acompanhar e cobrir o curso que está sendo realizado para os técnicos da Emater do nordeste paraense nesse mês de outubro de 2017; mas, há essa percepção de que a Resex não está alheia aos novos parceiros e antigos também (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, IDS Mamirauá. Narrativa: SJP/PA, 26/10/2017).

Com os parceiros recentes não é diferente, haja vista com as instituições de ensino e pesquisa que se envolvem com a Resex, como por exemplo, o Grupo de Estudos Paisagens e Planejamento Ambiental (GEPPAM), da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que realizam estudos e retornam à comunidade, com apresentações e propostas de intervenção na comunidade pelos resultados de suas pesquisas. Um dos mais marcantes para a comunidade, na fala dos entrevistados, é o trabalho realizado de história oral, por Rodrigues (2013), do GEPPAM/UFPA, intitulado “Memórias de São João da Ponta – PA: a partir de narrativas orais”, que nasceu do pedido de moradores locais

em virtude da preocupação sobre as memórias de São João da Ponta e ameaças de seu desaparecimento.

Você já leu nossa história, nossa memória? Um trabalho muito bom. Um livro que conta nossos caminhos [...]. Não temos muita coisa escrita né. Eu tenho orgulho do meu trabalho e de São João da Ponta. [...]. Todo mundo diz, fala desse livro (ZACARIAS MONTEIRO BANDEIRA, MOCAJUIM. Entrevista: SJP/PA, 28/04/2016).

Os pesquisadores do GEPPAM/UFPA apresentaram seu trabalho de pesquisa atual, a “Análise da Paisagem na Bacia Hidrográfica do Rio Mocajuba”, que envolvem os viveiros das espécies da Resex, mapeando áreas das comunidades de São João da Ponta e demais como São Caetano de Odiveles, Curuçá e Bragança, conforme ata do Conselho Deliberativo:

29-Apresentação Profa. Márcia Pimentel: Análise da Paisagem na Bacia Hidrográfica do Rio Mocajuba. Reitera que estarão em julho para realização de pesquisa de campo, planejando dois dias, apesar de período de férias, para acompanhamento dos alunos que estarão fazendo a pesquisa, desejando ir para São Caetano, Curuçá e Bragança acerca da questão do viveiro. Em novembro e dezembro estarão presentes o Prof. Pierre e Profa. Maria José, no seminário sobre Participação, que já havia combinado anteriormente. [...] (ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, CD, 28/06/2016).

A apresentação da pesquisa do GEPPAM/UFPA sobre o solo, elemento de paisagem e sua relação com o desenvolvimento sustentável, mostrou os primeiros resultados quanto às diferenças físico-químicas do solo dos manguezais, com índices aceitáveis nas comunidades mais distantes da Resex, de preservação da vegetação do entorno do mangue, preservando, assim, o equilíbrio químico do solo, diferente da sede da Resex com índices em alerta, devido uma influência humana maior. Tal retorno de pesquisa acadêmica foi parabenizado no grupo, fortalecendo a fala retórica da responsabilidade social de todos, tanto pelo conhecimento acadêmico, quanto pelo tradicional na construção coletiva da Resex.

31-Profa. Márcia (Pimentel) – a população está apontando as questões e o que compete a cada um de nós o que devemos fazer. Apresentou o trabalho de pesquisa do Daniel sobre um elemento da paisagem, o solo, e a relação com o desenvolvimento sustentável, criando o índice de desenvolvimento sustentável (dimensão: social, econômica, demográfica e ambiental) e variáveis. E depois a classificação: crítico, alerta, aceitável e ideal. Resultados: relação positiva e negativa quanto ao Social, Econômica, Demográfica e Ambiental. As diferenças físico químicas do solo do manguezal são influenciadas diretamente pela presença ou não da vegetação do entorno do mangue, com índice aceitável, mas próximo do alerta, entre outras questões. As comunidades estão na área da reserva preservando o equilíbrio químico do solo. Comparando sede e demais comunidades onde está melhor é onde não foi mexido, e por que não foi mexido? Devido o trabalho deste grupo, de construção coletiva. Essa é a ideia, pegou as amostras em diferentes locais, levou ao museu Goeldi que gerou estes resultados, e precisam ser feitos em outros campos (ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, CD, 28/06/2016).

A parceria da Universidade da Amazônia (UNAMA), foi registrada em reunião do Conselho Deliberativo, como os demais parceiros, a instituição iniciou os trabalhos a partir de 2015 na contribuição de capacitação dos usuários da Resex, o que culminou com a elaboração e apresentação em 2016, do Projeto “Ecoforte – Extrativismo” sobre ações de qualificação, beneficiamento da produção e cadeia produtiva do caranguejo, sendo avaliado e aprovado pelos conselheiros, com o objetivo de ser submetido ao edital do Banco do Brasil, que envolveu trabalhos de construção coletiva de benfeitorias em relação à gestão, equipamentos, infraestrutura, capacitação e produção para a Associação Mocajum e Resex.

3- Isaias (professor de engenharia de produção UNAMA) incentivo para a cadeia produtiva do caranguejo. Chamada Pública: Ecoforte – Extrativismo, escreveu o projeto juntamente com a ajuda com a MOCAJUIM e o Vergara. O Banco do Brasil está com uma chamada pública somente para as Resex da região norte, com 8 milhões para cada chamada pública, até 600 mil a fundo perdido, projeto que trabalhe de forma sustentável, assim devendo priorizar algumas ações para a RESEX São João da Ponta, até sexta feira, com professores orçando recursos em Belém, fase final de elaboração do mesmo. Edital refere se à Produção, beneficiamento e comercialização (justificativa do projeto dando mais condição financeira de forma sustentável para São João da Ponta). E o que foi pensado para São João da Ponta – pilares e eixos: 1-gestão (1 gestor, auxiliar administrativo, 4 bolsistas, 1 contador); 2 Equipamentos (cozinha semi-industrial, freezer, fogões industriais, liquidificador industrial, ventiladores, bebedouros, e parte digital/computadores, notobooks, data show, caminhão com as basquetas, IPVA e seguro dos dois anos); 3-Infraestrutura (adequação do laboratório de informática, da cozinha, com centro de capacitação, redário, refeitório atrelado à cozinha e um espaço cultural, com os equipamentos de áudio, Os EPI'S serão contemplados) ressaltando a importância da prestação de contas; 4-Capacitação (cursos para se especializar, de forma a dar um salto em relação às demais RESEX, e para vendas: Artesanato, Carimbó, Fitoterápicos e outros produtos; e 5-Produção (Produtos que estarão fornecendo, sendo que a instrumentalização irão ter). Além disso deve ser contratado um escritório de contabilidade para a prestação de contas de todas as fases do projeto. Outro ponto é a grandiosidade do projeto que estão construindo, depois repassa o projeto (ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, CD, 28/06/2016).

O Projeto “EcoForte - Extrativismo” não foi aprovado pelo Edital nº 01/2017 do Banco do Brasil, devido problemas documentais, segundo professor representante da UNAMA; apesar disso, os trabalhos continuaram junto à Resex, com receptividade dos conselheiros, para elaborar outros projetos junto às áreas de ensino da instituição e os estudos e informações contidos foram cedidos, parcialmente, à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no fortalecimento de parcerias interinstituições de ensino.

Iniciamos a parceria, aqui, na Resex de São João da Ponta, desde 2015, com o convite do Vergara, com a formalização dessa parceria em reunião do Conselho Deliberativo, e desde então começamos a buscar alternativas de projetos de capacitação e infraestrutura, para submeter a editais de chamadas públicas, mas o “Ecoforte Estrativismo” não foi aprovado devido problema na visualização da documentação pessoal do presidente da associação Mocajum; mas o trabalho

continua, inclusive cedemos, parcialmente, as informações do projeto para a UFRA, que também é uma parceira muito boa da Resex (IGOR CHARLES C. ALVES, UNAMA. Entrevista: Castanhal/PA, 06/11/2017).

A parceria com a UFRA, parceira da Resex passou pelo Conselho Deliberativo como as demais, intensificando suas ações em 2017, com o apoio de infraestrutura dos espaços da fazenda escola do campus da UFRA, em Castanhal/PA para os encontros e cursos da RARE, ONG parceira da Resex, que coordenou em setembro e novembro de 2017, duas oficinas participativas para elaboração de proposta de cadeia produtiva.

A UFRA está bem próxima agora, sempre tinha um professor que acompanhava, mas agora estamos falando direto com o reitor, o professor Marcel Botelho, que nos apoiou no curso com a Emater e cedendo o espaço da escola de castanhal para o curso que vamos ter em novembro lá com a RARE. A RARE é uma ONG que está com a gente, entrou nesse ano, também na cadeia do caranguejo, e do pescado (JOÃO DE LIMA COELHO, CONSELHEIRO PÓLO SEDE, 2017).

Sou consultor da RARE, entrei agora em setembro na Resex de São João da Ponta, mas a RARE já está antes desse trabalho. [...]. Estou realizando duas oficinas, a primeira já ocorreu em setembro e agora a segunda, de novembro de 2017, para a elaboração da proposta da RARE ao BNDES/Fundo Amazônia a ser submetida ao Edital 01/2017 (LEONARDO HASENCLEVER DE LIMA BORGES, RARE, 2017).

As oficinas da RARE com a metodologia de encontros e diálogos sob o título “Apresentação da estratégia ao BNDES/FA – Pesca Sustentável PA & MA”, com o objetivo de submissão de proposta para inovação, ligadas a quatro cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade (camarão branco e sete barbas, caranguejo-uçá, pescada amarela e gó) ao Edital nº 01/2017 do Banco Nacional de Desenvolvimento e Fundo Amazônia (BNDES/FA). Seguindo etapas como estudos e elaboração da proposta de forma coletiva e participativa em duas oficinas; aprovação e implementação se aprovada. No entanto, muitos são os desafios para escrever uma proposta com solidez e unidade no texto, pois inclui várias Resex do Pará e Maranhão, com problemas semelhantes e diferentes, contemplando a diversidade das Resex, segundo consultor da RARE:

As oficinas tem a metodologia de encontros e diálogos. Ações já executadas: foram as prospecção e pesquisa primária acerca das produções ligadas a quatro cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade: camarões brancos e sete barbas, caranguejo-uçá, pescada amarela e gó. [...]. Ações Atuais: elaboração da proposta. [...]. Ações Futuras: implementação das ações planejadas com a aprovação da proposta. [...]. Tendo como desafio existente escrever a proposta com solidez e unidade no texto e desafio a vencer aprovar a proposta com solidez com contemplando a diversidade da proposta das Resex (LEONARDO HASENCLEVER DE LIMA BORGES, RARE. Entrevista: Castanhal/PA, 06/11/2017).

OBJETO DO APOIO 1.1 A presente Chamada Pública tem a finalidade de selecionar propostas candidatas a obter apoio financeiro não reembolsável do Fundo Amazônia para a promoção das cadeias de valor com base no uso sustentável dos recursos naturais, em conformidade com a finalidade, as regras e as diretrizes do Fundo Amazônia. 1.2 As propostas apresentadas devem promover arranjos produtivos na modalidade aglutinadora. Nesta modalidade, a aglutinadora, instituição proponente, coordena um arranjo integrado de subprojetos de outras organizações, denominadas aglutinadas, orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor com base no uso sustentável dos recursos naturais específicas previstas no item 5.2. [...] (EDITAL Nº 01/2017 DO BNDES/FA, 2017).

A RARE é uma ONG com experiência em trabalhos de inovação para impacto nas comunidades na área de pesca costeira (Brasil, Indonésia, Moçambique e Filipinas), água limpa (Colômbia) e agricultura (China). No Brasil os trabalhos de pesca costeira são nas Resex do Pará e Maranhão. Quanto à pesca costeira o objetivo é de: 1-Fortalecer as áreas de acesso exclusivo (Resex), cobrindo quase 700 mil hectares, e estabelecer zonas de recuperação pesqueira; 2-Aumentar o padrão de vida para aproximadamente 7.500 famílias ajudando-as a ter acesso a novas oportunidades de negócios; 3-Aumentar a abundância e a biomassa de peixes nas áreas protegidas e melhorar o processo de captura de espécies importantes comercialmente como robalo, ostra e pescada amarela e 4-Contribuir para o compromisso assumido pelo Brasil na Convenção sobre Diversidade Biológica para estabelecer áreas protegidas em 10% das águas nacionais, além de um trabalho de marketing local com campanhas envolvendo a juventude (RARE, 2017).

A RARE ajuda financeiramente a Resex doando para Mocajuiu, há uns seis meses, mais ou menos, R\$700,00, até porque nós não temos o pagamento mensal dos usuários e tiramos do nosso bolso pra pagar energia e outras despesas [...]. E a prefeitura não ajuda mais, o Nelson ajudava muito, depois foi diminuindo e agora com a saída dele da prefeitura a coisa piorou. [...]. A RARE agora está fazendo essas oficinas para o Edital do Banco do Brasil, que não sei ainda, claramente, mesmo participando das duas oficinas o número do edital; pois, estamos acostumados a participar de chamada pública e isso às vezes é perigoso. Estamos reunindo aqui só as Resex com a ajuda da Kátia, da COFREM sobre isso. O Vergara está doente e não veio, mas temos que resolver isso. A proposta é boa, mas precisamos detalhar as diferenças para cada Resex. [...]. Há... Também tem a campanha por orgulho da RARE que minha filha atua e outros jovens que está começando ainda (JOÃO DE LIMA COELHO, CONSELHEIRO PÓLO SEDE. Entrevista: Castanhal/PA, 08/11/2017).

A “Campanha de Orgulho” da RARE é uma campanha de marketing que envolve as organizações locais para inspirar as comunidades a terem orgulho de seus recursos naturais, “o sentimento de orgulho desencadeia e produz o apoio da comunidade para a adoção de comportamentos mais sustentáveis”, levando-a à transformação na visão de mundo dos comunitários, de conservacionistas a cientistas sociais, pela capacitação com vistas à análise

das motivações da comunidade e pela transmissão de mensagem de mudança para atingir “corações e mentes”, com a figura do coordenador de campanha por pessoas das organizações locais, considerados como melhores influenciadores por serem semelhantes, tornando-se líderes locais confiantes e confiáveis (RARE, 2017).

A RARE apresenta na Resex de São João da Ponta as principais ações, como: 1- apoio financeiro para despesas administrativas da Associação Mocajuim, 2-oficinas de elaboração de projetos e propostas para participação em editais de chamada pública para captação de recursos para execução de projetos e 3-campanha de orgulho para envolvimento da comunidade com a Resex. No entanto, mesmo com a construção de uma relação de parceria contínua, há uma observação dos usuários e conselheiros da Resex juntamente com as demais do nordeste paraense, orientada pela COFREM, sobre a responsabilidade e os cuidados necessários para com o recurso público e prestação de contas, que devem garantir ajustes comuns às Resex, mas também soluções para problemas particulares e específicos de cada uma, reivindicado pelos representantes nas oficinas.

As demais instituições de ensino e pesquisa com a realização de estudos para dissertação de mestrado e tese de doutorado sobre a Resex apresentam solicitação de pauta a ser autorizada no Conselho Deliberativo, dando apoio às atividades de pesquisa e monitoramento das mesmas, como por exemplo: de Gonçalves (2012) na área de geografia sobre o “Desenvolvimento territorial em unidades de conservação: o caso da Resex marinha de São João da Ponta – PA”; de Rivera (2015) na área de gestão de áreas protegidas sobre o “Conhecimento Tradicional como instrumento para conservação e manejo do caranguejo uçá na reserva extrativista marinha de São João da Ponta (PA)” e de Passos (2015) na área de desenvolvimento rural e gestão de empreendimentos agroalimentares sobre “Ciência ao Sabor do Mangue: o saber do caranguejeiro melhorando a condição de trabalho e renda”; o que não foi diferente para esta pesquisa de tese na área de sociologia.

Nós acompanhamos tudo, abrimos as portas, mas tem que dizer o que quer, pois as pessoas, os usuários querem saber [...]. Nós queremos o melhor pra reserva. Não gostamos que as pessoas vem, não dizem seu interesse e vão embora. [...]. Sou presidente e preciso dar retorno aos usuários e nossas melhorias todos podem ajudar. Podem voltar e nos orientar também, fazemos parcerias (MANOEL FERREIRA DAS NEVES, Associação Mocajuim. Entrevista: SJP/PA, 17/12/2015).

As parceiras da Resex, como as ONG's, da mesma forma, passam pelo mesmo processo de submissão de seus objetivos no Conselho Deliberativo, mesmo sob o convite e



articulações do gestor da Resex feito à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), à Conservação Internacional (CI) e à RARE.

A UNESCO juntamente com o Fundo Vale para atender a uma demanda e política internacional realiza projetos que congregam iniciativas de proteção e conservação ambiental, com o “Pesca Sustentável na Costa Amazônica”, que inclui 03 (três) estados, o Amapá, Pará e Maranhão com suas Resex Marinhas, incluindo São João da Ponta em seus trabalhos de conservação ambiental. Em 30 e 31 de agosto de 2016, em São Luís/MA foi promovido o “II Encontro do Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica”, que mostrou os diagnósticos levantados e ações necessárias nos territórios das Resex da Costa Amazônica:

O projeto iniciou no Brasil, há 01 (um) ano e pretendemos continuar com os parceiros para poder viabilizar o mesmo, vamos garantir até final de 2017, mas creio que até lá muitos avanços vamos ter com as Resex envolvidas. A UNESCO tem vários projetos que de certa forma estão alinhados à agenda 21, como meta a ser alcançada (MASSIMILIANO LOMBARDO, UNESCO. Entrevista: São Luís/MA, 30/08/2016).

A UNESCO e Fundo Vale atuam na Resex de São João da Ponta com o “Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica”, desde 2015, que se concretizou com a solicitação formal junto ao Conselho Deliberativo e ações executadas realizadas, como: 1-Diagnóstico sociocultural econômico e ambiental; 2-Diagnóstico de cadeia produtiva do caranguejo-uçá; 3-Execução da formação Jovens Protagonistas na Sustentabilidade; 4-Execução Mulheres Protagonistas; 5-Apoio à atividade de parceiros - ICMBio - protagonistas mirins; 6-Apoio à atividade de parceiros como a Sedap com a capacitação de boas práticas e 7-Ações Futuras que vislumbram projetos voltados para cursos de capacitação técnica e aprimoramento no contato e ações na zona rural.

A UNESCO & Fundo Vale é parceira da Resex de São João da Ponta com o Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica, desde 2015, mediante memorando, não somos do Conselho Deliberativo. Temos ações executadas como: Diagnóstico sociocultural econômico e ambiental; Diagnóstico de cadeia produtiva do caranguejo uçá; Execução da formação Jovens Protagonistas na Sustentabilidade; Execução Mulheres Protagonistas; Apoio à atividade de parceiros - ICMBio - protagonistas mirins e Apoio à atividade de parceiros - Sedap - capacitação boas práticas. Ações Futuras: cursos de capacitação técnica. [...]. Desafios a vencer: o aprimoramento no contato e ações na zona rural. (BRUNA MARIA LIMA MARTINS, UNESCO/COORD. PARÁ. Entrevista: Belém/PA, 07/12/2017).

A parceria da UNESCO foi uma das primeiras ações, depois do Programa Manguezais do Brasil do MMA, inclusive o modelo utilizado de proposta de capacitação para o envolvimento comunitário e protagonismo social é semelhante ao do programa do MMA. A

Resex recebeu a capacitação no fortalecimento do protagonismo local dos dois projetos, do ICMBio/MMA, primeiro que se encerrou e o da UNESCO que continua os trabalhos até a atualidade (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: São Luís/PA, 30/08/2016).

Na metodologia de discussão do diagnóstico das Resex participantes, há a necessidade de complementação para o projeto ser viável localmente, defende a autonomia local do território e das Resex, que somarão aos trabalhos realizados em outros locais do mundo, mas com a cara do Brasil, da Amazônia (MASSIMILIANO LOMBARDO, UNESCO. Entrevista: São Luís/MA, 30/08/2016).

O projeto objetiva ações que incluem o “Projeto Jovem Protagonista na Sustentabilidade”, ou seja, agregar atores de diferentes gerações, bem como mulheres no processo da pesca sustentável na Amazônia e atender a uma demanda global, pacto que o governo brasileiro fez com a Biosfera UNESCO, em que apresenta o compromisso com a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN).

A Conservação Internacional (CI), por sua vez, iniciou em 2015, a parceria em São João da Ponta, com análise de sua proposta de trabalho pelo Conselho Deliberativo, mediante o “Projeto Pesca Mais Sustentável”.

A Conservação Internacional iniciou na Resex de São João da Ponta, em 2015, a convite do Vergara, mas eu não era consultor ainda, estou apenas há um ano e trabalhando com a inovação produtiva da cadeia do caranguejo (DÊNIS DOMINGUES, CI. Entrevista: SJP/PA, 26/10/2017).

A CI é uma organização brasileira sem fins lucrativos, criada em 1990, que trabalha para o objetivo de garantir um planeta saudável e produtivo para todos e de proteger as coisas mais fundamentais como o alimento, a água, meios de vida e a estabilidade climática, com o entendimento sobre sociedade saudável e sustentável quando é capaz de proteger a natureza, praticar a produção sustentável e promover a governança efetiva (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2017).

O “Projeto Pesca Mais Sustentável” selecionou as Resex que representam territórios cujas comunidades pesqueiras tradicionais tem se organizado para mudar o cenário da pesca artesanal, identificando 05 (cinco) na primeira fase do programa: I- No Pará: 1-São João da Ponta e 2-Curuçá; II- Na Bahia: 3-Cassurubá e 4-Canavieiras e III- Em Santa Catarina: 5- Pirajubaé. Espera resultados na inovação produtiva baseados nas estratégias de formação de rede por meio de parcerias entre as comunidades, de conscientização do consumidor e de comunicação efetiva com o portal do pescado, para o desenvolvimento de um produto

diferenciado, o “pescado sustentável”, que é o pescado que incorpora práticas de sustentabilidade, agregando valor para ampliar os ganhos diretos com a imagem do pescador tradicional e suas práticas mais sustentáveis (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2017).

Os resultados esperados da CI, portanto, são: 1-Desenvolver o sistema de rastreamento de pescado aliado a um programa de melhoria de pescarias nas Resex Marinhas e Costeiras; 2-Criar mecanismo para incentivar melhores práticas nas pescarias de pequena escala; 3-Monitorar a biodiversidade e os estoques pesqueiros nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável; 4-Promover o estímulo ao consumo consciente de produtos provenientes da pesca sustentável; e 5-Fortalecer a troca de experiências de redes de articulação das comunidades tradicionais extrativistas. Para tanto, tem os seguintes parceiros: Google, Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), ICMBio, Ecotrust Canadá e RARE (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2017).

Na Resex de São João da Ponta, pelas observações diretas em campo, entrevistas e registros das ações, a CI, apresenta uma articulação com a Resex e demais parceiros para atingir os objetivos institucionais, ainda iniciais, como a troca de experiências com as comunidades tradicionais extrativistas e a criação de mecanismos para incentivar melhores práticas nas pescarias de pequena escala, sobretudo, do caranguejo; como por exemplo, a atividade realizada em outubro de 2017, com a participação na capacitação da comunidade e de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PA) nos municípios de Resex do nordeste paraense.

A Inovação produtiva da cadeia do caranguejo na Resex de São João da Ponta, com contatos aos restaurantes em Belém, em 2015 juntamente com o Vergara; mas a estruturação da cadeia e vendas iniciaram em 2016 (DÊNIS DOMINGUES, CI, Entrevista: SJP/PA, 06/10/2017).

A CI apresenta como ações principais na Resex de São João da Ponta, estudos e capacitações na área de inovação produtiva do caranguejo para os usuários extrativistas, articuladas a outros parceiros como a RARE e a ações na Resex de interação entre o saber científico e saber tradicional para uma inovação, com orientação e acompanhamento do conselheiro governamental e sociólogo:

Nós queremos no curso de práticas inovadoras integrar os saberes científicos e tradicionais, para serem sustentáveis, inclusive de proteção individual, pois muitos adoecem com utilização de óleo diesel como repelente e bebida alcóolica para, segundo eles, aguentarem o frio, quando vão pro mangue, principalmente no

inverno. [...]. Temos problemas para resolver, por isso estamos abertos aos parceiros, mas temos a ensinar, onde quem ensina também são os usuários da Resex, são os extrativistas, como nesse curso com a Emater, pois temos que realizar essas trocas importantes que os técnicos da Emater vão sair daqui e multiplicar nas outras Resex. Isso é um ganho, porque não adianta arrumar aqui se a Resex vizinha não está fazendo (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Sedap. Entrevista: SJP/PA, 25/10/2017).

O “1º Curso de Boas Práticas sobre o Manejo do Caranguejo-açú: o método de embalagem para o transporte sustentável”, em São João da Ponta, de 22 a 27 de outubro de 2017, contou com a troca de saberes entre comunidade de extrativistas e os técnicos da Emater/PA, dos municípios do nordeste paraense, com a programação que incluiu arte educação, memórias de São João da Ponta, cinema, roda de conversa, troca de experiências entre jovens, adultos e idosos da Resex e os técnicos da Emater, CI, Sedap e Mamirauá.

As atividades aqui em São João da Ponta não vejo em outro lugar, um dia de extrativista nesse curso de boas práticas, o extrativista dizendo como fazem junto com os técnicos da Sedap e CI é uma inovação mesmo, pois é difícil falar para eles que não devem usar óleo diesel como repelente, irem descalços para o mangue sem proteção, devemos ser multiplicadores dessas boas práticas, enriquecedor (JEFFERSON GENTIL DA COSTA JÚNIOR, Emater. Entrevista: SJP/PA, 26/10/2017).

O curso contou com a atividade de experiência dos técnicos “em um dia de mangue”, levando os técnicos para experimentarem a realidade do extrativista com orientação da população tradicional local e técnicos da Sedap e Conservação Internacional que contou com a apresentação: da captura do caranguejo pela técnica do laço de maneira sustentável; do Equipamento de Proteção Individual (EPI), com orientação acerca de repelente de insetos que não seja o óleo diesel, roupas e meias adequadas para extrair o caranguejo, entre outras; e da demonstração do uso de basquetas plásticas para armazenamento do caranguejo que evita um número maior de mortalidade na logística após a captura, disponibilizadas pelo trabalho técnico da Sedap na Resex.

O pessoal de Bragança está pedindo para irmos fazer esse curso lá, é assim, toda vez que fazemos esses trabalhos, a gente é convidado para fazer nos municípios, a gente se esforça, mas não consegue atender todo mundo, pois temos pra novembro as oficinas da RARE, na UFRA Castanhal, as basquetas para entregar, não queremos entregar ano que vem que é ano de eleição. [...]. Por isso, o curso para ensinar boas práticas para uso correto das basquetas. Queremos entregar junto com o Vergara. (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede. Entrevista: 25 e 26/10/2017).

As basquetas foram entregues pela Associação Mocajum pelos usuários e conselheiros da Resex, a partir de 04 de dezembro de 2017, onde aguardaram a presença do

gestor da Resex, Waldemar Vergara, mas por conta de seu afastamento do trabalho por razão médica, outro representante técnico do ICMBio assessorou os trabalhos, o Sr. Aristeu Teixeira da Silva Júnior. Ausência do gestor do ICMBio causou outros impactos na reunião ordinária que ocorreria em novembro de 2017 com os objetivos de posse das novas lideranças nos pólos da comunidade da Resex e de atualização do número de usuários, adiada para janeiro de 2018.

Desde o curso da Emater, o Vergara estava doente, e quando fomos para as oficinas da RARE na UFRA Castanhal, ele foi internado com complicações respiratórias e outras coisas. Agora final de novembro tinha a reunião do Conselho Deliberativo, mas foi adiada para 26 de janeiro de 2018 [...]. Só que a basqueta nós reunimos aqui e decidimos entregar logo, demorou muito, isso era para ser entregue em novembro do ano passado. Aí tínhamos que fazer o curso para não entregar assim né. Agora acontece isso com o Vergara, mas está se recuperando. [...]. Mas, temos que continuar com a ajuda do Aristeu, do ICMBio, que sempre acompanhava o Vergara aqui na Resex. [...]. Além da basqueta, a gente ia falar da atualização do cadastro dos usuários que fizemos e da posse dos novos líderes nas comunidades polos da Resex, decidir sobre tudo isso, mas ficou para janeiro, só entregando as basquetas logo agora. Eu sou um dos poucos que usa já há algum tempo (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede. Entrevista: 08/12/2017).

**Figura 11:** João de Lima Coelho, Conselheiro Polo Sede da Resex, usando basqueta.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Entrevista: SJP/PA, 21/07/2016.

Temos muitos avanços que contribuem para o nosso plano de manejo, como esse do Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica da UNESCO para discutir a cadeia produtiva do caranguejo-uçá no Pará, Maranhão e Amapá; como da UNAMA o Projeto Maré Solidária; como da ARPA onde São João da Ponta entrou nas áreas protegidas da Amazônia [...]. O ICMBio com os Manguezais do Brasil na capacitação e na articulação com o MDS para a introdução de basquetas para diminuir a mortalidade dos caranguejos com o Patrick da Sedap com trabalhos iniciados pelo Jefferson, pesquisador lá de Paranaíba. A Conservação Internacional (CI), ONG com o Projeto Pesca Mais Sustentável, com trabalhos na Bahia e veio para São João da Ponta. A RARE que estamos estudando uma parceria. Do IFPA. O pessoal da geografia da UFPA, do GEPPAM e você agora da Sociologia da UFPA. Fazemos interface com as representações das Resex, como a COFREM, nacional, e CAUREM, com a Patrícia Ribeiro, no nordeste paraense, com a Sandra de Curuçá. Essa é nossa linha do tempo, com muitos desafios e lutas ainda para a Resex (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: Belém/PA, 19/08/2016).

Os avanços referenciados pelos representantes e parceiros da Resex de São João da Ponta são devido às conquistas de parcerias e seus frutos produzidos na comunidade e na construção do plano de manejo participativo, fazendo parte de uma dinâmica de gestão da Resex a dificuldade de recursos para os instrumentos básicos de gestão, apesar disso, pelas parcerias são agregadas ações relacionadas à sua política socioambiental buscando alternativas sustentáveis; conforme figura 12, síntese de algumas ações de instituições parceiras da Resex de São João da Ponta, cada ação apresenta programas, projetos e atividades de cada instituição, com uma ampla divulgação de registros que podem ser verificados nos sites das mesmas.

**Figura 12:** Ações de Instituições Parceiras da Resex de São João da Ponta.

UFPA	UNESCO
<p>Apresentação de Resultados de Pesquisas: Solo dos Manguezais pelo GEPPAM/UFPA</p>  <p>Fonte: Associação Mocajuim: SJP/PA, em 28/06/2016.</p>	<p>Projeto Pesca Sustentável da Costa Amazônica: “II Encontro das Resex da Costa Amazônica”</p>  <p>Fonte: São Luís/MA, em 30/08/2016.</p>
<p>UNESCO “II Encontro das Resex da Costa Amazônica”: Socialização de Diagnóstico das Resex. (Delegação Paraense)</p>  <p>Local: São Luís/MA, em 31/08/2016. Foto Josineide Malheiros.</p>	<p>RARE Oficinas Participativas - Elaboração de Proposta para a cadeia produtiva da biodiversidade das RESEX no Pará e Maranhão (Edital nº 01/2017 do BB).</p>  <p>Local: UFRA Castanhal/PA, em 06/11/2017.</p>
<b>1º Curso de Práticas Inovadoras (23 a 27/10/2017)</b>	
<p>Troca de Experiências entre Extrativistas e Técnicos da Emater do nordeste paraense.</p>  <p>Local: Igreja de São João Batista, SJP/PA, em 25/10/2017.</p>	<p>Presidente da Associação Mocajuim e Técnicos da Conservação Internacional e Sedap.</p>  <p>Local: Porto de SJP/PA, em 26/10/2017.</p>
<p>Orientação no Mangue sobre Técnicas do Laço Sustentáveis e Desafios na Proteção Individual</p>  <p>Local: Mangue da Resex, SJP/PA, em 26/10/2017.</p>	<p>Técnicos da Emater/PA “vivendo um dia extrativista”</p>  <p>Local: Porto de SJP/PA, em 26/10/2017.</p>

Fonte: Observações Diretas em Pesquisa de Campo - Foto Rosa Ibiapina.

Outra instituição fundamental para a Resex de São João da Ponta é a sua Associação Mocajuiu que estabelece uma gestão participativa para fazer cumprir os objetivos socioambientais locais. A gestão participativa da Resex apresenta, portanto, o Conselho Deliberativo sua instância de decisão maior; onde o dia a dia de ações que fazem existir a Resex é a realizada pela Associação Mocajuiu; ambas são instâncias complementares gerando algumas vezes a ideia de mesma instituição; com a implantação do ICMBio houve a inclusão do gestor chefe na Resex, onde antes com o Ibama, não havia essa separação entre o presidente da associação e o da Resex.

Na minha época e do Ibama, eu era os dois, presidente da Associação e gestor da Resex, quando o cargo foi criado pelo ICMBio, em 2007, a coisa mudou (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, STR-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 03/12/2017).

As pessoas me chamam também como presidente da Resex. A gente mistura porque um faz o trabalho para o outro, não tem como separar, a Resex precisa de sua associação e a associação precisa da Resex (MANOEL FERREIRA DAS NEVES, Associação Mocajuiu. Entrevista: SJP/PA, 29/09/2016).

O presidente da Associação não é o gestor chefe da Resex, esse é um cargo do ICMBio. Nós agimos pela Resex, mas precisamos melhorar mais a gestão da nossa Associação porque falta muita coisa para a gente ajudar ainda mais a Resex. [...]. A gente não cobra contribuição nenhuma (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede Resex. Entrevista: SJP/PA, 29/09/2016).

A Associação Mocajuiu numa análise sobre sua relação com a Resex representa, de forma institucionalizada, um esforço para produzir consensos, para difundir a importância da existência da Resex e para garantir o acesso aos bens comuns necessários à vida das populações tradicionais na Resex e no município. Para isso, agrega as ações locais de inovação social contínua com participação social ativa de referência no território de São João da Ponta. A Associação Mocajuiu, portanto, será detalhada no capítulo seguinte como ator coletivo, que movimenta o território de onde essas ações locais emergem.

### **3.2.3 Plano de Manejo Participativo**

A Resex de São João da Ponta não apresenta Plano de Manejo Participativo; segundo o conselheiro governamental, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), muitas são as dificuldades encontradas para atender os instrumentos legais de uma Resex, como o diagnóstico socioambiental, a criação e prática do conselho deliberativo, além do plano de manejo que requer recurso, de responsabilidade do ICMBio e MMA, mão de obra especializada, geralmente de empresas consultoras, além do tempo disponibilizado que requer pesquisa, retorno para debate no conselho deliberativo,



mobilização e publicação, congregando em média certa de 5 (cinco) anos até sua consolidação.

O plano de manejo é responsabilidade do ICMBio, que fez o planejamento nas 327 unidades do país todo, ano passado todo, onde as que tem são entre 15 a 20% no máximo tem plano de manejo. Geralmente as Resex que tem plano de manejo são as que tem turismo dentro dela, com outro recurso que operacionaliza a reserva. Acho que foi um relatório no site do ICMBio lançaram 15 documentos, sendo um deles falavam sobre isso. No caso das Resex, um custo operacional para fazer plano de manejo, hoje, atualizado, tá em torno de 250 mil a 350 mil por unidade. Imagina para o governo federal para fazer nas mais de 300 unidades, imagina este custo operacional para isso. O menor custo para fazer um plano de manejo seria 80 a 100 mil para São João da Ponta, na época de 2011, a primeira questão é o recurso, segunda é a mão de obra e a terceira é pessoas especializadas para fazer plano de manejo, por empresas especializadas em consultoria de plano de manejo. O plano de manejo levam 2, 3, 4 anos para serem pesquisados, colocados em ponto de pauta nos conselhos, muito longo, que demora, pelo menos, 05 anos (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Sedap. Entrevista: 25/10/2017).

A sociedade passa por muitas mudanças e os órgãos reguladores também, interferindo na dinâmica das Resex, antes com o Ibama, atualmente, o ICMBio que faz a gestão das unidades de conservação; ou seja, criam-se instrumentos legais a serem elaborados; porém, com mudanças e exigências a serem cumpridas, alterando as agendas das comunidades locais.

O SNUC é do início do ano 2000, as mudanças que eles sofreram, ao longo do tempo, veja que a legislação não avançou no sentido constitucional, avançou no sentido infraconstitucional, de se criar instrumentos internos no ICMBio de conselho deliberativo que confirmassem alguns posicionamentos do ICMBio. Alguns instrumentos que o ICMBio trabalha não estão no SNUC, pois o ICMBio fez 10 anos e o SNUC 17 anos. Estamos falando de instrumentos que sofreu alteração, mas que as mudanças na sociedade são muito mais rápidas que os instrumentos legislativos. Mas, o plano de manejo é um instrumento legal, constituído e que faz parte do regramento do ICMBio (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Sedap. Entrevista: 25/10/2017).

Na Resex de São João da Ponta a falta do Plano de Manejo Participativo, apesar de estar em um contexto comum, pois esta realidade ocorre na maioria das Resex brasileiras que estão na Amazônia (82%), e destas 75% não tem plano de manejo. Somente no Pará, das 23 Resex, 12 estão no nordeste paraense, ou seja, a maioria (53,17%) das Resex paraenses estão no nordeste e também apresentam em construção os seus instrumentos obrigatórios no modelo institucional, como o Conselho Deliberativo e, sobretudo, o Plano de Manejo Participativo (CNUC)/MMA, 2017).

Uma contradição, assim, no território de São João da Ponta, visto que representa uma referência socioambiental, ao mesmo tempo, que não atende aos instrumentos formais de

Resex, em sua plenitude, como o Plano de Manejo Participativo, por duas razões, a primeira, por questões cadastrais que devem ser pesquisadas mediante outros instrumentos de coleta de dados e, segundo, pelo processo de construção social no Plano de Manejo Participativo.

Integrando análise documental, entrevista e compatibilização de registro no CNUC/MMA (2017), percebe-se que as informações sobre as Resex não estão atualizadas no referido cadastro à medida das dinâmicas de suas ações locais, como por exemplo, a informação de que apenas 04 Resex, as localizadas no oeste paraense, tem Plano de Manejo Participativo; porém, é notório por exigir publicação governamental e por pesquisa científica que a Resex Caeté-Taperaçu de Bragança/PA, no nordeste paraense apresenta seu PMP:

A partir dos discursos produzidos pelos entrevistados, elencamos três etapas da construção do PM da Resex Caeté-Taperaçu: o “primeiro consultor” e a não aprovação do seu trabalho; a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com atuação específica, formado por atores do CD para levantamento de dados; e, por fim, a contratação da empresa Ecooideia e a aprovação do PM. A partir das atas das reuniões ocorridas dentro do CD, é possível identificar os anos em que ocorreram essas etapas: o “primeiro consultor” entre 2009 e 2010; em 2011 o contrato com o consultor está rescindido e as atividades vinculadas ao PM são realizadas internamente pela gestão da Resex, CD e o grupo de trabalho (GT); por fim, em 2012 há a atuação da Ecooideia e finalização da coprodução do PM, que é publicado no Diário Oficial da União no início de 2013 (OLIVEIRA, 2018, p. 147).

Os conflitos em torno do plano de manejo participativo em Bragança são muito grandes, envolvem vários atores e interesses, levou alguns anos, o plano somente saiu pela insistência da população tradicional que precisava muito, tivemos momento de parecermos uma delegacia em Bragança, [...] e pelo esforço que o técnico do ICMBio, que tinha uma experiência na região do oeste do Pará, conseguiu levar para frente. [...]. Mas, muito tem o que se fazer ainda, visto que esses conflitos tornam o plano no papel, pela própria situação de construção. [...]. A prática fica muito distante, um plano de manejo participativo, deve ser um plano contínuo (SHEYLA DA SILVA LEÃO, ICMBio Bragança/PA. Entrevista: São Luís/MA, 30/08/2016).

A realidade da Resex de Bragança (PA) traz, segundo Oliveira (2018), uma série de conflitos que impactam a gestão da mesma, mas apresentam seu Plano de Manejo Participativo. Contudo, segundo a técnica do ICMBio, o PMP da Resex de Bragança corresponde à realidade local, com diferentes grupos de interesses, onde a prática vai se afastando do que está registrado, mas atendendo enquanto instrumento obrigatório.

Dessa forma, quanto à Resex de São João da Ponta, na primeira razão, o CNUC/MMA (2007) apresenta a informação, de forma coerente à realidade local de que não tem Plano de Manejo Participativo. Na segunda razão, o diferencial está no processo de construção social do seu PMP, que parte da realidade local, das boas práticas construídas e registradas em plano de utilização, não o inverso (construído a partir de modelos

institucionais) e sim fazendo seu PMP pela construção e reconstrução coletiva. Todavia, as questões que implicam na não finalização do plano na Resex de São João da Ponta, são relevantes, por se tratar de Resex, no Pará, criada há 15 anos, com práticas realizadas pela população a partir de seu plano de uso e Conselho Deliberativo, com diferenças ao longo dos anos; pois, ora suas ações eram voltadas para um plano de gestão na administração do Ibama, ora para um plano de manejo na administração do ICMBio, atualmente; implicando na descontinuidade das políticas de incentivos, sobretudo, financeiros para a elaboração do mesmo pelas mudanças institucionais ao longo dos anos:

Só que a gente tá falando de unidade no Pará que tem 10, 13, 14, 15 anos [...]. Estamos falando de unidades que ao longo do tempo as populações foram vivendo e tocam a vida com o plano de uso, com o seu conselho deliberativo, mas não tem o plano de manejo pra saber o que pode ser paralisado, o que pode ser usado, o que pode ser tratado mais especificamente como algo conservável e preservável, o que pode ser vendido, o que pode ser comprado, quais os riscos que podem acabar as espécies, se ainda tem estoque se vai se renovar, se não vai, são várias questões; então, é algo muito complexo (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Sedap. Entrevista: 26/10/2017).

A partir de 2010, muitas foram as tentativas em realizar o Plano de Manejo Participativo, o gestor do ICMBio atendendo aos anseios dos usuários da Resex que se apresentava como articuladora entre as demais Resex do nordeste paraense, por apresentar o Plano de Gestão Integrada das Resex Marinhas e ter concluído seu Diagnóstico Socioambiental, buscou as articulações necessárias como recursos junto ao ICMBio; porém, os recursos disponíveis eram do “Programa Manguezais do Brasil”, destinados à capacitação nas unidades de conservação, visto que os destinados ao plano de manejo foram disponibilizados para o Amazonas, o que justifica ser o estado da Amazônia com Resex federais, quase em sua totalidade com Plano de Manejo Participativo elaborado.

Quanto ao plano de manejo de São João da Ponta foi a primeira a ter uma caracterização ampla sobre o plano de uso, foi a primeira que puxou o plano de gestão integrada das Resex Marinhas. Mas, o plano de manejo, lembro, que na época conversando com o Vergara para fazer em São João, uma das melhores Resex do Pará, ficava em 100 mil reais, Vergara correu atrás desse recurso, mas não tinha, depois de um tempo tentou pelo ARPA pra fazer o plano de manejo, mas não conseguiu, mas teve um outro recurso através do Manguezais do Brasil, mas era para outros fins de capacitação, quando teve recurso para plano de manejo, foi em 2011 e 2012, mas não chegou ao Pará e sim para o Amazona. [...]. é algo muito prioritário do governo federal, é uma forma de legitimar e fixar as pessoas na terra (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Sedap. Entrevista: 26/10/2017).

O Plano de Manejo Participativo, portanto, não é a mesma coisa e não deve se confundir com o plano de gestão de uma Resex, documento inicial das atividades no

território, que tem encontrado muitos desafios para consolidação do mesmo, devido ao número de elementos necessários para sua finalização e atualização contínua.

O Plano de Manejo é outra coisa, com recursos socioambientais, ambientais para controle e uso pelas populações. Já que estamos falando de uma unidade de conservação de uso sustentável, as pessoas podem viver, usar, gozar e usufruir dos bens, então é necessário que se tenha um plano de manejo para saber a capacidade de suporte daquele ecossistema, quanto tempo as espécies vão sobreviver, será que é necessário cuidar dos berçário, de reprodução e de abrigo, então saber detalhadamente quais são essas áreas e fazer investimento prioritários (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Sedap. Entrevista: 26/10/2017).

As ações locais na Resex de São João da Ponta não tiveram, em termos orçamentários, a liberação de recurso para fazer o Plano de Manejo Participativo, sendo motivada a inovar buscando parcerias e alternativas para garantir sua sustentabilidade enquanto Resex; tais parcerias e outros recursos, indiretamente, contribuíram para o Plano de Manejo, como: a capacitação da população tradicional e seu protagonismo com os recursos do Programa Manguezais do Brasil.

Não existe um remédio individual para fins coletivos. Deve ser um remédio coletivo que agregue muitos parceiros sociais. Incorporar a arte educação, para conseguir cativar os participantes, dar um atrativo e envolvimento, aflorar as potencialidades para integrar as diferenças, as diversidades e riquezas. [...]. Geramos questionamento sobre a visão de futuro: como fazer essa conectividade do ser social no ambiente natural com ingerência política. Isso aqui não vai pra frente se o Estado não vai pra frente [...]. O fim comum é a liberdade. O limite da liberdade individual em relação à liberdade coletiva, liberdade de expressar sem ser preconceituoso, talvez um bel prazer, melhoria de vida. Não de bens materiais, mas de estado de consciência [...]. Os quintais que não tem cercas, são os quintais que não devem ser entrados, lembro de minha infância quando aprendi a respeitar o quintal do vizinho com goiabeira, mesmo sem cerca. O sonho do Manoel é o resgate das manifestações culturais do tempo de juventude, conquistado junto à UNESCO um plano de cultura. Temos muitos avanços como esse e o Programa Manguezais do Brasil que veio quando buscava os recursos para fazer o nosso plano de manejo participativo (WALDEMAR LONDRES VERGARA FILHO, ICMBio. Entrevista: SJP/PA, 17/12/2015).

O Programa Manguezais do Brasil do MMA tem o objetivo de melhorar a capacidade do Brasil de promover a efetiva conservação e uso sustentável dos recursos em ecossistemas de manguezais e fortalecer o SNUC, sendo de responsabilidade e execução pelo ICMBio, com a elaboração de estratégias, como: 1-Agir, primeiramente, nas deficiências existentes que comprometem a efetividade do manejo e 2-promover a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas manguezais e das funções e serviços ambientais necessários para o desenvolvimento nacional e para o bem-estar das comunidades litorâneas (ICMBIO, 2015).

Em 2010, com a concretização do Diagnóstico Socioambiental, verificou-se o potencial de liderança da Resex de São João da Ponta perante as demais Resex do nordeste paraense e de Soure no Marajó, numa inter-relação socioambiental, construído em reunião do conselho deliberativo, espaço de participação coletiva de demais representantes de Resex, onde no mesmo ano conquistou a concessão do Plano de Utilização, por um período de 20 anos, juntamente com outras 09 (nove) Resex do nordeste paraense, publicados no mesmo dia, 23/03/2010, no Diário Oficial da União:

PROCESSO: 02070.001496/2010 11. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista São João da Ponta MOCAJUIM. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 3.203,00 ha, compreendido nos limites da Reserva Extrativista São João da Ponta, situado no município de São João da Ponta/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO Presidente. Pela MOCAJUIM: ZACARIAS MONTEIRO BANDEIRA – Presidente (EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 07/2010 – ICMBio DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO).

As 09 (nove) Resex que receberam a concessão foram, são: 1-Associação de Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (Mocajuim); 2-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Viseu, Piriá e Gurupi (Assuremav); 3-Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (AMREMC); 4-Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (Amorema); 5-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Auremat); 6-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (Auremar); 7-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Araí Peroba (Auremap); 8-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (Assuremas); e 9-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (Auremag).

Tal força das Resex originou a elaboração, em 2012, do Plano de Gestão Integrada das 09 (nove) Resex Marinhas, possível pelo “Programa Manguezais do Brasil”, não incluindo as três últimas Resex, na época, devido serem criadas apenas, em 2014: de Magalhães Barata, de Marapanim e de São Caetano de Odivelas, no Pará.

São João da Ponta fez a seu modo, devido à falta de recursos para a elaboração do Plano de Manejo participativo, ações para a estrutura de gestão da unidade, infraestrutura necessária e plano de utilização. A partir de 2013, o zoneamento vem sendo feito, o monitoramento das áreas, divisão do que é área de controle e do que é área de uso, monitoramento do caranguejo, monitoramento da cadeia de produtores da ostra, isso vem sendo feito, com a ajuda dos comunitários e da Conservação

Internacional e da RARE, entrando como parceira, em 2017, como coordenadora de campanha para organizar a área de pesca e fazer acontecer o plano de manejo. Já a zona de amortecimento também vem sendo feita, é dividido o que é berçário, área de reprodução, o que é área que o peixe vai se alimentar, qual é área de abrigo, os pescadores sabem e vem trabalhando ano a ano sob essas condicionantes, a zona de amortecimento é demarcada na Resex, são chamados áreas de pesqueiro e área de descanso. Quanto à Análise de Cenário e Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica temos essa construção ano a ano, com o diagnóstico socioambiental, de 2010, e o plano de gestão integrada das 9 Resex Marinhas, de 2012, só estão fora as três últimas: Marapanim, Magalhães Barata e São Caetano através do Programa Manguezais do Brasil do MMA (PATRICK HELENO DOS SANTOS PASSOS, Sedap. Entrevista: 26/10/2017).

Portanto, quanto ao Plano de Manejo Participativo, ações locais estão sendo realizadas para sua concretização; contudo, sem seguir um caminho estabelecido pelas normas do modelo institucional que estabelece a solicitação e recebimento de recursos quando disponível no ICMBio para tal finalidade. As ações locais realizadas convergem para a construção do Plano de Manejo Participativo, em seu tempo e necessidades locais, como uma forma de inovação contínua, que estão sintetizadas no quadro 19.

**Quadro 19:** Ações Locais na Resex de São João da Ponta na Construção do Plano de Manejo Participativo.

Nº	Aspectos Obrigatórios de Debate para Construção de Plano de Manejo Participativo	Ações Locais na Resex de São João da Ponta na construção do Plano de Manejo Participativo
1º	Estrutura de Gestão da Unidade	1-Definição de papéis e competências das associações, do Conselho Deliberativo, do ICMBio e instituições parceiras, desde 2007. 2-Divisão da Resex em Pólos e Comunidades, com suas respectivas lideranças e representações.
2º	Infraestrutura necessária	1-Sede própria da Associação de Usuários da Resex de São João da Ponta (Mocajuiu), para a administração, desde 2003. 2-Buscas por parcerias para estruturas físicas necessárias à demarcação, sinalização, proteção e conservação ambiental da Unidade e melhoria da qualidade de vida da população tradicional.
3º	Plano de Utilização	1-Apresenta Termo de Compromisso entre o ICMBio e a população tradicional beneficiária da unidade de conservação para receber a concessão do direito real de uso, com as regras internas construídas coletivamente, mediante a publicação do Extrato de Concessão nº 07/2010 – ICMBio, de 23 de março de 2010, com a vigência de 20 anos; além da articulação para as demais Resex do nordeste paraense.
4º	Zoneamento	1-Desde 2015, em parceria com a ONG Conservação Internacional (CI), há o trabalho para realizar o monitoramento das áreas de uso, manejo e ocupação da UC, na cadeia produtiva do caranguejo e ostras. 2-A partir de 2017, a RARE, ONG que também está contribuindo no zoneamento quanto à cadeia produtiva do caranguejo/campanhas de orgulho na Resex.
5º	Zona de Amortecimento	1-Normas foram definidas em seu uso e ocupação e restrições para atividades impactantes, com o estabelecimento de divisão de zona de amortecimento com duas áreas denominadas pelos pescadores e extrativistas: 1.1-Área de Pesqueiro: que pode haver o uso e ocupação. 1.2-Área de Descanso: área com restrição (que serve de reprodução e berçário das espécies).
6º	Análise de Cenários	1-Diagnóstico Socioambiental (Caracterização e Plano de Gestão), de 2010.
7º	Programas de Sustentabilidade Ambiental e Socioeconômica	1-Plano de Gestão Integrada das 09 Resex Marinhas, do nordeste paraense, de 2012.

Fonte: Patrick Heleno dos Santos Passos, Conselheiro Sedap. Entrevista, 25/10/2017.

O Diagnóstico Socioambiental e o Conselho Deliberativo mostram uma formalização institucional, implantados e implementados; diferentemente, do Plano de Manejo Participativo na Resex de São João da Ponta, conforme dados do CNUC/MMA. No entanto, os representantes no CD buscam alternativas para ter o plano de manejo elaborado e executado; alternativas estas com estratégias de participação e parcerias convergentes às ações da Resex, buscando possuir à maneira de São João da Ponta o seu plano de manejo, participativo e em contínua construção. Logo, o plano de manejo da Resex não está numa perspectiva de elaboração e apresentação para uma formalidade institucional, mas está numa perspectiva de possuí-lo, de forma participativa e em construção, para garantir os direitos no território de forma contínua, resultando, desta maneira, em questões mais amplas como a caracterização de diagnóstico socioambiental integrado e plano de utilização para as Resex do nordeste paraense e Soure na Ilha do Marajó.

Como afirma o oceanógrafo da ONG Conservação Internacional (CI), instituição parceira da Resex, de que Plano de Manejo e Resex quando pensados devem ser sempre como em construção, pois são a mesma coisa e se confundem, visto que devem ser ajustados continuamente às necessidades socioambientais:

Plano de manejo e Resex se confundem quando pensados que são coisas que estarão sempre em construção, não se acaba, se renova. A Resex em todo momento das experiências que tenho mudam suas estratégias para atender suas necessidades, quando tem uma comunidade participativa que busca inovações, como São João da Ponta que busca a inovação produtiva do caranguejo, por exemplo, e nós da CI estamos contribuindo para isso (DÊNIS DOMINGUES, CI. Entrevista: SJP/PA, 06/11/2017).

A Resex, mesmo como um modelo institucional, vislumbra um movimento de ações na comunidade que representam dinâmicas onde os usuários num agir de consenso criam soluções e normas que se adequam à sua realidade socioambiental, como as ações para o Plano de Manejo Participativo, necessárias na justificativa da UC. O que desencadeia uma apresentação de São João da Ponta frente ao modelo institucional de Resex com inovação social para atender a demanda de controle do território pela ação local participativa.

Esse aspecto de inovação social em meio aos desafios de falta de recursos e prioridade do governo federal para o estado do Amazonas na elaboração de Plano de Manejo Participativo desencadeou um ação de associação na Resex de São João da Ponta, em face do impedimento enquanto ação institucional.

“Instituição” de “associação”, segundo Weber (2016), são termos diferentes; instituição é a associação organizada racionalmente, enquanto que a associação representa



uma organização do agir em comunidade. Assim, há uma diferença entre o agir em sociedade que é orientado por um acordo racional e o agir em comunidade que é orientado por uma transformação das associações em instituições organizadas de maneira racional.

A “ação de associacionista” é a ação de agir pelo consenso, que apresentam duas partes constitutivas, uma que é o agir de consenso na parte racionalmente organizada, conhecida como ação institucional (vinculada aos estatutos e regulamentos, caracterizando-se pela constituição, ou seja, pelas pretensões e representações de imposições válidas) e a outra que é o agir de consenso na parte organizada do agir em comunidade, conhecida como ação de associação (vinculada a novas regras, imposições, transformando em instituições formais).

A “*ação institucional*” é a parte racionalmente organizada da “ação de associacionista”, e a *instituição* é uma associação organizada parcialmente de maneira racional. Ou – a transição sociologicamente imprecisa – a instituição é por um lado uma “criação nova” inteiramente racional, mas nem por isso age num âmbito de validade no qual seria totalmente ausente a “ação de associação”. Pelo contrário, este último é subordinado de antemão a uma ação da associação existente ou a um agir regulamentado pela associação, por exemplo, “anexação” ou unificação das associações anteriores para formar uma instituição global nova, através de uma série de estatutos orientados neste sentido e de regulamentação inteiramente nova para o respectivo agir em associação ou o agir regulamentado conforme associação ou para ambas as coisas (WEBER, 2016, p. 534).

A ação institucional e a ação de associação compõem a ação de associacionista, ou seja, de ações de agir pelo consenso, porém ora de forma institucional (vinculadas às regras, ação institucional), ora de forma de associação (vinculada à formulação de novas regras, ação de associação). Assim, as ações na Resex de São João da Ponta quando atendem às leis, instruções normativas e diretrizes ambientais, com a efetividade de documentos se expressam enquanto ação institucional e quando atendem a outra forma de regulamento, parcialmente racionais, a partir de um agir de consenso se expressam enquanto ação de associação, ação da comunidade.

Na ação local de criação de Resex, o território apresenta um agir de consenso, com ação institucional (no conselho deliberativo), mas também com ação de associação (nos espaços de participação que também incluem a Associação Mocajum), buscando inovações sociais contínuas para o desenvolvimento sustentável e local, pela participação e parcerias com o objetivo de sobreviver em meio a um modelo institucional que inclui burocracias e falta de recurso governamental, para a elaboração do principal instrumento que é o plano de manejo participativo.

Portanto, a emergência do território de São João da Ponta, ou seja, o diferencial quanto à Resex se revela pela(s): 1-construção de um Diagnóstico Socioambiental, com

caráter participativo que passou por diferentes contextos de gestão governamental; 2- Conselho Deliberativo, que busca uma identidade de empoderamento do território, com a expressão Maretório, na busca de políticas públicas no território da Resex pela participação ativa, num agir de consenso, de ação institucional, e de formação de parcerias contínuas voltadas ao comprometimento socioambiental com base nos problemas locais; e 3-Caminhos alternativos para a elaboração do Plano de Manejo Participativo, no entendimento que é um instrumento fundamental para a existência da Resex num agir de consenso, ora pela ação institucional, ora pela ação de associação.

**Boxe 4 – Conclusão do Capítulo 3: “São João da Ponta: município e Resex em um mesmo movimento”**

Em um mesmo movimento de luta e busca contínua por melhorias socioambientais em São João da Ponta, emergem ações locais que diferenciam esse território enquanto município e Resex.

Tanto o processo de emancipação municipal quanto o de mobilização para a criação da Resex de São João da Ponta convergem, de forma simultânea, na luta de atores individuais e coletivos para a concretização dessas ações locais complementares uma a outra, visto que a Resex necessitava de um município independente e o recém-criado município necessitava de uma Resex para garantir políticas públicas integradas em benefício da comunidade e de outras ramificações territoriais como o nordeste paraense e Soure na Ilha do Marajó (PA).

Este mesmo movimento foi se consolidando, quando anos depois, o ator individual, Nelson Almeida Santa Brígida enquanto ator coletivo pela Associação Mocajum da Resex, tornou-se prefeito, dada a força da participação ativa, mobilização e diferencial de suas ações locais, fazendo emergir o território.

Logo, a emergência do município se mostrou pela cultura de pertencimento, de resistências sociais e exigências locais; lutas emancipatórias; busca de soluções para diversos segmentos no território e nordeste paraense, bem como atores individuais com lideranças locais atuantes em um projeto socioambiental.

Já a emergência da Resex se mostrou pela forma de construção dos seus instrumentos como o Diagnóstico Socioambiental e Conselho Deliberativo, com caráter participativo de amplitude para as Resex do nordeste paraense, ou seja, com ação de agir de consenso racional (ação institucional), com fins ao modelo estabelecido de Resex, e de ação de agir de consenso de associação (ação de associação), na inovação pelas formações de parcerias com comprometimento socioambiental, inclusive, para a construção social do Plano de Manejo Participativo, instrumento básico das Resex, numa concepção de um plano executável para a comunidade e não apenas cumprimento de uma ação institucional.

A Resex, no cenário de município de emancipação, age pela ação institucional; mas, sobretudo, pela ação de associação, pela ação de inovação social contínua possível pelo ator coletivo, a Associação Mocajum, como elo entre município e Resex.

A Associação Mocajum como ator coletivo articula o território de onde essas ações locais emergem concretizando e continuando os movimentos socioterritoriais, pela ação local de inovação social constante e contínua, da comunidade, o que será visto no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 4 – O MUNICÍPIO NA RESEX E A RESEX NO MUNICÍPIO: O TERRITÓRIO EM MOVIMENTO**

Município e Resex constituem uma interação de ações que dinamizam o território de São João da Ponta em uma conexão de ações locais, descritas no capítulo anterior.

A Resex de São João da Ponta como unidade de conservação de modelo institucional apresenta sua associação de usuários, a Associação Mocajum, que funciona como elo entre município e Resex, articulando políticas públicas e parcerias que complementam as ações institucionais do município, discutidas nos espaços de participação coletiva da Resex como o Conselho Deliberativo.

Portanto, o território em constante dinâmica de interação entre município e Resex, estabelece uma relação híbrida, que mistura as ações locais do município na Resex ou as ações locais da Resex no município, unidas pelos mesmos objetivos gerais. Ou seja, não são instâncias separadas em seus objetivos gerais e amplos, buscam o desenvolvimento local e sustentável, em torno de expectativas sociais e políticas com vistas a contextos menos excludentes no nordeste paraense e na Amazônia.

O território é dinâmico, movimenta-se, deixando os resultados na comunidade, esperados ou não por esta comunidade. Aquela comunidade local que se movimenta para atingir seus objetivos é a parte para interpretar o território em movimento a partir da Resex de São João da Ponta, que será apresentado nesse capítulo pela: 1-Dinâmica associativa ambientalizada: Associação Mocajum e 2-Ação local de inovação social constante e contínua: território em movimento.

#### **4.1 Dinâmica associativa ambientalizada: Associação Mocajum**

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista “Marinha” de São João da Ponta (Mocajum) foi criada formalmente, em 2003. Esta representa um espaço de participação formalizado para atender aos anseios do desenvolvimento sustentável. Porém, antes da sua criação formal existia em forma de organização com a participação da comunidade de pescadores que buscavam melhorias de vida para a, então, Vila São João da Ponta.

Os atores sociais envolvidos na dinâmica associativa ambientalizada pela Associação Mocajum agem em duas ações locais: 1-Ação Institucional pela ação de agir de consenso racional com fins ao modelo estabelecido de Resex e suas obrigações formais e 2-Ação de Associação pela ação de agir de consenso de associação com fins à inovação social e buscas de alternativas às necessidades com formações de parcerias de comprometimento socioambiental, como por exemplo, o Plano de Manejo Participativo em construção coletiva.

Antes da constituição formal da Associação Mocajum, havia desde 1998, uma organização informal para a Resex advinda da luta de pescadores e extrativistas, idealizada pelo Nelson Almeida Santa Brígida e Waldemar Vergara, na época técnico do Ibama, tanto para o município, quanto para a região nordeste do Pará. Com a formalização da Resex em 2002 e da Associação Mocajum, em 2003, a ação local institucional estava legitimada.

Havia uma organização informal devido a associação de pescadores, mas que não tinham sede e muitas dificuldades, a Resex e a Mocajum nos deram visibilidade e políticas públicas” o usuário e conselheiro da Resex hoje não precisam fazer as reuniões de baixo de uma árvore por que não tem sede, pode até fazer, mas ali na área atrás se quiser ficar perto da natureza (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede. Entrevista: SJP/PA, 25/07/2016).

O tempo que estamos aqui vemos muitas coisas acontecerem, mas quem tá de fora, não imagina nosso esforço [...]. a luta todos os dias para as que as coisas venham para João da Ponta, hoje temos essa sede onde o conselho faz as reuniões. [...]. As mulheres são poucas ainda, mas o Patrick e o Vergara já estão trabalhando isso com os projetos na comunidade (RAIMUNDA SANTA ROSA MOURA, Conselheiro Polo Sede. Entrevista: SJP/PA, 25/07/2016).

Nós trabalhamos muito para ter nossa associação da Resex, a gente se organizava como pescador e caranguejeiro pela colônias daqui que tinham que se submeter a Odívelas, [...]. queríamos mais, o primeiro passo foi se desvincular de lá, o segundo a Resex e a associação não tinha sede, depois a sede. [...]. Odívelas agora que fez a Resex depois de nosso esforço junto com eles. [...]. Tenho orgulho da nossa Resex. Nossa participação é muito boa, Odívelas sofre com isso. [...]. (ZACARIAS MONTEIRO BANDEIRA, Associação Mocajum. Entrevista: SJP/PA, 25/07/2016).

**Figura 13:** Apresentação das Ações da Associação Mocajuim: Conselheiro João de Lima Coelho e Conselheira Raimunda Santa Rosa Moura.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Entrevista Coletiva: SJP/PA, 25/07/2016.

Depois tivemos nossa sede, temos melhorias para mostrar, mas muitos não aceitam porque não sabem o duro que tivemos e temos, hoje a gente olha e vê uma sede, e antes que não tínhamos nada, temos coisas que vem pela Resex, e que não vem pela prefeitura, por exemplo, as casas do Incra e os projetos que vem chegando dos nossos parceiros (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede. Entrevista: SJP/PA, 25/07/2016).

**Figura 14:** Sede da Associação de Usuários da Resex de São João da Ponta (Associação Mocajuim).



Fonte: Foto – Rosa Ibiapina. Observação Direta: SJP/PA, 28/04/2016.

Odivelas precisa avançar mais, agora que estamos com a Resex tentando ajustar o conselho, o trabalho em São João é muito bom, queremos chegar perto disso. [...]. São João avançou e estamos aqui para nossas melhorias. [...] a participação para essas questões são poucas, o trabalho do dia a dia impede muito (VALTER CHAGAS DA FONSECA, Representante Resex de São Caetano de Odivelas/PA. Entrevista: Castanhal/PA, 08/11/2017).

Sei que é bom a gente reunir. [...]. Mas, o que vem para a Resex não sei o que ela faz. [...]. Temos problemas desde o trabalho que a Resex não fiscaliza, até de drogas como em todo lugar. [...]. Não tem sede a Resex, eu não sei. Não gostamos da pesca de rede em profundidade e ninguém discute isso (CARLOS ALEX LOUREIRO DOS SANTOS, ASSOPEF. Entrevista: SCO/PA, 22/10/2017).

A pesca precisa de ajuda aqui, o caranguejo, é bom o trabalho de preservar, mas se me chamarem participo (JORGE CAETANO VIEGAS DE GÔES, ASSOPEF. Entrevista: SCO/PA, 22/10/2017).

Queríamos participar para melhorar as condições das nossas associações como essa aqui da comunidade de Pereru de Fátima. [...]. mas, estamos esperando Valter, presidente aí da Resex. [...]. Problemas temos muito, não sei onde a Resex o que ela

faz, sei que em São João é bom (ANTÔNIO SANTA ROSA DOS SANTOS, ASSOPEF. Entrevista: SCO/PA, 22/10/2017).

**Figura 15:** Usuários da Resex de São Caetano de Odivelas/PA.

Valter Chagas da Fonseca	Sede da Associação dos Ostreicultores de Pereru de Fátima	Carlos Alex Loureiro dos Santos Jorge Caetano Viegas de Góes Antônio Santa Rosa dos Santos.
		
Representante Resex de SCO/PA. Entrevista: Castanhal, 08/11/2017.	Observação Direta: SCO/PA, 22/10/2017.	ASSOPEF. Entrevista: SCO/PA, 22/10/2017.

Fonte: Foto Rosa Ibiapina.

Realidades diferentes em dois municípios paraenses que antes eram um só, São João da Ponta e São Caetano de Odivelas, que pelo processo de ação local de associação com uma participação ativa que produz resultados a partir de pautas de necessidades locais em debate nos espaços de construção coletiva, possível pelo papel da Associação Mocajum da Resex de São João da Ponta.

A Associação Mocajum e suas articulações práticas com instituições parceiras apresentam-se na gestão da Resex por meio de uma perspectiva participativa no Conselho Deliberativo. A Associação Mocajum é o elo que liga município e Resex por meio da gestão participativa, ou seja, é uma instância de gestão participativa destinada, conforme seu estatuto, a proporcionar aos associados uma forma de participação comunitária ativa na representação e defesa de seus interesses políticos e socioculturais.

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta PA, fundada em 13 de Abril de 2003, é uma sociedade de natureza civil, sem finalidades lucrativas, destinadas a proporcionar aos associados uma forma de participação comunitária ativa e representá-los e defende-los em seus interesses políticos e sócio culturais (ART. 1º DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO MOCAJUM, 2013).

Os usuários da Resex de São João da Ponta são todos os comunitários ligados ao extrativismo do pescado em duas categorias: 1-peixes e crustáceos (camarões, siris, tamarús e caranguejos) e 2-moluscos (ostras e turús) no município.

Além da instância de gestão participativa, acima citada, tem um papel muito importante a Associação Mãe – Mocajuim, a qual engloba todos os usuários comunitários ligados ao extrativismo do pescado, tais como peixes, crustáceos (camarões, siris, tamarús e caranguejos), moluscos (ostras e turús), no município. (DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA/ICMBio, 2010, p.44).

A Associação Mocajuim é a principal articuladora e interlocutora com outras associações e entidades de classe de São João da Ponta e municípios vizinhos, sobretudo, os do nordeste paraense, denominada de “Associação Mãe”; com as outras 8 (oito) Resex marinhas do litoral paraense e 01 (uma) da Ilha do Marajó (Soure), formam uma Central das Associações de Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense (CAUREM/PA), possível pelos instrumentos de Diagnóstico Socioambiental e gestão integrada de Resex, onde conquistou espaço nas políticas públicas e na proteção da costa amazônica ao lado do Amapá e Maranhão, liderando o território de Resex Integradas.

Essa associação é a principal articuladora e interlocutora com outras associações e entidades de classe do município e de municípios vizinhos. Juntamente com a AUREMAR Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, a Colônia de Pescadores do Município de São Caetano de Odivelas, e as Associações dos Usuários das outras 8 (oito) Resex marinhas do litoral Paraense, formam uma Central das Associações dos Usuários – CAUREM. (DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA/ICMBio, 2010, p.44).

Além da CAUREM, criada em 22 de novembro de 2011, com sede em Marapanim/PA, agrega-se em nível nacional, à Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (COFREM), criada em 19 de outubro de 2014, em Belém/PA, com o objetivo de fortalecer suas lutas e qualificar a gestão das Resex.

As principais ações obrigatórias aos associados a serem promovidas são: 1-o estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa dos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais de seus associados; 2-o entrosamento com o governo, órgãos oficiais e apoio às atividades de interesse dos associados; 3-atividades socioculturais para associados e suas famílias; 4-a representação dos interesses dos associados; 5-cursos profissionalizantes a serem ministrados aos associados, seus familiares e comunidade e 6-formar cooperativas de interesse dos associados. Poderá firmar convênio com instituições públicas ou privadas, nacional ou internacional, além de poder integrar quadros de participantes em organizações e atividades afins, nacionais ou estrangeiras (ART. 2º DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO MOCAJUIM, 2013).



Ações institucionais da Associação Mocajum, obrigatórias, são inviabilizadas por questões referentes a recursos financeiros e humanos, que dificultam o cumprimento dos trabalhos, sejam internos à associação, como despesas administrativas, sejam externos, como o Plano de Manejo Participativo da Resex, de responsabilidade financeira do ICMBio. Diante da situação, a busca de parcerias discutidas, otimizadas e legitimadas no Conselho Deliberativo, tem impulsionado a Associação Mocajum a buscar constantemente alternativas desde antes de sua criação formal, para a garantia de um território socioambiental, mesmo em um cenário político e econômico não favorável pelos entes governamentais, sobretudo, federal.

Precisávamos buscar alternativas, pois nem o governo tá dando, para finalizarmos o plano de manejo e para nada. Desde a saída da Dilma a coisa ficou ruim para as Resex, até aqui pela prefeitura não conseguimos mais nada. E pela associação como não cobramos pagamento para os usuários não temos uma vida fácil. [...]. Antes sempre buscamos parceria e agora mais ainda. [...]. só que a parceria tem que atender a comunidade e interesse da Resex. Desde o início dos trabalhos com o Nelson, eles sempre buscaram alternativas, não sou dessa época. Mas, via as coisas acontecerem. E nós do município nunca ficamos parados, é da nossa história a luta (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo Sede. Entrevista: SJP/PA, 20/07/2016).

A ação institucional da Associação Mocajum, portanto, para atender a uma Resex como modelo institucional, passou por contextos, como: 1-Antes de 2003, com trabalhos de mobilização para a construção da Resex, em 2002 e sua associação, em 2003; 2-De 2003 até 2014, com a concretização formal e ações incentivadas por políticas governamentais de apoio às Resex, culminando em 2014 com a criação das Resex do nordeste paraense que não tinham sua formalização (de Magalhães Barata, Marapanim e São Caetano de Odivelas) e 3-A partir de 2015 aos dias atuais, com a estagnação nos incentivos e nos instrumentos para Resex como modelo institucional. Contextos institucionais da atual situação política, econômica e ética do Brasil que reflete em diversos segmentos sociais, não sendo diferente no meio ambiente, no âmbito da gestão das unidades de conservação, como afirma a ONG de proteção ambiental WWF.

O Dossiê 2017 da WWF é o relatório que destaca que o governo brasileiro, em especial, o Presidente Michel Temer (2016-2018), apresenta-se em um contexto de mudanças sociopolíticas e interesses econômicos, tentando mudanças nas áreas de unidades de conservação, na extinção ou diminuição das áreas de proteção, em benefício de empresas, produtores rurais, mineradoras ou grileiros de terras públicas com interesse de ocupação dessas áreas protegidas; causando contestação nacional e internacional.

O Brasil vive uma ofensiva sem precedentes às áreas protegidas. Pressões para desfazer ou diminuir o tamanho ou o status de proteção de Unidades de Conservação promovidas por integrantes da base parlamentar do governo Michel Temer e com forte lobby dos setores ruralista e de mineração têm encontrado espaço para prosperar, com o apoio do Palácio do Planalto. A ameaça paira sobre cerca de 10% do território das unidades de conservação federais, numa estimativa conservadora. Ofensiva contra as áreas protegidas vai de Norte a Sul do país e envolve uma área de cerca de 80 mil de quilômetros quadrados, quase o tamanho do território de Portugal (DOSSIÊ 2017 - WWF, 2017, p.02).

O conflito de interesses não é novo. De um lado, estão produtores rurais que ocupam irregularmente ou gostariam de ocupar essas áreas protegidas, empresas de mineração ou grileiros de terras públicas. De outro, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que colocou o Brasil ao final da década passada na posição de líder mundial em extensão de áreas protegidas. Na medida em que um dos lados ganha mais força, o impacto nas áreas protegidas pode resultar em mais desmatamento da Amazônia, com prejuízo às metas brasileiras para a redução das emissões de gases de efeito estufa na Convenção do Clima das Nações Unidas, além de implicar o desmonte do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e ameaçar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo na Convenção da Diversidade Biológica (CDB) (DOSSIÊ 2017 - WWF, 2017, p.02).

As parcerias, então, estabelecidas em estatuto, concretizam-se na gestão participativa da Resex de São João da Ponta, que possibilitam inovações contínuas com a agregação pelas duas ações, a ação institucional, técnica pelo gestor do ICMBio e a ação de associação, comunitária pelos extrativistas usuários da Resex e parceiros governamentais e não governamentais. Ações agregadas que criaram alternativas de sobrevivência como Resex e a transformou em referência no nordeste paraense e na Amazônia, pelas características dos representantes da Associação Mocajum.

O histórico da Associação Mocajum quanto aos seus presidentes, desde sua fundação em 13 de abril de 2003, para o mandato de 03 (três) anos, foram: 1-Primeiro presidente: Nelson Almeida Santa Brígida, de 2003 a 2008 (dois mandatos, sendo o segundo com afastamento, em 2006, para assumir a prefeitura de São João da Ponta); 2-Segundo Presidente (de transição): onde assumiu o vice-presidente, Pedro Ferreira de Lima, em 2006, até a eleição seguinte; 3-Terceiro Presidente: Zacarias Monteiro Bandeira, de 2009 a 2015 (dois mandatos); e 4-Quarto Presidente: Manoel Ferreira das Neves, de 2015 a 2018 (em exercício de um mandato).

A Resex de São João da Ponta apresenta 18 comunidades agrupadas em 05 (cinco) polos. Cada comunidade apresenta um comitê de apoio à gestão, onde cada comitê possui duas lideranças com assentos no Conselho Deliberativo, na função de conselheiros (titulares e suplentes), tanto a mobilização quanto a atualização dessas lideranças é de responsabilidade

da Associação Mocajum, legitimadas em reunião de posse no Conselho Deliberativo, conforme quadro 20.

**Quadro 20:** Relação dos Polos e Comunidades da Resex de São João da Ponta.






<b>Pólos-comunidades/Localização</b>	<b>Comunidades-Membro</b>
<b>1-Cidade (Ribeirinho).</b> Localização: Rio Mocajuba, margem esquerda.	01-Sede (Bairros: Centro, Pantanal e Brasília), 02-Vila Nova, 03-Monte Alegre, 04-Açu, 05-Jaguareguara, e 06-Coqueiro.
<b>2-Porto Grande (Ribeirinho).</b> Localização: Rio Mojuim, margem direita.	07-Porto Grande, 08-Santana, 09-Baunilha, 10-Santa Clara, 11-São Francisco,
<b>3-Guarajuba (Ribeirinho).</b> Localização: Rio Mojuim, margem direita.	12-Guarajuba, 13-Gurajubinha, e 14-São Domingos.
<b>4-Deolândia (Ribeirinho).</b> Localização: Rio Mocajuba, margem esquerda.	15-Deolândia, 16-Brasilândia, e 17-Novo Horizonte.
<b>5- Bom-fim (Ribeirinho).</b> Localização: Rio Mojuim, margem direita.	18-Bom-fim.

Fonte: Diagnóstico Socioambiental da Resex de São João da Ponta/ICMBio, 2010.

Historicamente as lideranças das 18 comunidades que formam esta Resex, vem tendo um papel importante, desde a criação desta UC, até o estado atual de implementação de sua gestão, desde quando começou suas ações através, da associação dos pescadores artesanais do Município. Dando suporte a associação dos usuários - Mocajum, na gestão do dia-a-dia da Resex, estão as Associações das Comunidades do: Porto Grande, Guarajuba, Deolândia e do Bom-Fim; tendo suas lideranças, assentos no Conselho Deliberativo da Resex. Além dos comitês comunitários, já citados, podemos citar as parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rural, Associação dos Pescadores Artesanais, e a Igreja Católica, através da Paróquia de São João Batista (DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA/ICMBio, 2010, p.44).

Os pólos com suas comunidades e a articulação da Associação Mocajum possibilitam, historicamente, a relação da ação local, através dessas pessoas, dos usuários extrativistas. Cada comunidade apresenta seu líder que se reúnem, primeiramente, com o líder de polo, que por sua vez, demandam para o Conselho Deliberativo; assim, na figura 16 estão os representantes da gestão participativa da Resex de São João da Ponta:

**Figura 16:** Lideranças dos Polos-Comunidade da Resex de São João da Ponta.

<b>1-Polo Sede</b>	<b>2-Polo Porto Grande</b>
João de Lima Coelho	Raimunda Santa Rosa Moura
 <p data-bbox="295 707 596 741">Fonte: SJP/PA, 25/10/2017.</p>	 <p data-bbox="911 707 1212 741">Fonte: SJP/PA, 27/07/2016.</p>
<b>3-Polo Guarajuba</b>	<b>4-Polo Deolândia</b>
Naldo Silva	Silvério das Chagas Soares
 <p data-bbox="300 1151 601 1184">Fonte: SJP/PA, 20/07/2016.</p>	 <p data-bbox="916 1162 1217 1196">Fonte: SJP/PA, 30/07/2016.</p>
<b>5-Polo Bom-fim</b>	
Rosalino Sousa Monteiro	
 <p data-bbox="604 1615 906 1648">Fonte: SJP/PA, 25/07/2016.</p>	

Fonte: Pesquisa de Campo nos Pólos e Comunidade da Resex de SJP/PA, 2016/2017. Foto: Rosa Ibiapina.

A atualização das lideranças dos polos-comunidades foi realizada, em 2017, pela Associação Mocajuiu, sendo que o adiamento da Reunião do Conselho Deliberativo, de novembro de 2017, impossibilitou a posse dos novos representantes, com as seguintes previsões de alterações: 1-Polo Sede: inclusão da suplente Raimunda Santa Rosa Moura; 2-Polo-Porto Grande: assumiram outros líderes a ser definido na posse, sendo um homem e uma mulher para a inclusão do gênero feminino; 3-Polo-Guarajuba: a definir a continuação de

Naldo Silva; 4-Polo Deolândia: assumiram duas mulheres para compor uma representação das mulheres; e 5-Polo-Bom-Fim: permanece Rosalino Sousa Monteiro.

Eu continuo na sede, mas agora com a Raimunda que mudou de lá do porto grande pra comunidade Açú, aqui na sede, facilitando o trabalho aqui. Lá já definimos, mas isso é demorado, pois exige tempo e dinheiro das pessoas, para poderem definir mesmo. A reunião era pra isso, mas infelizmente só para 2018. Minha prioridade é a entrega das basquetas. No Guarajuba, vamos ver se o Naldo continua, no Porto Grande são outros, o Jairo e uma mulher, no Deolândia vão ser duas mulheres, Marcela e Maria, precisamos da representação feminina. No Bom Fim o Rosalino continua (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo-sede. Entrevista: SJP/PA, 08/12/2017).

Os problemas da Resex destacados livremente nas narrativas das lideranças dos pólos-comunidade, sintetizam em: 1-falta de recurso próprio para mobilizar mais usuários para participarem das atividades como reuniões, capacitações, orientações de saúde, normas socioambientais e boas práticas no extrativismo; 2-mediação do tempo dedicado ao trabalho e ao exercício da participação ativa; 3-descrédito de alguns municípios apesar dos benefícios concretizados; 4-desocupação de jovens, álcool e drogas no município e 5-doenças de pele pelo uso do óleo diesel como repelente, uma prática cultural entre a maioria dos extrativistas.

A Associação Mocajum, à medida que intensifica seus trabalhos atuando de forma mais ampla no município, vai incorporando os problemas da Resex e município como pautas na reunião do Conselho Deliberativo para discussão e ação nas soluções dos mesmos, contribuindo com a perspectiva de mudança de uma realidade local de problemas socioeconômicos e culturais que prejudicam o objetivo mais amplo da Resex e do município: o desenvolvimento local e sustentável.

Temos muita dificuldade, não ganhamos dinheiro para fazer as atividades, na verdade tiramos do próprio bolso para participar e mobilizar aqui no Polo Bom-Fim. Ganhamos benefício, o Bolsa Verde, até porque somos da parte mais distante do mangue. [...]. Mas, as pessoas precisam de mais, queria mais coisa para nossos jovens, a capacitação veio, mas a droga tá crescendo. A Resex fala sobre esses problemas (ROSALINO SOUSA MONTEIRO; Conselheiro Polo-Bom Fim. Entrevista: SJP/PA, 25/07/2016).

A gente tenta educar, traz benefícios, capacitação, casa, programa do governo, mas nunca tá bom. Alguns se recusam em participar querem ganhar. Falo que todos nós ganhamos, o futuro com peixe e caranguejo. [...]. Mas, é difícil, muitos jovens estão com problemas de drogas. Uma questão muito séria, entre os jovens e os nossos pescadores. [...]. isso a gente repassa para o Vergara. Foi muito bom o Projeto Jovens Protagonistas, muito importante pra gente (SILVÉRIO DAS CHAGAS SOARES, Conselheiro Polo-Sede, SJP/PA, 27/04/2017).

Tais problemas são debatidos dentro do Conselho Deliberativo com vistas às soluções; participações estas em discussões de interesses da Resex dentro e fora do território.

A Associação Mocajum, portanto, atua na mobilização para espaços de discussão de interesses como nas audiências públicas em defesa do território de forma coletiva; como por exemplo, a Audiência Pública do Ibama, realizada em 27 de julho de 2016, em Belém/PA, que contou com a participação das Resex marinhas e costeiras, para uma primeira discussão sobre as atividades de perfuração marítima na Bacia da Foz do Amazonas, com o objetivo de apresentar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

**Figura 17:** Audiência Pública – Ibama: Atividade de Perfuração Marítima na Bacia da Foz do Amazonas.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Belém/PA: Hotel Princesa Louçã, 27/07/2016.

A participação de característica ativa, de contestação e resistência, mostrou-se quando na apresentação do mapa da área de influência dos municípios impactados na atividade de perfuração marinha, houve a exclusão de dois municípios, a Resex de São João da Ponta e a Resex de Marapanim, devido estarem no CNUC/MMA, cadastradas como terrestre, o que gerou a solicitação por parte dos representantes da Resex de São João da Ponta e Marapanim, com apoio das demais, em nome do nordeste paraense, pela CAUREM, a revisão quanto à exclusão, devido ser uma questão de cadastramento que o recorte aparece como não como marinha e sim como terrestre em relação às Resex costeiras, o que inviabiliza uma coerência quanto aos verdadeiros territórios impactados no EIA/RIMA nas atividades de perfuração marítima na Bacia da Foz do Amazonas (AUDIÊNCIA PÚBLICA, IBAMA, 2016).

A participação de resistência dá lugar a uma participação pela ação de consenso, buscando soluções para o problema detectado. O questionamento para inclusão das Resex do nordeste paraense, como um todo, no EIA/RIMA, deu-se pela postura de contestação, defesa e consenso no momento da apresentação dos territórios na audiência pública e na solicitação de

reunião paralela com o Ibama e técnicos responsáveis, como mostra a figura 18, onde: 1- buscaram um maior conhecimento sobre a exclusão das referidas Resex pelo motivo de não possuir, de forma explícita, a palavra “Marinha”, 2-contestaram a afirmação de que não são territórios impactados, por serem costeiros, independente do que está no cadastro do MMA, que de forma incoerente relacionam as Resex costeiras às terrestres e não às marinhas, contra uma ação institucional e 3-incluíram todas as Resex no EIA/RIMA da atividade de Perfuração na Bacia da Foz do Amazonas pela ação de associação, de agir de consenso. Em suma, buscam conhecimento, contestam, defendem e buscam o consenso com vistas às soluções para seus territórios. Participação ativa dentro e fora do Conselho Deliberativo.

**Figura 18:** Reunião Paralela na Audiência Pública – Ibama: Atividade de Perfuração na Bacia da Foz do Amazonas.



Fonte: Foto Rosa Ibiapina. Belém/PA: Hotel Princesa Louçã, 27/07/2016.

As contradições em torno do termo “marinha” na base de dados do CNUC/MMA, excluíram, em um primeiro momento, a Resex de São João da Ponta, mas, pelo consenso e associação, resolveram o problema detectado, possível pela presença e participação na audiência pública dos representantes; causou, todavia, uma atenção para discussões emergentes frente aos mecanismos legais de futuras explorações no território. A ação de postura tradicional na exigência pelas comunidades das Resex foi de resistência.

A gente não pode faltar, essas coisas são assim. Foi muito difícil para mobilizar em pouco tempo, mas conseguimos trazer as pessoas. [...]. Muitos falam de seus trabalhos, mas todos vem porque sabem que é preciso. [...]. O Vergara mandou ônibus, e deu tudo certo. Ainda bem que a Sandra e os demais que estão aqui foram ter uma reunião para saber sobre nossas Resex. Ligamos pro Vergara que falou para ajustarmos isso aqui, pois é muito importante sair daqui fechado isso. [...]. Ficou acertado com o pessoal do Ibama. Cadastro do MMA tá certo, pois fazem de acordo como foram publicadas e aquelas que não aparece no nome marinha exclui como aconteceu agora com esse estudo para as perfurações (MANOEL FERREIRAS DAS NEVES. Associação Mocajui,. Entrevista: Belém/PA, 27/07/2016).



Os benefícios que a Resex possibilita aos usuários, em primeiro lugar, em ter seu território com vistas a uma proteção ambiental e sustentabilidade, em segundo lugar, em ter sua população que necessita de condições básicas para sua sobrevivência; incluem aí uma auto-exigência da Associação Mocajuim, pela própria natureza de mobilização e esforços em sua implantação mediante os primeiros trabalhos do Nelson Almeida Santa Brígida e Waldemar Vergara, e sua implementação mediante benefícios aos seus usuários, como: 1- Criação de um ambiente de aprendizagem coletiva para boas práticas socioambientais que atendeu usuários, comunidade e parceiros; 2-Casas do Programa de Assentamento da Reforma Agrária do Incra: atendeu 468 famílias, conforme ata de reunião da Associação Mocajuim, de 27 de abril de 2012; 3-Água tratada: atendeu a comunidade do Polo-Porto Grande e demais à medida que o presidente da Associação tornou-se prefeito; 4-Programa Bolsa Verde: atendeu 150 beneficiários, entre outros.

No primeiro momento, a gente fez a Resex, precisava proteger o pescado e o caranguejo, mas precisava melhorar as casas, e lutamos para ter as casas, um programa do Incra para as Resex. As casas não vieram pela prefeitura, vieram pela Resex, mais de 400. Aí viram que a Resex bem trabalhada traz benefícios. A população quer isso. A mesma coisa foi com a água, não tinha água tratada, lutamos e fizemos no porto grande e depois, já prefeito fiz em outros polos (NELSON ALMEIDA SANTA BRÍGIDA, PM-SJP/PA. Entrevista: SJP/PA, 20/07/2015)

Programa de apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde concede R\$300,00 a cada três meses às famílias, em situação de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família, que desempenhem atividades de conservação ambiental em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável (ICMBio), em Projetos de Assentamento Federais da Reforma Agrária (INCRA) ou em territórios ocupados por ribeirinhos (SPU), que atendam aos critérios ambientais estabelecidos para o Programa. [...]. voltado para famílias com renda familiar por pessoa de até R\$77,00, residentes em áreas protegidas e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais, [...], territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo. [...] (MMA, 2017).

Benefícios que misturam atribuições de poder executivo municipal, estadual ou federal e as atribuições da Resex; contudo, a Associação Mocajuim executa na prática uma articulação entre os eixos do desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômico), em ação de associação, articulando políticas públicas e/ou projetos que proporcionem os benefícios à sua comunidade, pois por estarem relacionados, necessitam de forma complementar um do outro.

Hoje, todo mundo quer ser usuário, mas não é assim, temos que agir com responsabilidade, por exemplo, o Bolsa Verde tem um perfil, para tudo tem um perfil de pessoa. A gente sempre está fazendo cadastro e atualizando para poder articular e receber os benefícios. [...] às vezes não estamos à frente, mas quando



vem sempre precisa do ok da Resex (JOÃO DE LIMA COELHO. Conselheiro Polo-sede. Entrevista: SJP/PA, 08/07/2017).

As articulações da Resex, pela Associação Mocajum, seja individual, seja em coletivo, ocorrem pela participação em um processo de busca constante, pelos arranjos socioambientais para o desenvolvimento local do território; contudo, cientes de que é um processo que vão buscando, conquistando, fazendo, refazendo, insistindo, demorando, não desistindo... Um arranjo em movimento, constante, contínuo, que não para, em conformação.

As coisas não são rápidas não [...]. Muitos querem ver logo a coisa acontecer, mas não sabem o trabalho que dá. Você viu, desde o ano passado queríamos entregar as basquetas e quase que passava para o outro ano. Quem está ativamente na Resex e na associação sabem disso, mas veja os resultados que alcançamos. Nossa Resex é isso vamos vivendo um dia de cada vez, não parando nunca. [...]. Estamos vendo muitos dos nossos extrativistas estão melhorando agora depois de muita orientação, capacitação, pois estavam com doenças devido a bebida, uso do óleo diesel como repelente. [...] (JOÃO DE LIMA COELHO, Conselheiro Polo-Sede, SJP/PA, 27/04/2017).

Tal execução e percepção consciente de sua ação local ocorrem, por meio da aprendizagem coletiva que permite o ator coletivo, a Associação Mocajum, continuar em busca dos resultados, mesmo sabendo que, ora são rápidos, ora são demorados, lentos à medida das necessidades locais frente aos obstáculos institucionalizados da sociedade. A Associação Mocajum e sua Resex vivem o cotidiano de seus processos de inovação social contínua, abertos ao novo, mas cientes de uma construção social lenta, ou seja, de um movimento lento por se tratar de construções sociais pelas populações tradicionais em um modelo institucional com diversos entraves governamentais.

Portanto, a emergência do território de São João da Ponta, ou seja, o diferencial quanto à Associação Mocajum se revela pela(s): 1-Criação de um território de aprendizado para as inovações sociais contínuas; 2-Formação de parcerias, governamentais e não governamentais, para buscas de benefícios para a Resex e comunidade; 3-Inovação em alternativas para suprir a falta de recursos para a infraestrutura e mobilização das comunidades; 4-Pauta aberta para exposição dos problemas do território; e 5-Participação ativa, de resistência e de consenso para o benefício do coletivo, dentro e fora do território; Em suma, pela ação local da Associação Mocajum, o território apresenta um agir da população tradicional inovando, pela participação ativa, com a ação de associação e ação institucional, ao mesmo tempo, como um território em movimento.

O território em movimento, assim, traz uma perspectiva de território da ação local de inovação social, o que será tratado no item a seguir.

#### 4.2-Ação Local de Inovação Social Contínua: Território em Movimento

O território em movimento se dá pela interação de relações sociais históricas e culturais, a sociohistórica (movimento socioterritorial) e a sociocultural (movimento cultural).

Quanto ao aspecto sociohistórico do território em movimento o fundamento é o movimento socioterritorial concebido pela relação entre território e movimento identitário.

O território é o primeiro fundamento teórico do conceito de movimento socioterritorial, compreendido, nesta pesquisa, como espaço político-administrativo, econômico, social e cultural vinculado à natureza e ao transcurso histórico que movimenta a sociedade em uma ambientalização local.

##### **Boxe 05 - Território.**

O território é o primeiro fundamento teórico do conceito de movimento socioterritorial, compreendido a partir das contribuições de: Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Saquet (2004), Andrade (1995), Santos (1985, 1996), Santos e Silveira (2003) e Miralha, Nunes e Bordo (2005).

Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território; o território se forma a partir do espaço, o território é o resultado de uma ação conduzida por atores. Território é tratado como uma ênfase político-administrativa, um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política, onde é medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Contudo, para Haesbaert (2004), há diferentes enfoques sobre território, classificados em três vertentes básicas: (1)-jurídico-política – onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; (2)-cultural (lista) – onde o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço, numa dimensão simbólica e mais subjetiva; e (3)-econômica – onde o território é como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. Souza (2001), por sua vez, afirma que território é política e também cultural, é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, onde o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação.

Miralha, Nunes e Bordo (2005), compartilham deste conceito, concebendo o território como autônomo e como uma alternativa de desenvolvimento, pois a autonomia constitui a base do desenvolvimento, sendo este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo. Já para Saquet (2004), o território é formado pela apropriação econômica, política, cultural e da natureza (que estará sempre dentro do território, é dele indissociável), constituindo territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais, levando em consideração as interligações essenciais das três vertentes de território (político-administrativa, cultural e econômica) de Haesbaert (2004).

Para Andrade (1995), o território é uma análise profundamente política e econômica de ocupação do espaço, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área; ou seja, o território está associado à ideia de poder, de controle. A formação de um território dá às pessoas que o habitam a consciência de sua participação, que provoca o sentido de territorialidade (a forma subjetiva de uma consciência de confraternização entre as pessoas) e de territorialização (a forma de como se materializa o território, mediante a especialização de qualquer segmento da sociedade). Santos e Silveira (2003), território é um nome político para o espaço de um país; que reforça e é reforçado pelas articulações políticas em prol de sua constituição e institucionalização, característica da concepção de território no início deste século XXI.

Santos (1985) resume bem tudo isso, quando afirma que território é definida enquanto organização pela periodização da história; ou seja, o que será o território e como serão as configurações e reconfigurações econômicas, políticas e sociais. Território é a configuração territorial e o todo, enquanto que espaço é a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. A sociedade está sempre em movimento e nos oferece espaços diferentes no transcurso histórico na mesma paisagem e na mesma configuração territorial; resultado das articulações entre sociedade, espaço e natureza (SANTOS, 1996).

O movimento identitário é o segundo fundamento teórico do conceito de movimento socioterritorial, compreendido a partir das contribuições de Castells (2007). A dinâmica ou movimento do território se fundamenta no movimento identitário, ou seja, na concepção de identidade como dinâmica que se movimenta pela participação dos atores sociais. Desta forma, a construção social da identidade, segundo Castells (2007), sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder em três formas e origens de construção pela participação social: 1-identidade legitimadora; 2-identidade de resistência e 3-identidade de projeto; onde apresentam resultados distintos no que tange à constituição da sociedade e à mudança ou movimento de uma forma para outra; como por exemplo, as que começam como resistência e que podem acabar resultando em projetos, ou tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade.

O movimento identitário é compreendido como a dinâmica da identidade de participação (de resistência para a de projetos) de atores sociais no território, perante as ideologias e instituições dominantes e excludentes, com vistas ao processo de construção e transformação da estrutura social.

**Boxe 06 - Movimento Identitário no Território.**

As identidades participativas em uma sociedade segundo Castells (2007) caminham um movimento social com fins à mudança, a partir de três perspectivas, a identidade participativa: legitimadora, de resistência e de projetos, que são as dinâmicas sócio-históricas que movimentam o território.

A identidade legitimadora é a introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; ou seja, é um conjunto de organizações e instituições, e de uma série de atores sociais estruturados e organizados, que às vezes, de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de movimentação estrutural (CASTELLS, 2007).

A identidade de resistência é a criada pelos atores sociais que se encontram em posições e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação; ou seja, é a que dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão, na construção de uma identidade defensiva às instituições e ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e reforçando os limites da resistência; sendo provável que este seja o tipo mais importante de identidade em nossa sociedade (CASTELLS, 2007).

A identidade de projeto é quando os atores sociais, ao utilizarem qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade, e por sua vez buscar a transformação de toda a estrutura social; ou seja, é a construção de uma identidade que consiste em um projeto de uma vida diferente (podendo ser com base em uma vida oprimida, mas expandindo-se para a transformação como prolongamento desse projeto de identidade) (CASTELLS, 2007).

Esses foram conceitos para entender o processo de movimento no território, o processo das dinâmicas sociohistóricas produzidas a partir das identidades participativas de resistências e de projetos, com vistas a soluções sociais que fazem emergir o território em movimento, território da ação local; conforme síntese dessa construção teórica no quadro 21.

**Quadro 21** – Esquema Teórico de Movimento Socioterritorial.

<p><b>1-Território</b></p> <p>O território é compreendido como espaço político-administrativo, econômico, social e cultural vinculado à natureza e ao transcurso histórico que movimenta a sociedade em uma ambientalização local.</p>	<p><b>Conceito de Território</b></p> <p>O território é o primeiro fundamento teórico do conceito de movimento socioterritorial, compreendido a partir das contribuições de: Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Saquet (2004), Andrade (1995), Santos (1985, 1996), Santos e Silveira (2003) e Miralha, Nunes e Bordo (2005).</p>
<p><b>Conceito de Movimento Identitário</b></p> <p>O movimento identitário é o segundo fundamento teórico do conceito de movimento socioterritorial, compreendido a partir das contribuições de Castells (2007), com a construção social da identidade em um contexto marcado por relações de poder em três formas e origens de construção:</p> <p>1)-identidade legitimadora (construção social pelas instituições dominadoras);</p> <p>2)-identidade de resistência (construção social de resistência coletiva diante da opressão dominante);</p> <p>3)-identidade de projeto (construção social para um projeto de vida diferente).</p>	<p><b>2-Movimento Identitário</b></p> <p>O movimento identitário é compreendido como a dinâmica da identidade de participação (de resistência para a de projetos) de atores sociais no território, perante as ideologias e instituições dominantes e excludentes, com vistas ao processo de construção e transformação da estrutura social.</p>
<p><b>3-Movimento Socioterritorial</b></p> <p>Os Movimentos socioterritoriais são as produções sociais ou dinâmicas sociohistóricas construídas a partir do território e do movimento identitário (identidades participativas de resistências e de projetos), com buscas de soluções sociais que fazem emergir o território da ação local.</p>	<p><b>Conceito de Movimento Socioterritorial</b></p> <p>Fundamenta-se em duas bases conceituais:</p> <p>1-Território; e</p> <p>2-Movimento Identitário.</p>

Fonte: Interpretação hermenêutica de Movimento Socioterritorial - Síntese Rosa Ibiapina.

Contudo, a vinculação de São João da Ponta à ideia de movimento no território ou movimento socioterritorial, mostra apenas o início de uma partida de análise hermenêutica enquanto método de pesquisa sobre o território, sobretudo, por considerar as afirmações de Alfredo Wagner (2010, p.203), sobre o processo de territorialização em que envolve a capacidade coletiva de mobilização e a política de identidade que travam lutas pelos seus direitos frente ao Estado:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva.

Quanto ao aspecto sociocultural do território em movimento o fundamento é o movimento cultural concebido pela relação entre ação local, inovação social, participação ativa e desenvolvimento local.

A cultura é conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei costumes e vários outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LEVI-STRAUSS, apud MELLO 1986, p. 397).

A cultura, o cotidiano de aprendizagem coletiva estabelece práticas nas relações sociais que traçam trajetórias que complementam os movimentos socioterritoriais formando o território em movimento. Apresentam motivações individuais e coletivas mediante o instrumento da participação na formação e conformação identitária para o bem coletivo, que no caso de São João da Ponta apresenta a partir de sua história, Resex e cultura territorial que o diferenciam na ação social e local.

A ação social se baseia na compreensão de ação enquanto comportamento humano, em vistas da interpretação do sentido da ação social sugerido pelo sujeito ou sujeitos.

Deve entender-se por sociologia (no sentido aceito desta palavra que é aqui empregado das mais diversas maneiras possíveis) uma ciência que pretende entender pela interpretação a ação social para, desta maneira, explicá-la causalmente no seu desenvolvimento e nos seus efeitos. Por “ação” deve entender um comportamento humano, tanto faz que se trate de um comportar-se externo ou interno ou de um permitir ou omitir, sempre quando o sujeito ou os sujeitos da ação ligam a ela um sentido subjetivo. A “ação social”, portanto, é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento (WEBER, 2016, p. 612-613).

A partir da ação os sujeitos se comportam em sociedade com seus recursos disponíveis, quando este comportamento passa a ser de interação entre atores, tem um ação social; desta ação pode sobressair uma ação particularizada da realidade com relações sociais entre ator individual e coletivo, em uma negociação constante nas arenas locais que produzem ações locais.

#### **Boxe 7 - Ação Social e Ação Local**

Um dos primeiros traços dessas ações públicas locais é seu caráter coletivo, uma vez que elas são o resultado de um trabalho de intercâmbio, de negociações e de acordos entre os atores locais. Ou seja, a ação local é uma ação coletiva, fruto de um acordo entre uma grande diversidade de atores vindos de diferentes setores de atividade, dotados de competências e status diferentes, sobretudo, os que distinguem os atores privados dos atores públicos, para uma elaboração coletiva que permite apreender, geralmente, em domínios como a segurança, o emprego, o desenvolvimento sustentável e a inserção, nos quais os conhecimentos necessários à formulação desses problemas são limitados, a identificação de tais problemas, sua definição e elaboração de respostas necessitam de um trabalho complexo para alcançar um acordo entre os parceiros implicados (TEISSERENC, 2010).

A partir do entendimento acerca de ação social possibilita-se um foco mais local, na ação social, que vai se

formando sobre o território de forma coletiva.

Teisserenc (2010) afirma que a noção de ação local é imposta a partir do momento em que uma nova paisagem política e institucional, herdeira da descentralização e dos efeitos da globalização sobre as políticas conduzidas localmente, tem dado ocasião ao Estado de se dotar de novos meios de ação e intervenção. A operação sobre os territórios tem resultado na instituição de uma capacidade de negociação entre uma grande diversidade de atores locais. Esses atores são geralmente convidados às “cenas de ação” ou às arenas locais, no interior das quais se elaboram e se iniciam, de modo coletivo, ações públicas de caráter territorial.

A Associação Mocajuiu, com o status de Associação Mãe-Mocajuiu na CAUREM apresenta uma importante função na gestão dos recursos naturais, políticas públicas e interface nas demais organizações para os movimentos do território, pela participação social, de forma ativa, na ação local como ator coletivo, fundamental na representação dos interesses públicos e desenvolvimento local.

A participação da sociedade civil na gestão pública projeta-se, na atualidade, como condição sine qua non para o desenvolvimento. Reivindicada pelas organizações sociais e preconizadas por instituições multilaterais de financiamento, a participação constitui-se em imperativo, sobre tudo no que tange as Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS). Estas demandam o envolvimento efetivo da população usuária em seus processos de implementação e gestão (BATISTA, 2010, p. 17).

A participação dos atores sociais na Amazônia apresentaram mudanças a partir de 1990, pelas diferentes experiências entre Estado e sociedade civil, deixando de serem consideradas vítimas a propositivas e ativas (RIBEIRO, 2012).

A participação ativa é a participação dos atores sociais que protagonizam as lutas em busca de soluções em meio às políticas públicas de desenvolvimento pelo Estado, buscando conhecimento, resistências e consensos para o bem comum e coletivo.

#### **Boxe 08 – Participação Social.**

A sociedade civil passou por mudanças na Amazônia, deixa de ser vítima e oprimida pelas políticas desenvolvimentistas anteriores e passa no novo desenvolvimento a ser ativa e propositiva, com a utilização de cidadão/cidadania própria dos movimentos sociais a projetar-se na política pública. “Contudo, a partir dos anos de 1990, o termo se difundiu e sua apropriação ocorreu com sentidos e intenções bastante diversificadas, que incorporam construções culturais diferenciadas” (RIBEIRO, 2012, p.126).

O contexto da descentralização de poder, políticas e recursos, advindos com a Constituição de 1988, uma demanda dos movimentos sociais, gerou considerável autonomia aos governos locais, trazendo, por exemplo, a participação como instrumento de fortalecimento da sociedade civil e aproximação de suas demandas às políticas públicas estabelecidas pelo Estado. Portanto, a participação tangenciou, nos dias atuais, para o conceito de governança, que é o engajamento entre o Estado e a sociedade civil para garantir a segurança e a coerência do processo democrático em favor dos cidadãos (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS; SOUZA, 2009).

A participação é um instrumento para promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade, e para melhorar a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar os objetivos de interesse comum, que assume três características: 1-promover a participação e/ou articulação de atores sociais em uma escala territorial intermediária entre o estado e o município; 2-estar associada a esquemas de regionalização que cubram, ou tenham como objetivo cobrir, todas as regiões de um estado e 3-estabelecer processos de articulação e/ou participação de caráter permanente, cuja abrangência transcende os limites de um projeto ou programa específico. Há várias linhas de convergência de argumentação da importância da participação da sociedade civil

e da articulação de atores sociais, como: 1-o seu caráter de elemento essencial da própria ideia de democracia e 2-o seu importante papel instrumental derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e de aprendizado coletivos, extremamente relevantes para a promoção do desenvolvimento. (BANDEIRA, 1999).

O processo de planejamento de políticas públicas, em geral, exige a interação de diversas organizações dentro do Estado, e destas com a sociedade civil e setor privado (ao que seria o capital social do planejamento), mas ainda falta uma melhora em termos qualitativos (OLIVEIRA, 2006).

Segundo Ammann (1978), os estudiosos da participação, enquanto estratégia para o desenvolvimento orientam suas investigações para as funções, vantagens e efeitos da participação; visto que as condições para a participação constituem-se num processo dialético, numa prática cotidiana para sua consolidação.

As condições para a participação a nível societal consistem em três níveis: 1-historicidade, que exerce influência sobre uma sociedade concreta, histórica e geograficamente situada que penetram na sociedade, produzindo mecanismos de conflitos e de dominação e configuram os sistemas político e organizacional; 2-nível institucional ou político, que representa a mediação entre a historicidade e a organização social, produz as decisões e as regras que comandam o funcionamento da sociedade e expressam a dominação e os conflitos de classes e 3-nível da organização social, que traduz as decisões do sistema político em normas; onde o poder encontra a técnica ou a instrumentalidade que impõem entraves internos, como a persistência de normas e entraves do passado; e externos, como a posição da organização em suas trocas econômicas, políticas e culturais com seu meio (AMMANN, 1978).

As condições para a participação a nível da conscientização consistem de requisitos que dependem da área psicossocial do indivíduo, tornando-os mais inclinados ou não ao processo participativo, os mais relevantes são: 1-A informação, que possibilita que a população possa julgar a validade das oportunidades e dos instrumentos postos à sua disposição, possa utilizá-los ou rejeitá-los, se os considerar ineficientes ou inadequados; 2-A motivação, que pode ser de natureza: biológica (que impulsiona o indivíduo à sobrevivência e ao domínio sobre o mundo material); ética (que é o motivo da participação, mediante o qual o indivíduo entra em diálogo e comunicação com o outro); lógica (que supõe a necessidade de apoio e que leva à procura da verdade e à cognição); e amorosa (que permite a libertação do indivíduo em relação ao tempo e ao espaço, desenvolvendo a criatividade, a originalidade e a projeção global do sujeito-objeto) e 3-A educação para participar, que depende do empoderamento do meio, de ideias, hábitos, habilidades e de um novo padrão de comportamento, o padrão comportamental da participação, gerado não passiva e automaticamente, mas ativamente que nasce e evolui no exercício contínuo e permanente da práxis participativa pelo homem (AMMANN, 1978).

A participação existe quando os atores locais são chamados a intervir: 1-no diagnóstico dos problemas que afetam os atores e sua coletividade - nível 1; 2-no processo de decisão relativo às prioridades e aos objetivos do desenvolvimento local - nível 2; 3-no lançamento de iniciativas, projetos e programas a nível local - nível 3; (4)-na concertação, coordenação e integração dessas iniciativas e projetos - nível 4; e 5-na avaliação dos resultados obtidos e do impacto das ações locais sobre o bem-estar e o futuro da coletividade - nível 5. Para cada intervenção dos atores sociais está associado o nível de participação, do menor para o maior (CABUGUEIRA, 2000, p.133).

Segundo Bandeira (1999), há 08 (oito) níveis: manipulação, terapia, informação, consulta, apaziguamento, parceria, delegação de poder e controle pelos cidadãos. Porém os dois primeiros níveis (manipulação e terapia) não constituem participação, com objetivo apenas de moldar ou alterar a opinião da comunidade em relação a iniciativas cuja implementação e características já foram definidas. Quanto ao nível informação, pode-se afirmar que já constitui um passo significativo para a real participação; porém, a participação efetiva se dá a partir da consulta, em que a influência da comunidade começa a ser mais efetiva e significativa.

O desenvolvimento como transformação da sociedade local consiste no movimento ou processo balizado de etapas que caracteriza a passagem de um estado "cultural" existente para outro, para um novo paradigma, e a participação pode ser um elo, caminho para atingi-lo, baseado nas dimensões sustentáveis, ambiental, econômico e social, configurando-se em um desenvolvimento local e sustentável.

O desenvolvimento local nesse trabalho é compreendido como a construção pelos atores locais de ações acerca de sua localidade e território, no acompanhamento e influências sobre as políticas públicas aplicáveis em seu território, mediante a participação.

O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é compreendido como estabelecendo uma relação do local com o global, dentro das dimensões socioambientais para a manutenção de futuras gerações.

#### **Boxe 09 – Desenvolvimento Local e Sustentável**

A sustentabilidade vem evoluindo ao longo do tempo de sobrevivência da organização, para o consenso de que é preciso sobreviver sem comprometer as gerações futuras, fazendo emergir uma perspectiva tridimensional, incorporando as dimensões econômicas, social e ambiental, triple bottom line (linha de fundo triplo) a tudo que se deseja realizar, do local para o global (CARVALHO; PALADINI, 2012). Não se faz a sustentabilidade sem o desenvolvimento local.

Segundo Brito (2006), o processo de desenvolvimento local emerge no instante em que no conjunto dos países industrializados, o Estado, poder político centralizado, e as coletividades locais mudam a forma de relacionamento, conhecem tensões e realizam a descentralização.

Já Lima (2007), afirma que desenvolvimento local baseia-se na capacidade criativa, nos valores e potencialidades, nas formas de expressão cultural e na participação coletiva de uma dada comunidade, de sua identidade comunitária. Por sua vez, Buarque (1998), considera que desenvolvimento local é uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais de se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas potencialidades e especificidades.

Segundo Cardoso (2006), no processo de tomada de decisão de políticas públicas, por exemplo, é fundamental que os participantes, população tradicional e não tradicional, tenham um equilíbrio de demandas contempladas; visto que o desenvolvimento local emerge do empoderamento da comunidade; em face da conexão das duas dimensões de desenvolvimento: 1-relacionada à satisfação das necessidades elementares da população; e 2-noção universalmente desejada no processo de acumulação global. Dimensões que trazem perspectivas de sustentabilidade e debates, às vezes conflitantes, devido os diferentes modelos de desenvolvimento. Contudo, não há um modelo de democracia, tão pouco um modelo de participação, mas uma necessidade de uma participação mais ampla, em que se inclui o processo decisório de políticas públicas, a democracia participativa, que apresenta dilemas de efetivação.

A internacionalização do capitalismo acarreta a discussão em torno da oportunidade de mudança na forma de racionalização e intervenção do Estado, e de suas instituições, na economia, onde o processo de desenvolvimento local emerge no instante em que no conjunto dos países industrializados, o Estado, poder político centralizado, e as coletividades locais mudam a forma de relacionamento, conhecem tensões e realizam a descentralização (BRITO, 2006).

Para Albuquerque (1998), o desenvolvimento local é um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda; que surge como um fenômeno que coloca em evidência: os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir; e os projetos coletivos. Objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e os micros empresários para que gerem empregos sustentáveis.

O local, segundo Joyal (1994), é entendido como um meio de pertença que permite a uma população reconhecer em si traços característicos, e mesmo laços de solidariedade, que exercem certa influência sobre as mudanças socioeconômicas em favor das formas de intervenção oferecidas pelas instituições governamentais e associativas. O local ou região, para Albagli e Maciel (2004), dispõe de diferentes combinações de características e bens coletivos (físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais) que influenciam sua capacidade de produzir conhecimento, de aprender e de inovar.

Nessas interações locais, desenvolve-se um conhecimento coletivo, o qual é diferenciado e desigualmente distribuído, podendo ou não constituir importante fonte de dinamismo para aquele ambiente, que não corresponde simplesmente à soma de conhecimentos de indivíduos e organizações; resulta das sinergias geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento. A territorialidade, assim, reflete o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social; a partir da coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico (o local), engendrando um sentimento de sobrevivência do coletivo e referências socioculturais comuns, ainda que considerada a diversidade de interesses ali presentes. (ALBAGLI e MACIEL, 2004).

Barquero (1999) concebe o local como um sistema de relações que configuram o ambiente local, a dimensão cognitiva dos atores (expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação) é determinante de sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local.

Portanto, estas categorias desenvolvimento e local compõem significados coletivos e ações que incluem



estratégias fundamentais como a participação dos trabalhadores locais na redefinição da organização produtiva, a adaptação do sistema educativo e de capacitação profissional à problemática produtiva e social territorial; e a existência de políticas específicas de apoio e acesso aos serviços avançados de produção (ALBUQUERQUE, 1998). Todavia, para Brito (2006), os elementos básicos das iniciativas locais de desenvolvimento são, dentre a coordenação dos diversos agentes públicos e privados que atua no território, o acesso aos serviços estratégicos para incorporação de inovações tecnológicas no território, mas fundamentalmente, o estímulo às lideranças emergentes.

Desta forma, o desenvolvimento como transformação da sociedade local consiste no movimento ou processo balizado de etapas que caracteriza a passagem de um estado "cultural" existente para outro, para um novo paradigma; decorrente das seguintes etapas: 1-caracterização das localidades com objetivo de estabelecer o diagnóstico de um território para analisar as condições de ação de suas políticas de desenvolvimento e avaliar seus efeitos; 2-caracterização das políticas e das escolhas estratégicas com o objetivo de identificar a estreita ligação entre a vontade de mudança e a capacidade de iniciativa dos líderes locais para encarar os desafios econômicos e sociais diagnosticados; 3-apreensão do momento da emergência e criação dos atores do desenvolvimento, dos serviços de administração do Estado, e dos serviços territoriais envolvidos nas políticas de desenvolvimento; e 4-mobilização que se organiza à proporção dos acontecimentos ocorridos no território ou a partir dos projetos iniciados pelos responsáveis locais (BRITO, 2006).

Essas categorias conceituais subsidiaram a afirmação de um território em movimento, que nasceu de uma concepção inicial, a partir dos estudos de território como espaço de formação e conformação identitária, onde se estabelece um movimento da sociedade para uma identidade de projeto, na busca da transformação de sua estrutura social e desenvolvimento local, que acontecem permanentemente, seja em seus aspectos políticos, econômicos, culturais, históricos, sociais e ambientais (IBIAPINA, 2011).

Os estudos sobre a Resex de São João da Ponta possibilitaram uma interpretação de um território, mostrando um caminho percorrido para revelar que o território em movimento na Amazônia é o território da ação local com inovação social, ou seja, a ação local e a inovação social são as duas categorias do território em movimento, possível pela participação social ativa.

A ação local sustenta no território em movimento uma atitude, que apesar de ser presa à uma ação institucional (cumprir as ações de Resex como modelo institucional) exercita uma ação de associação (por estar buscando, continuamente, pelo consenso, soluções para as necessidades de comunidade).

A inovação social sustenta no território em movimento uma atitude, que apesar de estar presa à uma construção social por resultado (pelo dever de concretizar os instrumentos legais e obrigações de Resex como modelo institucional) produz criações sociais por processos construídos de maneira constante e contínua.

A participação social ativa é aquela que busca conhecimento pela aprendizagem coletiva, de resistência e de agregação pelo consenso, em uma espécie de conformação, de ajustamento, até um novo ciclo entre ator individual e coletivo.

As dinâmicas ou movimentos sociohistóricos no território são as produções sociais concretas que objetivam o desenvolvimento local e sustentável; que podem ser visualizados no mapa cognitivo de território em movimento na figura 19:

A cognição é um conceito geral que alcança todas as formas de conhecimento, incluídos a percepção, o raciocínio e o julgamento (Chaplin, 1985). Os mapas cognitivos podem ser entendidos como representações gráficas de conjuntos de representações discursivas feitas por um sujeito (o ator) com vistas a um objeto (o problema), em contextos de interações particular, segundo Cossete e Audet (1992). Essa representação gráfica é o resultado da interpretação mental que o analista (facilitador) faz a partir da representação discursiva feita pelo sujeito (ator) sobre um problema. [...]. preconiza-se a neutralidade. [...]. (JARDIM, 2000, p. 2).

**Figura 19:** Mapa Cognitivo de Território em Movimento.



Fonte: Interpretação Hermenêutica de Território em Movimento.

O território de São João da Ponta é um território em movimento na Amazônia em virtude de ser um território da ação local de associação (de consenso e de comunidade) e inovação social por processos contínuos (aberta a parcerias e conformações ou ajustamentos sociais), pela participação ativa (de aprendizagem, resistência e consenso) entre ator individual e coletivo, produzindo dinâmicas sociohistóricas e socioculturais com vistas ao desenvolvimento local e sustentável que emergem o território como referência socioambiental.

**Boxe 10 – Conclusão do Capítulo 4: “O município na Resex e a Resex no município: o território em movimento”**

Este capítulo abordou a conexão institucional entre município e Resex no território em movimento de São João da Ponta, no processo de emancipação e criação da Resex, pelo ator coletivo, a Associação Mocajum.

A Associação Mocajum foi apresentada como uma dinâmica associativa ambientalizada por estabelecer duas ações locais: a institucional e a de associação.

A Associação Mocajum como ação institucional constrói uma ação de agir de consenso racional, com fins a atender um modelo estabelecido para as Resex; que apresentam uma série de entraves, como: problemas de recursos e prazos para finalização do Plano de Manejo Participativo; mudança de gestão nos órgãos reguladores; falta de recurso próprio para gerir sua Resex que atrapalha o processo de mobilização e participação social; álcool, drogas e manejo insustentável; dificuldade de sistematização das atividades operacionais: cadastro, atas, documentos institucionais e recursos humanos; necessidade de maior educação ambiental; entre outros.

Contudo, estes entraves são obstáculos enfrentados pela Associação Mocajum, como ação de associação que estabelece uma ação de agir de consenso de comunidade, com fins à ação local com inovação social na formação de parcerias, governamentais e não governamentais com comprometimento socioambiental.

A Associação Mocajum no processo de participação social protagoniza-se pela pauta dos problemas locais presentes no Conselho Deliberativo, desencadeando um interesse na participação, um desejo de saber o que foi discutido e resolvido; inovando quando busca a soluções dos problemas, que perpassa não somente pela Resex, mas pelo município, pelo território, pelo nordeste paraense e pela Amazônia.

Portanto, a ação local de inovação constante e contínua dá a São João da Ponta a possibilidade de um caminho para suas construções socioambientais que emergem protagonizando melhorias locais, por ser um território em movimento.

**Boxe 11 – Conclusão da Parte II: “Do Acre ao Pará: caminhos de uma ação local territorial em direção aos manguezais amazônicos”**

A Resex como referência socioambiental na Amazônia se movimentou do Acre ao Estado do Pará entrando pelas reservas criadas no oeste paraense, de característica também florestal, até chegar ao nordeste paraense pela inquietação local para a proteção de seu manguezal.

A Resex de São João da Ponta emergiu no nordeste paraense, impulsionada por ações locais, individuais e coletivas que interagiam em diversos aspectos do território, desde 1998, com Nelson Almeida Santa Brígida (ator individual) e Waldemar Vergara, do Ibama inicialmente, e depois ICMBio (ator coletivo).

Motivações de atores locais construídas por dinâmicas sociohistóricas ou movimentos socioterritoriais como a emancipação municipal, que buscava autonomia e independência para se desenvolver enquanto território, encontrando na Resex essa possibilidade e, como Resex, que precisava de um município autônomo, concretizando-se logo após a desvinculação político-administrativa de São Caetano de Odivelas. Mas, também construídas pelas dinâmicas socioculturais que apresentam práticas locais singulares que protagonizam o território.

Com a institucionalização da Resex, torna-se um ator coletivo a Associação Mocaçuim como dinâmica associativa ambientalizada, como elo entre Resex e município na busca de políticas públicas, projetos e parceiras para seus usuários e munícipes, em articulação no Conselho Deliberativo, de presidência do ICMBio.

A emergência ou protagonismo da Resex de São João da Ponta está no olhar para os problemas locais em sua amplitude e responsabilidade, sendo um território de aprendizagem coletiva, de resistência e de consenso, com enfrentamento aos problemas em meio a um contexto político, econômico, social, cultural e ambiental brasileiro, de reafirmação de processos excludentes na Amazônia, que optou por alternativas e parcerias.

Portanto, São João da Ponta executa ação local, associativamente, com inovação social, continuamente; emergindo enquanto um território em movimento, de referência socioambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Resex tem em sua conjunção de formatos e processos sociais, um horizonte hermenêutico que possibilita na riqueza de um passado, fazer o presente, em meio a dificuldades, um futuro das Resex com sua função socioambiental e voltada para os interesses locais.

Os legados da inovação social de Resex de Chico Mendes colocaram as Resex como referência socioambiental na Amazônia, mas em um modelo institucional, que cada vez mais tem apresentado, do ponto de vista governamental, falta de recursos de recursos, intencionalmente ou não, em um contexto social brasileiro de desencantamento social que prejudica as ações locais. E do ponto de vista, da maioria das Resex um cenário de participação social prejudicada pelos obstáculos institucionais postos, como verificados na Parte I e II.

A Parte I - “Resex: constituição de uma referência socioambiental na Amazônia brasileira” destacou a Resex na tríade: inovação-modelo institucional-inovação contínua, ou seja, com um caminho da Resex autônoma, passando por um controle por ser modelo institucional até uma postura com mais autonomia, enquanto escolha em suas ações locais.

A Parte II - “Do Acre ao Pará: caminhos de uma ação local territorial em direção dos manguezais amazônicos” trouxe a emergência de um território pelo estudo de caso da Resex de São João da Ponta com movimentos sociohistóricos ou socioterritoriais em conexão com o desenvolvimento local, como a emancipação municipal e a criação da Resex; ou seja, um caminho possível pelo movimento sociocultural de ação social com inovação de processos contínuos que viabilizam dinâmicas de políticas públicas, projetos e parcerias no território.

Atingir o desenvolvimento local é conceber uma filosofia de vida de que as ações locais não devem parar e que as inovações sociais não significam rapidez no processo, pois é dinâmico, mas não ágil à medida das necessidades urgentes que os territórios amazônicos se encontram. Essa filosofia é apreendida coletivamente na Resex de São João da Ponta, pela Associação Mocaçuim e seu Conselho Deliberativo. Isto é, mostra uma ambientalização de mudança, que mesmo de forma mais lenta; porém, constante; apesar das adversidades encontradas no cotidiano dos atores sociais que vivem no território.

No Conselho Deliberativo da Resex usuários e parceiros, públicos e/ou privados, questionam e cobram do Estado as políticas públicas que devem compor as necessidades discutidas em seus programas e projetos de futuro da Resex; registram em documentos; contestam as instituições parceiras e seus interesses não revelados; contestam o mundo e seu

futuro frente às dificuldades da e na Amazônia; e convergem a um consenso para solucionar os problemas debatidos.

O Plano de Manejo Participativo como um dos principais instrumentos de gestão de uma Resex, dentro do modelo institucional, em São João da Ponta é construído diariamente, não é elaborado e executado para prestação de contas impostas pelas burocracias, mas como um diário de suas atividades, ajustado em meio à sua execução, isso é inovação social contínua para o desenvolvimento local e sustentável, possível pela participação, ativa que cumpre aquilo que entende ser viável e executável, de ajustes em momentos necessários e, na maioria das vezes, distintos do tempo do governo, em termos de recursos financeiro e humano.

A escolha em agir localmente pela inovação social de processos construídos para as soluções pontuais que se apresentam no território, alterando de forma singular pela participação ativa que tem referência socioambiental no nordeste paraense, por ser um território sempre em negociação, em conformação, em ajustamento, em conflito, em contradições, em construção.

Todavia, há uma contradição nas Resex, fundamentalmente, na prática participativa contemporânea e na não contestação de uma estrutura econômica que exclui os povos da Amazônia diferente do Movimento Seringueiro como ator coletivo na época de concepção das Resex. Isso se deve ao fato de que, atualmente, o ator coletivo é governamental, o ICMBio, presidindo o Conselho Deliberativo.

Há aí uma clara e evidente mudança, de ator coletivo que seja de dentro da população tradicional com autonomia e o ator coletivo que agrega a população tradicional em um protagonismo no território, que para emergir precisa criar formas, em qualquer uma, carregada de obstáculos que o faça desistir se colocado em um cenário de Estado que não incentiva o desenvolvimento local nas e pelas Resex. Forma essa que São João da Ponta encontrou, porque emerge pela importância que dá aos problemas operacionalizados com vistas às soluções territoriais olhando para a solução dos mesmos e não para as amarras de um modelo institucional, agregando diferentes atores e parceiros.

O futuro da Resex de São João da Ponta depende das alternativas inovadoras das ações locais, mesmo dentro de um modelo institucional, na Amazônia, onde se configura muitos conflitos em torno de seu patrimônio natural e de diversidade ameaçados a cada momento. E atento a isso, a Resex de São João da Ponta centra-se na amplitude do processo participativo de mulheres, jovens, idosos, mais parceiros, agregando valores ao seu território, denominado pelos usuários de “Maretório”, com instrumentos de participação ativa, muitas

vezes de resistência, mas buscando parcerias, nacionais e internacionais, para trocas de experiência, de um lado, com a população tradicional e, de outro, uma mescla de atores e instituições, criando ações abertas a seus processos econômicos, sociais, culturais e ambientais para atingir um desenvolvimento local e sustentável tão almejado.

A associação entre os usuários da Resex são fortalecidas de forma que possibilitam o enfrentamento de maneira consciente os desafios do modelo institucional, sendo indispensável o exercício da cidadania, dentro de uma ambientalização possível pela Associação Mocajum.

A Associação Mocajum é a expressão das dinâmicas coletivas mais abrangentes, enquanto ator coletivo, defensor dos direitos territoriais; no entanto, nela materializam desafios, enfrentamentos, resistências de processos sociais que integram problemas comuns no nordeste paraense, tornando-se referência num movimento territorial de protagonismo de uma população local com participação ativa.

A questão central da pesquisa, assim, foi relacionada às construções das relações sociais dos movimentos do território de São João da Ponta que o colocam em um processo de emergência territorial pela ação local que as construções foram de relações sociais sociohistóricas (movimentos socioterritoriais: território e movimento identitário) e socioculturais (movimento cultural: ação local, inovação social, participação ativa e desenvolvimento local e sustentável).

O objetivo, por sua vez, foi demonstrar e interpretar pela sociologia da ação local as relações sociais que compõem o processo de emergência do território de São João da Ponta enquanto município e Resex, pela concepção de território em movimento na Amazônia.

Os objetivos, especificamente, possibilitaram apresentar a Resex de São João da Ponta em sua constituição como uma referência socioambiental na Amazônia brasileira, pela proteção dos manguezais amazônicos de maneira integrada com o nordeste paraense e trocas de experiências com demais regiões do estado, da Amazônia e do Brasil, bem como a ação social com inovação de processos de forma contínua.

Descrever os movimentos (constituição do município e constituição da Resex) do território como dinâmicas centrais em São João da Ponta, desde as lutas de emancipação até a criação da Resex com ações institucionais e ação de associação que registraram a busca por alternativas diferenciadas frente aos desafios da falta de recursos e organizacionais frente a um modelo institucional legitimado, fundamentada em uma cultura histórica de lutas sociais.

Interpretar as relações sociais dos usuários da Resex a partir da Associação Mocajum descrevendo o território em movimento na Amazônia, território da ação local deuse pela construção teórica da afirmação de que território em movimento na Amazônia,

portanto, é o território da ação local de associação e inovação social por processos contínuos pela participação ativa (de aprendizagem, resistência e consenso) entre ator individual e coletivo, produzindo dinâmicas sociohistóricas e socioculturais com vistas ao desenvolvimento local e sustentável que emergem o território como referência socioambiental.

Para demonstrar as especificidades do caso de emergência territorial de São João da Ponta em um contexto de ambientalização pelo instrumento Resex que pode se constituir em inovação nas expectativas sociais e políticas menos excludentes na Amazônia foram apresentadas com o resultado um território que emerge por ser inovação contínua dentro de um modelo institucional e por ser elo de ligação entre ação local e desenvolvimento local.

O aspecto sociocultural do território em movimento é fundamental para os aspectos sociohistóricos produzirem resultados satisfatórios para a população local, visto que há em São João da Ponta, a cultura da coletividade, monitorada por todos para o fortalecimento de suas relações sociais que os conduzem à busca incansável e incessante do desenvolvimento local.



## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Informação e conhecimento na inovação e desenvolvimento local. **Revista ciência da informação**. v. 33, set/dez, 2004.
- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento local e distribuição do progresso técnico** - uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná: Editora UFPR, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. (Ed.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo: Cortez, 1978.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2016, Belém: Hotel Princesa Louçã, 27 jul. 2016. Atividade de Perfuração Marítima na Bacia da Foz do Amazonas Blocos FZA-M-57, FZA-M-86, FZA-M-88, FZA-M-125 e FZA-M-127, Estudo de Impacto Ambiental. Brasília: IBAMA/Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2016.
- AVIZ, Adriana de. **A Empresa pesqueira em Icoaraci: tempo e disciplina**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- BATISTA, I. M. S. Participação, Organização Social e Desenvolvimento Sustentável no Contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém: UFPA, 2010.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999. p. 23-128.
- BRASIL. Lei Presidencial nº 11.516 de 28 de agosto de 2007. Cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 28 ago. 2007.**
- BRASIL. Instrução Normativa nº 01 de 18 de setembro de 2007/ICMBio. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração do Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 20 set. 2007.**
- BRASIL. Instrução Normativa nº 02 de 18 de setembro de 2007/ICMBio. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 20 set. 2007.**
- BRASIL. Portaria nº 11, de 05 de fevereiro de 2007. Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de São João da Ponta, cuja finalidade é contribuir com ações voltadas à efetiva

implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 06 fev. 2007.**

BRASIL. Decreto-lei Presidencial s/nº, de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 16 dez. 2002.**

BIROLO, Fernanda. Caso Chico Mendes: as fontes que contam a história. In: X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: sociedades desiguais e paradigmas em confronto., 10, 2008. Braga. **Anais Eletrônicos...** Braga: Universidade de Minho, 2008. Disponível em: <<http://www.xconglab.wordpress.com>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BRITO, Lydia Maria P. Desenvolvimento Local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26, 2006, Fortaleza. **Anais eletrônicos.** Fortaleza: Abepro, 2006. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006\\_TR560372\\_6797.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_6797.pdf)> . Acesso em: 10 abril. 2009.

BLANCHÉ, R.A. **Epistemologia.** Lisboa: Editorial Presença, 1988.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília: IICA,1998.

CABUGUEIRA, Artur Carlos C. M. Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e desenvolvimento:** revista da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, n.9, p. 103-136, 2000.

CADASTRO Nacional de Unidade de Conservação (CNUC), 2017. Brasília: Governo do Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CARACTERIZAÇÃO dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares (Diagnóstico Socioambiental). São João da Ponta: ICMBio, 2010.

CARDOSO, Denise Machado. **O Processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local:** Rio Arraiolos - Almeirim/Pará . 2006. 288 f . Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade:** teorias e casos. Rio de Janeiro: Elsevier: ABREPO, 2012

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHAMADA pública de projetos - Fundo Amazônia – nº 01/2017, consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/Departamento de Gestão do Fundo Amazônia – DEFAM, 2017. Disponível em: Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/fonte de recursos/](https://www.bndes.gov.br/fonte%20de%20recursos/)>. Acesso em: 07 nov. 2017.

COHEN, Gerald Allan. **A teoria da história de Karl Marx:** uma defesa. Tradução Ângela Lazagna. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

CONHEÇA os biomas brasileiros. Brasília: Governo do Brasil/MMA, 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009>>. Acesso em: 03 set. 2017.

CONSERVAÇÃO Internacional, 2017. Disponível em: <<http://www.conservation.org/brasil>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, p.175-186, jan./jun., 1992.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo: ENGA, 2009, p.1-25.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: MATO, D. (Coord.) **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.

ELEIÇÕES. Tribunal Regional Eleitoral. Brasília: Governo do Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009>>. Acesso em: 03 set. 2017.

ESTATUTO da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (MOCAJUM). São João da Ponta: Associação MOCAJUM, 2013.

FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. História do Amazonas, Estado do Amazonas Especial. 2004. Disponível em: <<http://www.povosamazonia.am.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

FERREIRA, Welington Morais. Diagnóstico Ambiental da Reserva Extrativista de São João da Ponta: Subsídios para o Planejamento Ambiental, 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2012.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, Estado e Sociedade**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

FREIRE, João. Reserva Extrativista Chico Mendes torna possível o desenvolvimento sustentável. Brasília: ICMBio, 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.org.br>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

FREIRE, Jussara Freire e ROCHA, Lia de Mattos. Para Uma Sociografia da Sociologia Urbana Brasileira: a Obra de Luiz Antônio Machado da Silva. **Revista Antropológica**. Niterói, n. 28, p. 69-91, 1. sem. 2010.

GADAMER, H.G. **Verdade e Método**. VI e V II. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho, 2003.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEISTDOERFER, Aliette. **Ethnologie des activités halieutiques**. CNRS & Université Paris x – Nanterre/Tradução e síntese por FURTADO, Lourdes, 2000.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Revista Pesquisa e Debate, São Paulo**, v. 13, n. 1, p. 30-45, 2002.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos. Rede Mobilizadores, 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/coep>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. **Desenvolvimento territorial em unidades de conservação:** o caso da RESEX marinha de São João da Ponta – PA, 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém: UFPA, 2012.

GUEDES, André Teles. Florestan Fernandes e o Lugar da USP na História da Sociologia no Brasil. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Dos multiterritórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre: [Sn], 2004.

\_\_\_\_\_. Desterritorização, multiterritorialidade e regionalização. In: Ministério da Integração Nacional. **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Capítulo 1.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006, p.29-70.

HORKHEIMER, M; ADORNO, T. Sociologia e investigação social empírica. In.: **Temas Básicos de Sociologia.** São Paulo: Cultrix, 1978.

HORKHEIMER, M. **Filosofia e teoria crítica.** São Paulo: AbrilCultural, 1983.

HULGARD, Lars; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? **Revista Ciências Sociais Unisinos.** v. 46, n. 3 set./dez. 2010

IBIAPINA, Rosa. Território em Movimento, Gestão Participativa e Desenvolvimento Local: Vitória do Xingu (PA) em foco, 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração – Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém: UNAMA, 2011.

JARDIM, Sérgio Brião. **Mapas Cognitivos:** um caminho para construir estratégias. Doutor em Engenharia dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental Instituto de Pesquisas Hidráulicas, UFRGS – Porto Alegre - RS - Professor/Pesquisador – PUCRS. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2000.

JOYAL, A. **community economic development:** the Montreal examples dans community economic development in Canada. Montréal :Les Éditions Transcontinentales,1994.

KARL, Marx; ENGELS, Friedrich (1848). **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: L&PM, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. 6. ed.. São Paulo: Atlas, 1990.

LEHER, R. Movimentos Sociais, democracia e educação. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.) **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 187-211, 2002.

LIMA, Vanuza Ribeiro de *et al.* História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **História e Perspectivas.** Uberlândia, v.1, n.3637, p.363-388, jan.-dez., 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Tópicos especiais da pesquisa científica com ênfase no direito e na sociologia:** a construção do problema, a questão básica, a hipótese de trabalho, a teoria na pesquisa e a revisão da literatura. Belém: UFPA, 2016.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação Político-Administrativa de Municípios no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Carlos Wagner *et al.* (Orgs.) **Dinâmica dos municípios.** Brasília: Ipea, 2008.

MASARYK in CAPEK, Karel. Hovory s T.G.M cit.in Patočka. Jan. **Spiritual Crisis of European Humanity in Husserl and Masaryk.** Novak. Josef. 1988. *On Masaryk, Texts in English and German.* Amsterdam: Rodopi, p.113.

MANOLI, Alexandru. **Repensar a Política:** acerca da dissidência e da antipolítica no pensamento político de Václav Havel. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Área de Especialização Ciência Política. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

MENDES, Chico. **O testamento do homem da floresta:** Chico Mendes por ele mesmo. Organização, notas e introdução de Cândido Grzybowski. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Kátia. **Caminhos da Sociologia da ética:** questões hermenêuticas em Max Weber e Paul Ricouer. Anais Seminário ética e sociedade. UFPA, 2011 e congresso SBS 2013.

MELLO, Luiz Gonzaga. **Antropologia Cultural:** Iniciação, Teoria e Tema. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MIRALHA, W. ; NUNES, M. ; BORDO, A. As diferentes abordagens do conceito de território. In: SEMANA DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP, 6., 2005, Presidente Prudente, SP. **Anais eletrônicos.** São Paulo: FCT/UNESP, 2005. 1 cd-rom.

MOCAJUIM. Disponível em: <http://mocajuim.blogspot.com.br/p/a-mocajuim.html>. Acesso em: 02 nov. 2013.

MOCAJUIM – Associação de Usuários da Resex Marinha de São João da Ponta. Disponível em: [www.mocajuim.blogspot.com.br](http://www.mocajuim.blogspot.com.br). Acesso em: 01 set. 2014.

MOCAJUIM – Associação de Usuários da Resex Marinha de São João da Ponta. Disponível em: [www.mocajuim.blogspot.com.br](http://www.mocajuim.blogspot.com.br). Acesso em: 09 nov. 2015.

MOCAJUIM – Associação de Usuários da Resex Marinha de São João da Ponta. Disponível em: [www.mocajuim.blogspot.com.br](http://www.mocajuim.blogspot.com.br). Acesso em: 03 mar. 2016.

MOREIRA, Carla Cilene Siqueira Moreira. De "guardiões da floresta" a "beneficiário": o Programa Bolsa Verde na Reserva Extrativista de São João da Ponta. 2017. f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém: UFPA, 2017.

NAVARRO, E. A. **Método moderno de tupi antigo:** a língua do Brasil dos primeiros séculos. 3ª ed. São Paulo: Global, 2005.

**NBR 14724:** informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Abril. 2011.

**NBR 10520:** informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Agosto. 2002.

**NBR 6023:** informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Agosto. 2002.

ORIGEM e evolução histórica de São João da Ponta. Disponível em <http://geppam.blogspot.com.br/p/sao-joao-da-ponta-pa.html>. Acesso em: 2 nov. 2013.

OLIVEIRA, Adriano Joel de et al. **Policiamento Comunitário: Pesquisa Sociográfica no Bairro Hugo Lange**. Polícia Militar do Paraná: Diretoria de Ensino e Pesquisa Academia Policial Militar do Guatupê. Curitiba: Escola Superior de Segurança Pública Escola de Oficiais, 2013.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, Apr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. A Reflexão Metodológica em Florestan Fernandes. **Revista USP**. São Paulo (29), 82-85, mar - mai, 1996.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. **Série Antropologia Vol. 413**, Brasília: DAN/UnB, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: Coprodução de uma Ação Pública em um Território em Recomposição, 2018. 231 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Doutorado em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFFA). Belém: UFFA, 2018.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. O Saber da Filosofia. Lisboa: Edições 70, 1969.

PARÁ. Diretoria de Integração Regional. **Atlas de Integração Regional do Estado do Pará**. Secretaria de Estado de Integração Regional. Belém: SEIR, 2010.

PARÁ (Estado). Lei Estadual nº 5.920, de 27 de dezembro de 1995. Cria o Município de São João da Ponta, com Território Desmembrado do Município de São Caetano de Odivelas. Diário Oficial do Estado nº 28.119, de 28 dez. 1995.

PASSOS, Patrick Heleno dos Santos. **Ciência ao Sabor do Mangue: o saber do caranguejeiro melhorando a condição de trabalho e renda**, 2015. 172f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Castanhal: IFPA, 2015.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Sílvio Simione da. Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. In: X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: sociedades desiguais e paradigmas em confronto., 10, 2008. Braga. **Anais Eletrônicos...** Braga: Universidade de Minho, 2008. Disponível em: <<http://www.xconglab.wordpress.com>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PRIMEIROS resultados do censo 2010. [S. l.]: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

PROGRAMA Bolsa Verde. Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESERVA extrativista Chico Mendes é modelo de sustentabilidade. Brasília: Governo do Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014>>. Acesso em: 03 set. 2017.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. Plebiscito e referendo: instrumentos da democracia direta: uma reflexão jurídica sobre a teoria e prática de sua utilização. **Revista Jurídica**. Brasília, v. 7, n. 74, p.01-09, ago/set, 2005.

RESEX Marinha de São João da Ponta. Disponível em: <<http://www.mocajuim.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2013.

RESEX Marinha de São João da Ponta. Disponível em: <<http://www.mocajuim.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

RESEX Marinha de São João da Ponta. Disponível em: <<http://www.mocajuim.blogspot.com.br>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

RESEX Marinha de São João da Ponta. Disponível em: <<http://www.mocajuim.blogspot.com.br>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

RESEX Marinha de São João da Ponta. Disponível em: <<http://www.mocajuim.blogspot.com.br>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2016.

REGIÃO de Integração da Secretaria de Estado de Integração Regional - SEIR. Belém: SEIR, [20--]. Disponível em: <<http://www.seir.pa.gov.br>>. Acesso em: 19 mai. 2010.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. Participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia. **Revista de Pós-graduação em Ciências Sociais**. V.9, n.18, jul/dez. 2012.

RICOUER, Paul. **Interpretação e Ideologias**: organização, tradução e apresentação de Milton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RIGO, Ariádne Scalfoni; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. Análise de Redes Sociais e Existência de Capital Social em um Projeto de Desenvolvimento Local. In: **Cadernos gestão social**, Salvador, v.1, n.1, p. 1-16.2007. Edição especial. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

RIVERA, Danielle Santa Brígida. **Conhecimento Tradicional como instrumento para conservação e manejo do caranguejo uçá *ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) na reserva extrativista marinha de São João da Ponta (PA)**, 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia) – Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus: INPA, 2015.

RODRIGUES, Walter Luiz Jardim. **Memórias de São João da Ponta – PA**: a partir de narrativas orais. 1 ed. Belém: GEPPAM/UFPA, 2013.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Reservas Extrativistas no Acre: atores e trajetórias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34, 2007. Caxambu. **Anais Eletrônicos MR 4 - Atores e**

projetos do socioambientalismo na Amazônia brasileira. Caxambu-MG: ANPOCS, 2007. Mesa-Redonda Disponível em: <<http://www.anpocs.com.br/index.php/papers-37-encontro>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Hermílio; VÔLTER, Bettina; WELLER, Wivian. Narrativas: teorias e práticas. **Revista Civitas**. Porto Alegre, v.14, n. 2, p. 199-203, mai./ago., 2014

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

São João da Ponta (Município). Estatuto da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (MOCAJUIM), de 11 de março de 2013, São João da Ponta, 2013.

SÃO JOÃO DA PONTA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE: Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2016.

SIGNIFICADO de Sociografia. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/sociografia/>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

SILVA, Orlando Sampaio. **A vontade de Potência**. São Paulo: Chiado Editora, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TEISSERENC, P. **Ambientalização e Territorialização**: situando o debate e no contexto da Amazônia brasileira. Revista Antropologia Política. Niterói, n. 29, p. 153-179, 2. sem., 2010.

TEISSERENC, P. (2006). **La mobilisation des acteurs dans l'action publique locale au Brésil, en France et en Tunisie**. Éditions de l'Harmattan, coll. Logiques sociales, 287 p., 2006.

UNIDADES de conservação sob risco: ofensivas contra áreas protegidas abrange quase uma área do tamanho de Portugal. WWF/ Dossiê 2017. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2016.

VASCONCELLOS, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de. Ação coletiva, parceria e empoderamento. In: TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz (Orgs.). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

WAGNER, Alfredo. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum, p.137-211. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos/coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.



WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Tradução WERNET, Augustin. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, Robert K. **Pesquisa Estudo de Caso: Desenho e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 1994.

**APÊNDICE**

- APÊNDICE A** - Modelo de Carta de Apresentação da Pesquisa
- APÊNDICE B** - Modelo de Termo de Autorização de Uso de Imagem
- APÊNDICE C** - Modelo de Diário de Campo
- APÊNDICE D** - Cronograma de Pesquisa de Doutorado

**APÊNDICE A - Modelo de Carta de Apresentação da Pesquisa**

**Serviço Público Federal  
Universidade Federal do Pará – UFPA  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PESQUISA**

Eu, **ROSA IBIAPINA DOS SANTOS**, estudante do Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), estou realizando a Pesquisa para fins de elaboração de Tese de Doutorado, sob a orientação da Profa Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc, com o tema provisório: **Território em Movimento na Amazônia: Ação Social e Desenvolvimento Local em Resex de São João da Ponta (PA)**. Para tanto, necessita-se de sua preciosa contribuição para pesquisa.

\_\_\_\_\_, dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

(assinatura)

Dados de contato:  
E-mail: rosaibiapina@yahoo.com.br  
Telefone: (91) 98127-0738.

**APÊNDICE B -** Modelo de Termo de Autorização de Uso de Imagem



**Serviço Público Federal  
Universidade Federal do Pará – UFPA  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM.**

**ADULTO**

Neste ato, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade RG nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente à Av/Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_/UF \_\_\_\_\_. Profissão: \_\_\_\_\_ AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos, vídeos e documentos, para ser utilizada em pesquisa de monografia para o trabalho de elaboração de Tese de Doutorado, da estudante pesquisadora Rosa Ibiapina, do curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Profa Dr<sup>a</sup>. Maria José da Silva Aquino Teisserenc, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a **título gratuito**, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, para a pesquisa científica e suas repercussões e trabalhos necessários. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_, dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone p/ contato: \_\_\_\_\_



### APÊNDICE D - Cronograma de Pesquisa de Doutorado

Atividades	MAR	JAN	JAN	JUL	AGO	JAN	JUL	AGO	JAN	JUL	JAN	AGO	JAN
	DEZ	JUN	JUN		DEZ	JUN		DEZ	JUN	DEZ	JUL	DEZ	MAR
	2013	2014	2014	2014	2014	2015	2015	2015	2016	2016	2017	2017	2018
Estudos Teóricos (Disciplinas Optativas) Levantamento Bibliográfico/Campo. Projeto de Pesquisa	█												
Fundamentação Teórica/ Disciplinas Obrigatórias		█											
Fundamentação Teórica Disciplinas Obrigatórias			█										
Pesquisa de Campo; Entrevista, documentação e observação.				█	█	█	█	█	█	█	█	█	
Pesquisa de Campo; Entrevista, documentação e observação/ Disc.Optativas					█	█	█	█	█	█	█	█	
Análise e interpretação dos Dados teoria	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	
Reformulação dos Instrumentos de Coleta de Dados/ Disc. Optativas.								█	█	█	█	█	
Qualificação: 22/06/2016 (22/09/2016) Depósito final									█	█			
Pesquisa de Campo/ Documentos, Entrevista e Observação									█	█	█	█	
Análise e interpretação dos Dados teoria									█	█	█	█	
Elaboração Tese	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	
Defesa													█

Fonte: Trajetória da pesquisa de tese, teórica e de campo – Rosa Ibiapina.

## ANEXO

- ANEXO A -** Lei 5.920 de 27 de dezembro de 1995 – Criação de São João da Ponta (PA)
- ANEXO B -** Extrato de Concessão nº7/2010 do DOU Nº61 de 31/03/2010, Cessão sob o regime de uso concessão de direito real ao uso gratuito da área de 3.203,00ha, compreendidos nos limites da Resex São João da Ponta à Associação Mocaçuim, por 20 anos, assinado em: 23/03/2010.
- ANEXO C -** Decreto s/nº de 13/12/2002 - Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, e dá outras providências.

**ANEXO A - Lei 5.920 de 27 de dezembro de 1995 – Criação de São João da Ponta (PA)****LEI Nº 5.920, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1995.**

Cria o Município de São João da Ponta, com Território Desmembrado do Município de São Caetano de Odivelas.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e seu Presidente nos termos do § 7º do artigo 108 da Constituição Estadual vigente, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de São João da Ponta com território desmembrado do Município de São Caetano de Odivelas.

Art. 2º - O Território do Município de São João da Ponta tem como limites os seguintes pontos e acidentes geográficos assim definidos:

I - Com o Município de Curuçá - começam no Rio Mocajuba, confronte a foz do furo da Júlia; segue para montante pelo talvegue do Rio Mocajuba até confrontar a foz de seu tributário direito, Igarapé da Prata.

II - Com o Município de Terra Alta – começam no Rio Mocajuba, confronte a foz do igarapé da Prata; segue para montante pelo talvegue do Rio Mocajuba até a foz de seu tributário esquerdo igarapé Pimenta; seguem para montante pelo curso do igarapé Pimenta até sua nascente.

III - Com o Município de São Caetano de Odivelas - Por uma reta de aproximadamente 7.000 (sete mil) metros, partindo da nascente do igarapé Pimenta até a foz do igarapé Açú na confluência com o Rio Mojuim na sua margem direita; seguem jusante pelo talvegue do Rio Mojuim até a foz do furo Santana; seguem pelo furo Santana até o Rio Maruimpanema; seguem para montante pelo curso do Rio Maruimpanema até o furo da Júlia e pelo curso deste até o ponto inicial do Rio Mocajuba.

Art. 3º - A eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do Município criado por esta Lei, dar-se-á por ocasião das eleições municipais gerais marcadas para o ano de 1996 de acordo com a legislação eleitoral vigente.

Art. 4º - O Município de São João da Ponta será oficialmente instalado em 1º de janeiro e 1997, com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos no pleito Municipal referido no artigo anterior.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1995.

Deputado ZENALDO COUTINHO  
Presidente

**DOE nº 28.119, de 28/12/1995**



**ANEXO B - Extrato de Concessão nº7/2010 do DOU Nº61 de 31/03/2010, Cessão sob o regime de uso concessão de direito real ao uso gratuito da área de 3.203,00ha, compreendidos nos limites da RESEX São João da Ponta à Associação Mocajuiu, por 20 anos, assinado em: 23/03/2010.**



258

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 61, quarta-feira, 31 de março de 2010

## DEPARTAMENTO DE AMBIENTE URBANO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00002/2010 ao Convênio Nº 00003/2008. Nº Processo: 0200000161200866. Convenientes: Concedente: DEPARTAMENTO DE AMBIENTE URBANO - DAU/AMA, Unidade Gestora: 440079, Gestão: 00001. Conveniente: CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE, CNPJ nº 08.696.074/0001-16. Objeto: Continui Objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Convênio até 29 de julho de 2011, nos termos do detalhamento do Plano de Trabalho, que faz parte integrante deste Aditivo, independente de transcrição. Vigência: 29/07/2008 a 29/07/2011. Data de Assinatura: 25/03/2010. Signatários: Concedente: SILVANO SILVERIO DA COSTA, CPF nº 229.379.606-00, Conveniente: MARIA TEREZA BEZERRA FARIAS SALES, CPF nº 211.872.663-53.

(SICONV - 30/03/2010)

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 1/2010

PROCESSO: 02070.001597/2010-91. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Viseu, Pira e Gurupi - ASSUREMAG. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 74.081 ha compreendido nos limites da Reserva Extrativista Marinha Gurupi-Pira, situado no município de Viseu/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela ASSUREMAG: JOSÉ CARLOS TAVARES SILVA - Presidente.

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 2/2010

PROCESSO: 02070.001502/2010-30. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururup - AMREMC. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 185.046,00 ha compreendido nos limites da Reserva Extrativista de Cururup, situado no município de Cururup/MA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela AMREMC: JOSELDNE FERREIRA FONSECA - Presidente.

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 3/2010

PROCESSO: 02070.001495/2010-76. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Amorema - AMOREMA. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 94.463,00 ha compreendido nos limites das reservas extrativistas Reserva Extrativista Mapuá, situado no município de Breves/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela AMOREMA: ANTONIO FERREIRA GONÇALVES - Presidente.

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 4/2010

PROCESSO: 02070.001498/2010-18. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua - AUREMAT. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 27.153,67 ha, compreendido nos limites da Reserva Extrativista de Marinha de Tracuateua, situado no município de Tracuateua/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela AUREMAT: JOÃO CARLOS GOMES DA SILVA - Presidente.

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 5/2010

PROCESSO: 02070.001497/2010-65. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã - AUREMAR. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 30.018,88 ha, compreendido nos limites da Reserva Extrativista de Marinha de Maracanã, situado no município de Maracanã/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela AUREMAR: GEREMIAS CORREA - Presidente.

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 6/2010

PROCESSO: 02070.001501/2010-95. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Araí Perobá - AUREMAP. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 11.479 ha, compreendido nos limites da Reserva Extrativista Marinha Araí Perobá, situado no município de Augusto Corrêa/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela AUREMAP: RONALDO RIBEIRO PIMENTA - Presidente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010033100258

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 7/2010

PROCESSO: 02070.001496/2010-11. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista São João da Ponta - MOCAJUJU. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 3.203,00 ha, compreendido nos limites da Reserva Extrativista São João da Ponta, situado no município de São João da Ponta/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela MOCAJUJU: ZACARIAS MONTEIRO BANDEIRA - Presidente.

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 8/2010

PROCESSO: 02070.001494/2010-21. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure - ASSUREMAS. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 27.463,58 ha, compreendido nos limites da Reserva Extrativista Marinha de Soure, situado no município de Soure/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela ASSUREMAS: PATRICIA FARIAS RIBEIRO - Presidente.

## EXTRATO DE CONCESSÃO Nº 9/2010

PROCESSO: 02070.001499/2010-54. CONCEDENTE: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. CONCESSIONÁRIA: Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá - AUREMAG. OBJETO: Cessão sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito e resolúvel da área de 37.062,09 ha, compreendido nos limites da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, situado no município de Curuçá/PA. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos. DATA DE ASSINATURA: 23/03/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pela AUREMAG: SANDRA REGINA PEREIRA GONÇALVES - Presidente.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Adesão que entre si celebraram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a GEAP - Fundação de Seguridade Social. OBJETO: Alterar o caput e os §§ 1º e 4º e excluir o § 5º da Clausula Primeira, § 2º da Clausula Segunda, o caput da Clausula Setta, o caput da Clausula Séntima, o § 2º da Clausula Décima Oitava e o caput e os §§ 1º a 4º da Clausula Vigésima do Convênio de Adesão assinado em 02 de maio de 2008, entre o ICMBio e a FUNDAÇÃO. DATA E ASSINATURA: 26/02/2010. Pelo ICMBio: RÔMULO JOSE FERNANDES BARRETO MELLO - Presidente. Pelo GEAP: ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Diretor Executivo.

## CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE AQUÁTICA E DOS RECURSOS PESQUEIROS CONTINENTAIS DA AMAZONIA

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 1/2010

O Pregoeiro Oficial da UAAF - Pirassununga/ICMBio, comunica aos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº 01/2010, realizado no dia 24/03/2010 às 09:30 h. Foi declarada vencedora a empresa AVAL - Empresa de Serviços Especializados Ltda., CNPJ 29.930.315/0001-04, no valor total de R\$ 157.480,68. Os autos se encontram a disposição dos interessados.

PEDRO LUIZ MIGLIARI

(SIDE - 30/03/2010) 443033-44207-2010NE900133

## DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS E ARRECAÇÃO

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 8/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviço de avaliação psicológica, sob demanda, por meio de testes e outros instrumentos psicológicos pertinentes, aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, para concessão, manutenção e renovação de porte de arma de fogo, acompanhada de elaboração de laudos conclusivos individuais quanto à aptidão para porte de arma de fogo a 700 (setecentos) servidores do ICMBio, das 12h00 e de 14h às 17h59. ENDEREÇO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)/Sudeste - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 31/03/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/04/2010 às 08h30 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O Edital encontra-se disponível nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br).

IRENE FERREIRA MARTINS  
Pregoeira

(SIDE - 30/03/2010) 443033-44207-2010NE900133

## AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO Nº 1/2010

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 02070001560200920. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa operadora de plano de assistência à saúde, para oferta de plano de Assistência Médica aos servidores ativos, inativos, seus dependentes e pensionistas, vinculados ao ICMBio.

IRENE FERREIRA MARTINS  
Pregoeira

(SIDE - 30/03/2010) 443033-44207-2010NE900133

## COORDENAÇÃO REGIONAL PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 6/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de água mineral, garrafão de 20 litros retornável para água mineral, recarga de gás de cozinha e vasilhame de botijão de gás conforme especificações e quantidades constantes do Item 05 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, para atender as Unidades Apoiadas por esta UAAF/Foz do Iguaçu. Total de Itens Licitados: 00052. Edital: 31/03/2010 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. ENDEREÇO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) Parque Nacional do Iguaçu - FOZ DO IGUAÇU - F. Entrega das Propostas: a partir de 31/03/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/04/2010 às 09h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

SALETE FERREIRA DA COSTA  
Ordenadora de Despesas

(SIDE - 30/03/2010) 443033-44207-2010NE900133

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

## SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 1 - MP, DE 29 DE MARÇO DE 2010 CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE ANALISTA DE INFRAESTRUTURA

O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP), conforme autorizado pela portaria nº 126/MP, de 16 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 17 de março de 2010, e redução de prazo de edital autorizada em despacho do MP publicado no Diário Oficial da União em 25 de março de 2010, torna pública a realização de concurso público para ingresso na carreira de Analista de Infraestrutura, criada pela Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007 e regulamentada pelo Decreto nº 6.693, de 12 de dezembro de 2008, mediante as condições estabelecidas neste edital.

## 1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UBR).

1.2 O concurso público compreenderá exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

1.3 As provas objetivas e a perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência serão realizadas nas capitais das 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal.

1.4 Em face da indisponibilidade de locais adequados ou suficientes nas cidades de realização das provas, essas poderão ser realizadas em outras cidades.

## 2 DOS CARGOS

## 2.1 ANALISTA DE INFRAESTRUTURA

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior nas modalidades de Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no conselho de classe.

ATRIBUIÇÕES: de acordo com o art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, os titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Analista de Infraestrutura, de nível superior, compete o exercício de atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte.

REMUNERAÇÃO: a remuneração inicial da carreira é de até R\$ 9.980,25 e compreende o vencimento básico inicial de R\$ 4.717,21 (Classe A, Padrão I), acrescido de Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE) e, conforme regime de Gratificação de Qualificação (GQ), de acordo com a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, alterada pela Lei nº 12.186, de 29 de dezembro de 2009, e Decreto nº 6.693, de 12 de dezembro de 2008.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**ANEXO C -** Decreto s/nº de 13/12/2002 - Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, e dá outras providências.



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista de São João da Ponta abrange uma área de aproximadamente três mil, duzentos e três hectares e vinte e quatro centiares, tendo por base a Folha nº MI 337, na escala 1:100.000, publicada pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 47°55'59.30" WGr e 0°53'36.46" S, localizado nas cabeceiras do Rio Mocajuba, sobre o limite da zona terrestre do mangue, em sua margem direita, segue pela margem direita do Rio Mocajuba, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passando pela margem direita do Igarapé Açú, no sentido montante, percorrendo assim uma distância de 4.795,47 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 47°56'26.40" WGr e 0°52'16.22" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no médio Igarapé Açú, tributário do Rio Mocajuba; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Igarapé Açú, no sentido jusante, atingindo a margem esquerda do Rio Mocajuba, e por esta margem, no sentido jusante, sempre acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passa pelo limite da preamar máxima, na margem esquerda do Rio Mocajuba, onde este banha a zona urbana de São João da Ponta, continua seguindo pelo limite da zona terrestre do mangue, na margem esquerda do Rio Mocajuba, no sentido jusante, penetra pela margem direita do Igarapé Coqueiro, no sentido montante, sempre acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo assim uma distância de 15.539,67 metros, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 47°57'07.73" WGr e 0°50'28.92" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no médio Igarapé Coqueiro; daí, segue pela margem esquerda do Igarapé Coqueiro, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, até atingir novamente a margem esquerda do Rio Mocajuba, por onde segue no sentido jusante, sempre acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, até atingir a margem direita do Rio Desterro, outro tributário da margem esquerda do Rio Mocajuba, por onde segue pela margem direita do Rio Desterro, no sentido montante, continuando sempre a acompanhar o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 13.666,32 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 47°58'43.00" WGr e 0°49'16.12" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue no médio Rio Desterro; daí, segue pela margem esquerda do Rio Desterro, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 6.092,81 metros, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas

47°58'26.43" WGr e 0°47'35.85" S, localizado, no limite da zona terrestre do mangue, nas nascentes do Igarapé do Porto de Maripanema, tributário da margem esquerda do Rio Maruimpanema; deste, segue pela margem esquerda do Igarapé do Porto de Maripanema, no sentido jusante, sempre acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 5.890,36 metros, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 47°59'07.66 WGr e 0°47'30.13" S, localizado no médio Igarapé São Francisco, outro tributário da margem esquerda do Rio Maruimpanema; daí, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Igarapé São Francisco, no sentido jusante, passando pela margem direita do Furo da Baunilha, e penetrando pela margem direita do Rio Mojuim, no sentido montante, sempre acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passa pela margem direita do Igarapé Guarumã, no sentido montante, percorrendo uma distância de 12.764,42 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 48°00'10.88" WGr e 0°47'46.09 S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Igarapé Guarumã, tributário da margem direita do Rio Mojuim; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem direita do Rio Mojuim, no sentido montante, percorrendo uma distância de 9.740,83 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 47°59'53.33" WGr e 0°49'114.93" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, na cabeceira do Igarapé Guarajuba, tributário da margem direita do Rio Mojuim; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem direita do Rio Mojuim, no sentido montante, por uma distância de 10.129,34 metros, até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 48°01'12.23" WGr e 0°51'22.75" S, localizado na margem direita do Rio Mojuim; deste, segue, por uma reta de azimute 305°54'01" e uma distância de 57,98 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 48°01'13.75" WGr e 0°51'21.65" S, localizado no meio do leito do Rio Mojuim, sobre a linha divisória dos Municípios de São João da Ponta e São Caetano de Odivelas; deste, segue, acompanhando a linha divisória municipal citada, no sentido jusante do Rio Mojuim, por uma distância de 21.813,91 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 48°00'09.10" WGr e 0°46'10.79 S, localizado sobre a linha divisória dos Municípios de São João da Ponta e São Caetano de Odivelas, no meio do leito do Rio Mojuim, quando este bifurca para o chamado Furo da Baunilha; deste, segue, acompanhando a referida linha divisória municipal, pelo meio do leito do Furo da Baunilha, no sentido jusante, por uma distância de 2.550,67 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 47°59'05.22" WGr e 0°45'39.41 S, localizado na foz do Furo da Baunilha, quando este deságua no Rio Maruimpanema; deste, segue, pela linha divisória dos Municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta, sobre o meio do leito do Rio Maruimpanema, no sentido montante, por uma distância de 5.841,11 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 47°57'18,65 WGr e 0°46'34.59" S, localizado sobre o ponto de interseção entre os limites dos Municípios de São João da Ponta, São Caetano de Odivelas e Curuçá, quando o Rio Mocajuba bifurca para o Rio Maruimpanema; deste, segue, acompanhando a linha divisória dos Municípios de São João da Ponta e Curuçá, sobre o leito do Rio Mocajuba, no sentido montante, por uma distância de 22.632,82 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 47°55'59.00" WGr e 0°53'31.11" S, localizado sobre a linha divisória dos Municípios de Curuçá e São João da Ponta, no meio do leito no alto Rio Mocajuba; deste, segue, por uma reta de azimute 334°28'58" e uma distância de 22,16 metros, até o Ponto 01, início desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de cento e trinta e um mil, duzentos e sessenta e oito metros e oitenta e oito centímetros.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista de São João da Ponta, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO